



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**CONTABILIDADE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**



**ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL: o caso do**  
**Estado da Paraíba**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ADRIANA DE OLIVEIRA RAMOS**

**CAMPINA GRANDE – PB, 2022**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ADRIANA DE OLIVEIRA RAMOS**

**ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL: o caso do  
Estado da Paraíba**

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Verônica Macário de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande (PPGA-UFCG) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

**CAMPINA GRANDE – PB, 2022**

R175e

Ramos, Adriana de Oliveira.

Ecosistema de empreendedorismo social: o caso do estado da Paraíba / Adriana de Oliveira Ramos. – Campina Grande, 2022.

91 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

“Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Verônica Macário de Oliveira”.

Referências.

1. Ecosistema de Empreendedorismo. 2. Empreendedorismo Social. 3. Empresas sociais. 4. Impacto Social. I. Oliveira, Verônica Macário de. II. Título.

CDU 005.35(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
POS-GRADUACAO EM ADMINISTRACAO  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## **FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES**

**ADRIANA DE OLIVEIRA RAMOS**

### **"ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL: O CASO DO ESTADO DA PARAÍBA"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA-UFCG) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em: 12/09/2022

Prof. Dr. Fernando Shramm - PPGA/UFCG  
Orientadora

Profa. Dra Suzanne Érica Nóbrega Correia - PPGA/UFCG  
Examinadora Interna

Profa. Dra. Ruth Espínola Soriano de Mello - PUC/RIO  
Examinadora Externa

Campina-Grande-PB, 2022



Documento assinado eletronicamente por **VERONICA MACARIO DE OLIVEIRA MOTTA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/10/2022, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **ruth espinola soriano de mello, Usuário Externo**, em 04/10/2022, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **SUZANNE ERICA NOBREGA CORREIA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/10/2022, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2712068** e o código CRC **E44A95AD**.

---

*“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”* (Albert Einstein)

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma prova de fé, perseverança e do quanto é imprescindível pessoas que acreditam em nosso potencial ao nosso lado. Quando pensei em não ser mais possível, me refiz e tentei mais uma vez. Quero aqui primeiramente agradecer a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por serem meu porto seguro, refúgio e sustento.

À minha família, em especial a minha mãe Ana Fábria, meus irmãos, Arthur e Amanda, que são a minha fortaleza e estão comigo em todos os momentos, me recheando de amor e paz.

Ao meu esposo Alex Ramos por toda paciência, compreensão e companheirismo.

Ao meu avô João e, em especial, a minha avó Euda, que me incentivou todos os dias para que eu seguisse firme e não desistisse. Obrigada por cada palavra de incentivo e amor transmitido.

Aos meus amigos e minhas amigas, em especial, a Gabriella, que esteve ao meu lado, presenciando minhas aflições e sempre torceu por mim; a todos os meus companheiros de trabalho, que se fizeram presentes em toda essa caminhada.

À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e ao Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) pela oportunidade de fazer parte do curso de Mestrado Acadêmico em Administração.

A todos os professores, coordenadores, secretária, todos os discentes, em especial, a Tércila Vasconcelos por toda atenção, carinho e por não ter soltado minha mão. Muito Obrigada! Te levarei por toda a minha caminhada.

A todos os entrevistados pela colaboração e por ter disponibilizado um tempo para compartilhar comigo a vasta experiência profissional

E aqui eu deixo registrado o meu mais sincero agradecimento a um ser humano ímpar, de uma extrema empatia, de um amor sem igual, que esteve comigo e me auxiliou nesse processo como uma filha, Professora e Orientadora Verônica, gratidão, gratidão e gratidão, sem a senhora eu não teria conseguido chegar até aqui.

E por fim, agradecer a todos que torceram para que eu concluísse mais uma etapa em minha vida.

**RAMOS, ADRIANA DE OLIVERA. ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL: O CASO DO ESTADO DA PARAÍBA.** Dissertação de Mestrado em Administração Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2022.

## **RESUMO**

Nas últimas décadas, em virtude dos problemas que assolam a sociedade, tem se intensificado o interesse das organizações em adotar uma perspectiva de empreendimentos que contemplem as dimensões sociais e ambientais. E esses empreendimentos necessitam de um ambiente onde possam ser desenvolvidos e prosperem, denominado por alguns autores como ecossistema de empreendedorismo social. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar as configurações do ecossistema de empreendedorismo social (EES) na Paraíba a partir do modelo descrito por Isenberg (2011) e adaptado por Audretsch *et al.* (2022) para o segmento de empreendedorismo social. Em termos metodológicos, esta dissertação adotou uma abordagem qualitativa do tipo descritiva e exploratória. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com atores do Ecossistema de Empreendedorismo Social da Paraíba. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram entrevistas semiestruturadas e observação não participante. A análise dos resultados foi realizada com o auxílio do software ATLAS.ti, por meio da análise de conteúdo. Os resultados apontaram, na configuração do ecossistema de empreendedorismo social investigado, a presença de elementos em desenvolvimento, abordando o empreendedorismo e a inovação. O EES da Paraíba mostrou-se um ambiente ainda em desenvolvimento, faltando a interação entre os atores sociais, organizacionais e institucionais para o fortalecimento ecossistêmico da região.

**Palavras-chave:** Ecossistema de Empreendedorismo. Empreendedorismo Social. Empresas sociais. Impacto Social.

**RAMOS, ADRIANA DE OLIVERA. SOCIAL ENTREPRENEURSHIP ECOSYSTEM: THE CASE OF THE STATE OF PARAÍBA. Master's Thesis in Administration Federal University of Campina Grande, Paraíba, 2022.**

**ABSTRACT**

In the last decades, due to the problems that plague society, the interest of organizations has intensified in adopting a perspective of enterprises that contemplate the social and environmental dimensions. And these ventures need an environment where they can be developed and prosper, called by some authors as social entrepreneurship ecosystem. Thus, this work aims to analyze the configurations of the social entrepreneurship ecosystem (SEE) in Paraíba from the model described by Isenberg (2011) and adapted by Audretsch et al. (2022) for the social entrepreneurship segment. In methodological terms, this dissertation adopted a qualitative approach of the descriptive and exploratory type. In order to do so, a case study was carried out with actors from the Paraíba Social Entrepreneurship Ecosystem. The data collection techniques used were semi-structured interviews and non-participant observation. The analysis of the results was carried out with the aid of the ATLAS.ti software, through content analysis. The results showed, in the configuration of the investigated social entrepreneurship ecosystem, the presence of elements in development approaching entrepreneurship and innovation. The SEE of Paraíba proved to be an environment still in development, lacking the interaction between social, organizational and institutional actors for the ecosystem strengthening of the region.

**Key-words:** Entrepreneurship ecosystem. Social Entrepreneurship. Social enterprises. Social Impact.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Linha do Tempo das Abordagens do termo Ecosistema em Administração.....	25
<b>Figura 2</b> Principais elementos do ecossistema empreendedor abordados na literatura.....	33
<b>Figura 3</b> Principais elementos do ecossistema empreendedor abordados na literatura.....	35
<b>Figura 4</b> Elementos-chave, produtos e resultados do ecossistema empreendedor .....	36
<b>Figura 5</b> Elementos do ecossistema empreendedor.....	38
<b>Figura 6</b> Modelo de Ecosistema de Empreendedorismo Social .....	40
<b>Figura 7</b> Desenho metodológico.....	49
<b>Figura 8</b> Dimensão Política .....	51
<b>Figura 9</b> Dimensão Finanças .....	61
<b>Figura 10</b> Fontes de Financiamento para empreendedores na Paraíba.....	62
<b>Figura 11</b> Dimensão Mercado .....	64
<b>Figura 12</b> Dimensão Capital Humano .....	67
<b>Figura 13</b> Ecosistema de Empreendedorismo Social da Paraíba .....	69
<b>Figura 14</b> Dimensão Apoio .....	71
<b>Figura 15</b> Dimensão Cultura .....	75

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Características do ecossistema de empreendedorismo e o ecossistema de empreendedorismo social .....	28
<b>Quadro 2</b> Definições e principais elementos de ecossistema empreendedor .....	31
<b>Quadro 3</b> Modelo de Ecossistema de Inovação Social .....	42
<b>Quadro 4</b> Síntese dos atores .....	47
<b>Quadro 5</b> Identificação dos Entrevistados.....	48

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**EE** – Ecosystema Empreendedor

**ES** – Empreendedorismo Social

**EES** – Ecosystema de Empreendedorismo Social

**EIS** – Ecosystema de Inovação Social

**SADQs** – *Softwares* de Análise de Dados Qualitativos

**TEPSIE** – Grupo de pesquisa - Fundamentos teóricos, empíricos e de políticas para a inovação social na Europa

**PEASA** - Programa de estudos e ações para o semiárido

**FIEP** - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Objetivo Geral.....	20
1.2 Objetivos Específicos .....	20
1.3 Justificativa da Pesquisa .....	20
1.4 Estrutura da Dissertação .....	21
<b>2 ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL: origem do conceito e evolução .....</b>	<b>23</b>
2.1 Definições e Principais Elementos de Ecosistema Empreendedor .....	29
2.2 Modelos de Ecosistemas Empreendedores .....	34
2.2.1 Ecosistema de Empreendedorismo Social e Inovação Social .....	38
<b>3 METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>45</b>
3.1 Tipo de pesquisa .....	45
3.2 Unidade de Análise e Sujeitos Escolhidos.....	45
3.3 Coleta De Dados .....	46
3.4 Sujeitos da pesquisa .....	47
3.5 Procedimento de Análise de Dados .....	49
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>50</b>
4.1 Verificação empírica dos elementos do Ecosistema empreendedor e do Ecosistema de Inovação Social.....	50
4.1.1 Dimensão Política .....	50
4.1.2 Dimensão Finanças .....	59
4.1.3 Dimensão Mercados .....	64
4.1.4 Dimensão Capital Humano .....	66
4.1.5 Dimensão Apoio .....	71
4.1.6 Dimensão Cultura .....	74
4.2 Discussões.....	78
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>89</b>
Apêndice A: Roteiro semiestruturado de entrevistas.....	89
Apêndice B: Roteiro semiestruturado de entrevistas .....	91
Apêndice C: Comprovante de Submissão do Artigo .....	93

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade vem enfrentando dificuldades atreladas às diversas desigualdades sociais. O mundo globalizado tem nos pressionado no sentido de escolhermos e priorizarmos, discriminados temas que não são particulares e nem são recentes, por fazerem parte de diferentes realidades, seja em países desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Além do mais, a pandemia causada pelo COVID-19 assustou o mundo a partir de dezembro de 2019 com inúmeras consequências nos âmbitos social, econômico e ambiental. Surgiram diversas iniciativas da ciência, governos e organizações traçaram estratégias no enfrentamento combativo à pandemia, porém estas não estão sendo satisfatórias devido às demandas sociais já existentes e crescentes, observadas pelo gerenciamento deficiente das mudanças climáticas (World Economic Forum, 2020) e dificuldades de conciliar o econômico e social (Porter & Kramer, 2011), o que tem influenciado a sociedade civil a se tornar protagonista em ações e alternativas (Polovko & Grinberga-Zalite, 2019).

Muitos autores e políticos têm se dedicado a pensar nas condições sociais vinculadas à superação da pobreza e indigência dessas realidades (Godinho, 2011). Desde meados da década de 1990, países da América Latina se engajaram na tentativa de impulsionar o crescimento econômico com políticas de distribuição de renda. No Brasil, especificamente, destacaram-se as políticas de cunho social associadas, por exemplo, à transferência condicionada de renda, ao aumento das taxas reais de crescimento do salário mínimo e ao aumento dos gastos públicos em saúde, educação e infraestrutura (Azevedo *et al.*, 2022).

Não obstante, o processo de crescimento da economia brasileira desacelerou a partir de 2011, apresentando baixo crescimento em 2014 e fortes quedas no biênio 2015-16. “Nesse período, houve uma piora geral dos indicadores econômicos, como o aumento do desemprego e das desigualdades e queda acentuada dos investimentos” (Azevedo *et al.*, 2022, p. 26).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), divulgada em 2019, com dados referentes a 2018, confirma a tendência de crescimento das desigualdades e da pobreza no país (IBGE, 2019). Para Zanchetta Borghi (2017), os desafios das últimas décadas para a redução das desigualdades se manifestam desde os efeitos da recessão mundial no Brasil. De acordo com Neri (2019), em 2015, a pobreza aumentou 19% no país, representando 3,6 milhões de pessoas; no período de 2015 a 2017, o crescimento atingiu 33%. O aumento da fome e da pobreza no país está conectado ao crescimento das desigualdades sociais que, de grosso modo, mede a distância social entre as pessoas (Neri, 2019).

Esses dados têm como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, de 2019, e o índice de Gini, que é um medidor global de desigualdade de renda, portanto, passível de avaliações comparativas em relação a outros países (Neri, 2019). O comportamento do índice de Gini para o período entre 2012 e 2019, apresentado pelo estudo acima referido, indica que a desigualdade de renda decresce desde o primeiro trimestre de 2012, partindo de 0,6128 até o último trimestre de 2014, quando atingiu o seu nível mais baixo, 0,6003 nessa escala. A partir do primeiro trimestre de 2015, voltou a crescer, atingindo seu pico 0,6291 no primeiro trimestre de 2019. Os valores da escala de Gini vão de “0 a 1”, indicando que quanto mais o índice se aproxima de um (1), maior é a desigualdade de renda. Como o intervalo na escala é circunscrito a um pequeno intervalo, os valores apontados são bastante significativos.

Nesse cenário, o desemprego é uma realidade para uma parcela da população, que se vê muitas vezes obrigada a recorrer ao autoemprego devido à falta de qualificação exigida pelo mercado ou mesmo pela falta de oportunidade. Segundo Costa (2010), o setor informal, compreendido em mercado que existe sem amparo legal e possui pouca rentabilidade, é resultado de uma economia falha, com pouca geração de empregos e automação de diversos postos de serviço, tornando-se, dessa forma, a opção de muitos, em grande parte daqueles que se encontram à margem da sociedade, para sair de uma crise financeira e garantir seu sustento.

No Brasil, as desigualdades, sejam elas econômica, social, ambiental, educacional ou de outras naturezas, são problemas que afetam grande parte da população. Nesse contexto, o empreendedorismo tem se demonstrado como um elemento impulsionador ao desenvolvimento de muitos países e uma alternativa em resposta às situações de crises.

Uma contribuição importante ao campo de estudo do empreendedorismo vem do trabalho seminal, de Schumpeter (1934), o qual definiu que o ato de empreender está associado ao processo de inovação através da introdução de novos métodos e/ou produtos para possível inserção em um mercado. Assim sendo, pode-se afirmar que desde os primórdios, o empreendedorismo é um dos elementos-chave para a inovação, produtividade e competitividade (Santos et al., 2020).

Neste cenário, é previsto que um ecossistema gere empreendedorismo e inovações, que são fundamentais para lidar com a competitividade do ambiente e com a economia, pois o conhecimento acumulado através do relacionamento cooperativo entre os atores contribui para o desenvolvimento de plataformas colaborativas, estabelecimento de alianças estratégicas, novas tecnologias, produtos, serviços e atração de novos negócios, resultando no desenvolvimento regional e aumento do seu potencial econômico (Spinosa, Schlemm & Reis,

2015).

Nas últimas décadas, novas formas de empreendimentos têm surgido com foco no impacto socioambiental positivo, além de ter uma governança que leva em consideração os interesses de investidores, clientes, a comunidade envolvida e a sustentabilidade (Lipkin et al., 2017).

Buscando sanar os problemas estruturantes existentes, com o intuito gerar transformação social no contexto onde estão inseridos, considerando a evolução desse campo, as novas necessidades e desafios enfrentados na contemporaneidade fez emergir um subcampo do empreendedorismo, o empreendedorismo social (ES).

O ES é considerado um tema relativamente jovem, que apesar de ser trabalhado na literatura recentemente, vem atraindo a atenção de pesquisadores, se difundindo rapidamente e aumentando, consideravelmente, o número de pesquisas, publicações e conferências, o que evidencia o interesse pelo assunto (Carmona et al, 2018).

O ES é considerado um fenômeno novo e se tornou um tópico de grande relevância de pesquisa nos últimos anos (Dionisio, 2019), decorrente de sua importância no tratamento de problemas sociais e do fortalecimento de comunidades e sociedades, no atendimento de suas necessidades sociais (Zahra *et al.*, 2009). Para que esses empreendimentos sociais sejam desenvolvidos e implementados, é necessário um ambiente favorável, onde eles possam, em conjunto com todas as partes interessadas, desempenhar suas atividades com êxito trazendo desenvolvimento para a localidade e tendo suas ideias viabilizadas.

Esses espaços ou ambientes começam a ser chamados de ecossistema de empreendedorismo ou termos correlatos como Gobble (2014) resgata em seu estudo, que o termo advém da biologia e teria sido usado pela primeira vez em 1996, por James Moore, na obra *The death of competition*. Ali, ele definiu como um ecossistema de negócios empresariais (*business ecosystem*), comunidades econômicas apoiadas por indivíduos e organizações, cujas empresas ocupam nichos, tais quais espécies em biomas, sendo que os vários membros do ecossistema coevoluem. Por sua vez, como argumenta Zardo, (2017), o termo ecossistema de inovação tem sido adotado como sinônimo de áreas de inovação, "esse conceito visa estabelecer um paralelo com a biologia e os ecossistemas naturais, onde a vida se cria, se adapta e evolui, com intensa interação e sinergia" (Audy & Piqué, 2016, p. 22).

A partir dessas discussões e colocações de diversos autores, esse espaço chamado ecossistema de inovação ou termos correlatos, possui seu termo naturalizado, por exemplo, por meio da legislação recente de nível federal que assim o categorizou quando da regulamentação do novo marco legal da Ciência e Tecnologia, de acordo com o decreto de

número 9.283, de 7 de fevereiro de 2018:

[...] espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos (Brasil, 2018).

Abordagens desses espaços que, conforme colocado na legislação, afirmando que os mesmos potencializam o desenvolvimento da sociedade, demonstram que se faz necessária a análise desses ambientes para que haja estruturação desse espaço e o torne propício para o surgimento de novos empreendimentos, sejam eles sociais ou tradicionais.

A atmosfera do ecossistema de inovação no Estado já tem boa progressão, tendo a Lei de nº 11.869, de 09 de abril de 2021, sancionada, que define diretrizes gerais para a instituição da política estadual de investimentos e negócios de impacto social e dá outras providências, considerando para efeitos do disposto na lei:

I - negócios de impacto: empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável; II - investimentos de impacto: mobilização de capital público ou privado para negócios de impacto; III - organizações intermediárias: instituições que facilitam, conectam e apoiam a conexão entre investidores, doadores e gestores empreendedores e os negócios que geram impacto social; e IV - empreendedor social: é aquele cujo negócio possui sustentabilidade financeira e que intencionalmente busca a inclusão social dos consumidores atendidos (Paraíba, 2021).

Portanto, por mais que seja um ato recente, já é um excelente instrumento para avanço desse ecossistema. Tratando sobre o termo ecossistema, ele se mostra recente trabalhado na literatura e não existe um consenso sobre a sua definição (Carvalho, Viana & Mantovani, 2016). Em termos conceituais, o ecossistema é uma rede complexa e um sistema interconectado (Rahatullah Khan 2013; Kabbaj *et al.*, 2016). Ressalta-se que esse conceito foi usado, inicialmente, por Tansley em 1935, para se referir a uma unidade ecológica básica, formada pelo ambiente natural, os organismos que nele vivem e relações entre eles (Kabbaj *et al.*, 2016).

Assim sendo, os ecossistemas empreendedores (EEs) conquistaram definitivamente seu lugar como tema de interesse nas agendas de pesquisadores e líderes políticos (Schäfer & Mayer, 2019; Alvedalen & Boschma, 2017; Isenberg & Onyemah, 2016; Spigel, 2017; Stam, 2015). O aumento do número de estudos com foco nesse campo, atesta, porém, ainda permanece um tema imaturo na fase de desenvolvimento teórico (Fernandes & Ferreira, 2022).

Se por um lado, este crescente corpo de pesquisa contribui para aprofundar o desenvolvimento do conhecimento que temos sobre o referido tema; por outro lado, a

velocidade e a incidência de publicação desses novos estudos levaram a uma falta de coordenação, com pesquisas em EE carentes de sistematização e de um arcabouço teórico adequado (Stam, 2015; Alvedalen & Boschma, 2017; Spigel, 2017; Spigel, & Harrison, 2018).

A utilização no campo da gestão emergiu por meio da pesquisa realizada por Moore (1996), na qual o autor apresentou o ecossistema de negócios como sendo semelhante ao biológico. Dessa forma, verifica-se a transposição da definição da biologia ao empreendedorismo, em que vários relacionamentos são construídos em um ambiente chamado de “ecossistema” (Kabbaj *et al.*, 2016). E assim, novos autores vão fazendo uso em suas pesquisas e expondo suas colocações acerca dos ecossistemas.

O trabalho de Lévesque (2016) sobre os ecossistemas empresariais para o empreendedorismo social é uma adaptação da abordagem sobre o ecossistema de empreendedorismo à economia social e solidária. O autor destaca que, historicamente, a economia social foi construída sobre a afinidade de sistemas em termos de valores, regras e práticas, porque se baseia na aspiração de um mundo melhor, tornando a difusão e a mudança de escala um objetivo óbvio (Tsakanika & Chaves-Ávila, 2017). A Economia Solidária surgiu com a publicação da obra “*Nouveau traité d'économie sociale*”, de Charles Dunoyer, em Paris, no ano de 1830 (Machín, Alemán, & Rodríguez, 2017). As características que configuram essa nova forma de economia se baseiam em uma produção compartilhada em solidariedade e igualdade entre os membros da comunidade não distinguindo classes sociais, autoridade ou apropriação individual (Benavides et al., 2018). Os princípios norteadores são: a busca pelo bem comum, a prioridade dos interesses coletivos sobre interesses individuais, comércio justo, consumo ético e responsável, autogestão, responsabilidade social e ambiental, distribuição equitativa e solidária dos excedentes, etc. (Benavides et al., 2018).

Dessa forma, a importância dos ecossistemas empreendedores é acentuada no contexto do empreendedorismo social, uma vez que a junção de diversos *stakeholders* contribuem para o desenvolvimento e impacto social local. Lévesque (2016) destaca que a história da economia social, na qual se insere o empreendedorismo social, se mostra preocupada em fazer parte de um sistema (ou mesmo ecossistema empresarial) que seja consistente com os seus valores, regras e práticas.

Os ecossistemas de empreendedorismo social se baseiam na ideia de criar um ambiente de fortalecimento desse tipo de empreendimento, incluindo atores dos diversos setores da sociedade numa rede de articulação para discutir demandas, trocar apoio e difundir oportunidades de empreender.

A agência dos atores e elementos presentes nos ecossistemas de empreendedorismo social é fundamental para que haja impacto e transformação local. Assim, a compreensão dos elementos que compõem esses ecossistemas e como eles se complementam é imprescindível para que essas mudanças sejam desenvolvidas e perpetuadas ao longo do tempo. Dessa forma, se faz importante conhecer quais são esses elementos, como eles se relacionam para promover uma dinâmica virtuosa de desenvolvimento local na região/setor em que estão posicionados e quais os impactos que podem ser gerados em termos de transformação social.

As habilidades sociais bem desenvolvidas também são essenciais para construir comunidades (Alan *et al.*, 2021). Abrangendo uma ampla gama de comportamentos e atitudes, como confiança, reciprocidade e cooperação, essas habilidades formam capital social e permitem uma comunicação eficaz e eficientes interações econômicas (Putnam, 1993).

É possível então verificar a complexidade acerca do assunto sobre ecossistemas. Estudos trazem insights que podem ser associados aos ambientes e, conseqüentemente, ligados à inovação, que acabam, por fim, trazendo tratativas de diversas naturezas que influenciam na desenvoltura, fortalecimento e configuração dos ecossistemas de empreendedorismo social. Por conseguinte, é fundamental que novos trabalhos abordem a configuração desses ecossistemas, levando em consideração essa coalização entre as abordagens.

Trabalho recente como o de Audretsch *et al.* (2022) traz uma mudança. Na sua pesquisa, o modelo de ecossistema empresarial de Isenberg é alavancado para o desenvolvimento de um novo modelo de ecossistema de inovação social, onde ele levanta questionamentos acerca dos modelos anteriormente implementados e voltados para ecossistemas empreendedores orientados para o lucro, trazendo um adendo com poucas informações sobre as características dos inovadores sociais, suas necessidades e como eles podem ser apoiados no desenvolvimento e implementação de ecossistemas de inovação social.

Ele tem como objetivo explorar as características dos inovadores sociais e suas necessidades emergentes em uma região onde o ecossistema de inovação ainda é ausente. É desenvolvido um modelo para se sobrepor aos ecossistemas tradicionais e discutir as possíveis sinergias e tensões entre os dois ecossistemas. Esse novo modelo sugerido oferece aos formuladores de políticas e profissionais de maneira geral, uma estrutura concreta e, diversas vezes, familiar para providenciar um ambiente de suporte aos empreendedores sociais.

Diante desse contexto, esta dissertação busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como se configura o ecossistema de empreendedorismo social na Paraíba?**

Considerando esse problema de pesquisa, a seguir são apresentados os objetivos gerais e específicos.

### **1.1 Objetivo Geral**

Analisar a configuração do ecossistema de empreendedorismo social na Paraíba.

### **1.2 Objetivos Específicos**

- Identificar os elementos de ecossistema de empreendedorismo social existente na Paraíba.
- Verificar os atores envolvidos e papéis desempenhados por eles.
- Compreender as perspectivas de desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba.

### **1.3 Justificativa da Pesquisa**

Considerando que a globalização financeira acirra as desigualdades na sociedade e que há a necessidade de alavancar o desenvolvimento dos países emergentes ou em desenvolvimento, novos agentes econômicos estão sempre surgindo com objetivo de reconfigurar as formas de empreender socialmente. Assim, ambientes propícios são fundamentais para o desenvolvimento e amadurecimento desses empreendimentos sociais, ambientes cunhados por alguns autores de “ecossistema empreendedor”, “ecossistema de empreendedorismo”, “ecossistema de empreendedorismo social”, “ecossistema de inovação social”, dentre outras denominações que não são sinônimos diretos por terem suas particularidades.

Acadêmicos enfatizam a necessidade de complementaridades e coordenação entre os componentes de cada ecossistema empreendedor e consideram como uma condição, desenvolver o empreendedorismo e criar um crescimento econômico favorável. Dessa forma, isso também se aplica ao empreendedorismo social, em que os empreendedores sociais precisam de um ambiente favorável para poder ter um melhor impacto (Kabbaj *et al.*, 2016).

Stam (2015) enfatiza que as abordagens sobre os aspectos gerenciais do ecossistema empreendedor são inspiradoras, mas claramente insuficientes. Isso porque fornecem apenas uma lista de componentes (Isenberg, 2011) ou pilares (World Economic Forum 2014), permanecendo geralmente na superfície, enquanto suas explicações acabam sendo

tautológicas, tais como: “ecossistemas empresariais são sistemas que produzem empreendedorismo de sucesso” (Stam 2015, p. 5). Destarte, segundo Lévesque (2016), uma lista de elementos ou fatores sem um link bem identificado não distingue as causas e os seus efeitos. É importante destacar também que o nível de análise (por exemplo, cidades, regiões, países) raramente é especificado e a distinção entre o necessário e o contingente nunca é feito com clareza (Lévesque, 2016).

Em Cantner *et al.* (2021), é apresentado um modelo dinâmico do ciclo de vida de um ecossistema empreendedor. Segundo o autor, o ecossistema evolui ao longo do tempo, passando por várias fases, começando com a introdução ou o início de um ecossistema empreendedor (fase I), a fase de crescimento (II), a fase de maturidade ou estabilização (III), a fase de declínio (IV) e uma fase de emergência subsequente (V). É manifesto o avanço acerca dos estudos que abordam os ecossistemas e suas evoluções, sendo necessário explorar narrativas e identificadores que são utilizados ao longo desse ciclo de vida que descreva o sucesso e vitalidade, diante da configuração de determinado ecossistema.

O conceito de “ecossistemas empresariais” (EEs), ou “ecossistemas de empreendedorismo”, tornou-se recentemente um dos temas de maior interesse na comunidade acadêmica e emergindo como uma das abordagens de pesquisa mais promissoras na pesquisa em empreendedorismo (Alvedalen & Boschma, 2017; Schäfer & Mayer, 2019; Spigel 2017; Spigel & Harrison, 2018; Stam, 2015). Porém, ainda existe uma lacuna em relação aos ecossistemas de empreendedorismo social, os seus elementos e a forma como se configuram a partir de um nível de análise contextual.

A sensibilização quanto ao tema, faz com que o conhecimento sobre ecossistema de empreendedorismo social se torne fundamental para o desenvolvimento de abordagens sistêmicas e estruturais que apoiem o desenvolvimento desses empreendimentos, os quais buscam contribuir com a redução das desigualdades social, como também com a resiliência das questões ambientais e econômicas nos locais onde estão inseridos.

Deste modo, o trabalho se justifica pela necessidade de análise da configuração do ecossistema de empreendedorismo social do estado da Paraíba, como também no desenvolvimento local que esses empreendimentos proporcionam para sociedade.

#### **1.4 Estrutura da Dissertação**

Esta dissertação é composta por cinco capítulos. Inicia-se pela introdução, sendo abordado a temática escolhida, a problemática que norteia o estudo e seus objetivos (geral e

específicos), bem como, sua justificativa. O segundo capítulo apresenta todo o referencial teórico, que trabalha desde o surgimento do tema até a sua conceituação. O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, qual o tipo de pesquisa, sujeitos escolhidos, a técnica de coleta de dados e os procedimentos de análise adotados. O quarto capítulo contempla a análise e discussão dos resultados e o quinto capítulo as considerações finais. E, por fim, tem-se as referências que foram utilizadas para elaborar a pesquisa.

## **2 ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL: origem do conceito e evolução**

Esta seção apresenta um exame analítico do termo "empreendedorismo social" que lança mão de uma pesquisa exploratória baseada em artigos de periódicos revisados por pares através da base de dados da Web of Science. Pesquisando o termo "social entrepreneurship" no título, na base da Web of Science, foram encontradas 626 produções, sendo 268 da área do campo dos negócios, 132 na área de gestão, 52 de economia e os demais divididos em outras áreas, sendo 404 das referências datadas dos últimos quatro anos.

A evidência obtida com os resultados da pesquisa realizada em 18 de janeiro de 2022, junto ao banco de dados internacional sobre o ES, mostra que é um termo com poucas referências nos últimos 20 anos e que tem uma crescente importância desde a década de 2010, que a princípio havia 17 publicações durante o ano, com um aumento substancial, ano após ano, apresentando em 2020, 121 publicações e, em 2021, com uma pequena diminuição, tendo 110 publicações.

O empreendedorismo social tem atraído grande interesse nas últimas duas décadas. Os estudos de empreendedorismo social tornaram-se um fenômeno e seu apelo cresceu fortemente entre grupos socialmente conscientes (Hidalgo *et al.*, 2021). As pessoas se tornaram mais céticas sobre a capacidade de governos e empresas resolverem problemas sociais prementes, como pobreza, exclusão social e meio ambiente (French *et al.*, 2021).

Dentro do empreendedorismo social existem as empresas sociais, abordadas no início da década de 1990, que surgem no panorama acadêmico como uma nova figura organizacional, que não precisamos observar em nome do luxo ou da estrutura da propriedade, muito mais a natureza da atividade desenvolvida (Barrera Duque, 2007). Diz-se na literatura acadêmica que a predominância da "criação de valor social" é a característica mais importante do empreendimento social, na qual a solução final é a solução dos problemas sociais básicos do ser humano de forma autossuficiente e lucrativa, e dá atributos como "sem medo do lucrativo", "público" ou "privado" a um segundo lugar para definições e classificadores.

Posteriormente, o termo começa associar o ES a um ambiente para o seu desenvolvimento chamado de ecossistema, trabalhado na literatura e abordado por diversos autores como "ecossistema empreendedor", "ecossistema de empreendedorismo", dentre outras denominações, e, mais adiante, trabalhando não só a questão econômica, trazendo a tratativa sobre as questões sociais, denominado assim de "ecossistema de empreendedorismo

social” ou “ecossistema de inovação social”.

O termo empreendedorismo passa a ser aplicado na literatura em diversos níveis de análise, seja atrelada a indivíduos, grupos ou organizações. Dessa forma, os estudiosos da área, ao decorrer do tempo, percebem e concordam que o empreendedorismo não pode ser preso somente a uma definição única, dessa forma, não manifesta sua complexidade.

Sendo assim, para Minuzzi, Belinazo & Lezana (2005), o empreendedorismo vem sendo compreendido como um processo multidimensional, envolvendo-se nas variáveis sociais (mobilidade social, cultura, sociedade), econômicas (incentivos de mercado, políticas públicas, capital de risco) e psicológicas como influenciadoras no ato de empreender.

Assim, o tema foi amadurecendo e sendo abordado em outras vertentes, pois, até recentemente, a predominância das correntes ligadas ao empreendedorismo era relacionada à área de negócios empresariais, em que o principal objetivo é a lucratividade. Com o decorrer do tempo, o tema vem ganhando evidência e, assim, surgindo e lançando novos significados, considerando algumas situações: (a) em meio a um conjunto de transformações interrelacionadas como o declínio dos níveis de emprego e a apologia do autoemprego; (b) o aprofundamento do processo de globalização, motivando a busca por inovações contínuas e por novas oportunidades e; (c) o avanço na organização da sociedade civil (OSC), a maior pressão pelo “empoderamento” de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas (Albagli & Dionisio, 2019; Maciel, 2004; Shankar, Elam & Glinski, 2020).

Com todas essas transformações na sociedade houve essa mudança adicional do empreendedorismo produtivo para o chamado empreendedorismo social (Harms & Groen, 2017; Thompson *et al.*, 2018), reconhecendo explicitamente os efeitos mais amplos do empreendedorismo, além de termos econômicos estreitos (Shepherd & Patzelt, 2020).

A principal característica é a sua motivação de resolver alguma questão relacionada à pobreza, à saúde, à educação ou a qualquer outro problema social e ambiental (Austin, Stevenson & Wei–Skillern, 2006; Neck, Brush & Allen, 2009). Os problemas ambientais, por serem considerados como graves adversidades da atualidade, também fazem parte do domínio do empreendedor social (Neck, Brush & Allen, 2009).

Dessa forma, segundo Dees (1998), o empreendedor social precisa operar fora da lógica de doações, de viver dos subsídios do governo para poder sustentar-se, rompendo paradigmas e atuando como agente do desenvolvimento econômico e social das comunidades a que atende. Deve ser orientado para promover mudanças sociais significativas que gerem alto impacto social para a sociedade, ou seja, o empreendedor social deve ir além das atividades inovadoras sem fins lucrativos, deve fomentar atividades lucrativas com objetivos

sociais (Bittencourt *et al.*, 2016). E, para promover e desenvolver o empreendedorismo social, é necessário construir um ecossistema eficiente e integrado, que favoreça o desempenho dos papéis das partes interessadas (Kabbaj *et al.*, 2016). Isso, porque os indivíduos geralmente optam por empreender, só que o êxito de um projeto empreendedor depende não apenas das características do empreendimento, mas também do ambiente ou ecossistema em que ele é imaginado, desenvolvido e cultivado (Elia, Margherita & Passiante, 2020).

Ressalta-se que o termo ecossistema foi abordado em diversas áreas até chegar na Administração. Inicialmente, foi criado pelo biólogo Tansley, em 1935, referindo-se à ideia de que organismos não devem dissociar-se de seu *habitat* natural. Segundo Tansley, o conceito de ecossistema está baseado na ideia de superorganismo, o qual é capaz de evoluir ao longo do tempo. No campo da Administração, o termo vem se moldando em diversas novas abordagens (Figura 1).

**Figura 1** Linha do Tempo das Abordagens do termo Ecossistema em Administração



Fonte: Elaborado a partir da revisão teórica, em 2022.

Em princípio, o termo foi utilizado como ecossistema industrial (Frosch & Gallopoulos, 1989), no qual o objetivo da análise era minimizar a entrada de material virgem e energia nas operações industriais. Assim, o pensamento do ecossistema industrial é sobre proteção ambiental e desenvolvimento sustentável (Peltoniemi, 2005). Na sequência, foi inserida a ideia de fazer um paralelo do ambiente econômico dos negócios com o ecossistema natural. Isso aparece de forma evidente nos estudos realizados por Moore (1993) sobre comportamento organizacional. Desde então, o autor se inspirou no conceito de ecossistema e o aplicou no campo da estratégia e dos negócios. Para o autor, um ecossistema visa evoluir de uma coleção de elementos aleatórios para uma comunidade estruturada (Moore, 1996).

Nachira (2002) direciona a discussão para o que chamou de ecossistemas de negócios digitais. Além do uso do termo ecossistema na perspectiva de negócios digitais, (Adner, 2006) adotou o conceito para ecossistema que se concentra em uma inovação focal e no conjunto de componentes (upstream) e complementos (downstream) que a suportam, que passa a ver o ecossistema como “os arranjos colaborativos por meio dos quais as empresas combinam suas ofertas individuais em um conjunto coerente e voltado para o cliente” (Adner, 2006, p. 98), acreditando que seria fortuito para explicar as incertezas e riscos associados às atividades de gestão da inovação.

Cohen (2006), foi um autor que também abordou o ecossistema empreendedor em seu estudo e o definiu o EE como “...um grupo interconectado de atores em uma comunidade geográfica local comprometidos com o desenvolvimento sustentável por meio do apoio e facilitação de novos empreendimentos”. Isenberg (2010) traz então o conceito mais utilizado até os dias atuais sobre ecossistema empreendedor, no qual ele afirma que o ecossistema é composto por alguns domínios, que são eles: um conjunto de atores empreendedores, incluindo potenciais clientes e fornecedores, universidades e centros de pesquisa, operadores sociais e culturais, instituições e formuladores de políticas, grandes empresas, startups e empreendedores inovadores, especialistas e profissionais, investidores e um conjunto de pessoas talentosas.

Os pilares e domínios do ecossistema empreendedor (Isenberg, 2010; 2011), portanto, evidenciam uma mudança nos paradigmas do pensamento econômico sobre as empresas e mercados ao proporem uma nova perspectiva econômica fundamentada em indivíduos, instituições formais e informais e redes.

No decorrer dos anos, os ecossistemas passaram a ser trabalhados em atmosferas e com atores diferentes, não só na visão dos negócios tradicionais, mas, inserindo também o aspecto social. Moore (1996) e Rubenstein (2012) concluíram em seus trabalhos, que as organizações sem fins lucrativos seguem as mesmas regras que as empresas privadas e estão sujeitas às restrições ambientais (externas) comparáveis, mas com valores diferentes, de modo que também podem ser incluídas nas discussões de ecossistema empreendedor.

Desse modo, alguns pesquisadores, como os do grupo de pesquisa *Theoretical, Empirical and Policy Foundations for Social Innovation in Europe* (TEPSIE), traduzido para o português quer dizer Fundamentos teóricos, empíricos e de políticas para a inovação social na Europa, que busca distinguir em seu projeto de pesquisa as tendências e o desenvolvimento da teoria da inovação social na Europa. Além disso, promove o empreendedorismo social através do Iniciativa de Negócios Sociais, que propuseram expandir o conceito de ecossistema

de inovação social para incluir mais explicitamente organizações orientadas pelas demandas (Tepsie, 2014). Criou-se, então, um diagrama que posiciona as organizações relacionadas à oferta e à demanda, sem esquecer os intermediários que tentam vinculá-las a um todo, nas quais predominam o conceito de uma economia plural.

Stam (2015) propõe uma síntese dos elementos do ecossistema empreendedor, por sua vez, ao reunir os pilares de literatura de negócios de Feld (2012) e World Economic Forum (2013), que trazem uma visão específica sobre condições estruturais e sistêmicas, em que as condições estruturais incluem a presença e participação de instituições formais, cultura de apoio, infraestrutura física adequada e a demanda por novos bens e serviços; enquanto as condições sistêmicas referem-se à promoção de *networks*, presença de lideranças fortes, profissionais capacitados e serviços de apoio, acessos a financiamentos e a novos conhecimentos.

Para este autor, a atividade empreendedora, contudo, é impulsionada por meio das condições sistêmicas que representam o coração do ecossistema: redes de empreendedores, liderança, finanças, talento, conhecimento e serviços de apoio (Vieira, 2019). A existência desses elementos e o relacionamento entre eles determinam preeminentemente o sucesso do ecossistema.

Stam (2015) aponta que o ecossistema empreendedor pode ser qualificado por dois atributos principais: 1) um que se relaciona com as condições sistêmicas - redes, liderança, finanças, talento e recursos humanos, conhecimento codificado e não codificado e serviços de suporte e intermediários; e 2) e outro que especifica as condições ambientais (condições estruturais), ou seja, as instituições formais, cultura, infraestrutura física e demanda. Em suma, essa abordagem permite a identificação de atores, recursos (incluindo recursos não mercantis e relacionais) e demanda, bem como os principais determinantes (por exemplo, cultura e instituições formais) (Lévesque, 2016).

De acordo com Spigel (2017), o ecossistema empreendedor é a combinação entre fatores culturais, políticos, econômicos e sociais, que possibilitam e incentivam a criação e o desenvolvimento de negócios inovadores em determinada região. Para compreender melhor que fatores são esses e como essa interação ocorre, Spigel (2017) os distribuiu em três categorias de atributos: cultural, social e material. As pesquisas de Stam (2015) e Spigel (2017) se complementam. Os atributos identificados por Spigel estão distribuídos entre as condições estruturais e sistêmicas, com algumas variações de terminologia. Ambos revelam a importância de analisar o ecossistema e identificar o seu potencial a partir dos atributos presentes e suas interações e, ainda despertam para o papel do empreendedor nesse

contexto, como agentes importantes para identificar as deficiências e potenciais do ecossistema e manter o seu equilíbrio.

Sendo assim, surge a definição de ecossistema de empreendedorismo social que está intimamente ligado ao ecossistema de inovação social que foi abordado por Lévesque (2016). O autor conclui que os ecossistemas empresariais são, por definição, centrados na oferta, de forma que eles dão muito pouco espaço às organizações que criam ou reconfiguram a demanda, em menor grau para os ecossistemas da economia social e solidária.

No relatório emitido em 2014, pela Comissão Europeia, denominado "Um mapeamento das empresas sociais e seus ecossistemas na Europa", que abrange 29 países europeus, afirma-se que “as características de um ecossistema para empresas sociais, necessárias para superar barreiras ao crescimento, tendem a ser ainda não muito maduras na maioria dos países, mas há um surgimento lento, embora a estrutura formal de apoio e as políticas de apoio permanecem escassas” (Comissão Europeia, 2014, p.10). Nesse sentido de análises de diferenciação, o Quadro 1 apresenta as principais características do ecossistema de empreendedorismo e do ecossistema de empreendedorismo social.

**Quadro 1** Características do ecossistema de empreendedorismo e o ecossistema de empreendedorismo social

<b>Características</b>	<b>Ecossistema empreendedor</b>	<b>Ecossistema de empreendedorismo social</b>
Abordagem	Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Econômico e Social
Papel	Facilitador de imersão de novas empresas e empreendedores com objetivo na lucratividade	Facilitador para o desenvolvimento de novos empreendimentos que tenham como finalidade cessar alguma demanda da sociedade
Contexto	Ambiente de fortalecimentos de empreendimentos	Ambiente de fortalecimentos de empreendimentos sociais
Objetivo	Foco no mercado	Busca soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais da comunidade
Princípios	Engajamento em busca de maiores ganhos	Engajamento em torno de uma causa comum
Resultados	Crescer e manter lucratividade	Criar e manter valor social
Processos	Produz bens e serviços para mercado	Produz bens e serviços para a comunidade local e global

Fonte: Elaborado a partir da revisão teórica, 2021.

Embora os ecossistemas empreendedores rapidamente tenham alcançado interesse nas comunidades de pesquisa e política, a implementação de políticas ecossistêmicas ultrapassou

rapidamente sua base de pesquisa (Autio *et al.*, 2018), as ideias básicas subjacentes ao conceito de ecossistema empreendedor são baseadas em fortes tradições de pesquisa (Wurth, Stam & Spigel, 2021).

Stam e Van de Ven (2019) afirmam que o conceito é problemático e a pressa em empregá-lo correu à frente de responder as várias questões conceituais, teóricas e empíricas fundamentais. Eles afirmam que o fenômeno, à primeira vista, parece bastante tautológico: ecossistemas empreendedores são sistemas que produzem empreendedorismo bem-sucedido e, onde há muito empreendedorismo bem-sucedido, aparentemente existe um bom ecossistema empreendedor.

Por essa razão, o pensamento atual sobre ecossistemas empreendedores pode ser visto como o resultado de desenvolvimentos em várias literaturas relacionadas (Wurth, Stam & Spigel 2021), atentando-se que o conceito de ecossistema empreendedor (EE) ficou amplamente conhecido e disseminado por meio do artigo do Professor Daniel Isenberg, publicado na *Harvard Business Review* (Isenberg, 2011). Para Isenberg (2011), um ecossistema empreendedor é constituído por seis grandes constructos, a saber: 1) Políticas (fatores relacionados às regulamentações governamentais, incentivos fiscais e outras estratégias para incentivar o empreendedorismo); 2) Finanças (estruturas para atrair pequenos investidores, investidores anjos, grandes fundos de *equity private*, entre outros); 3) Cultura (como é a tolerância ao erro, quão valorizado são os empreendedores de sucesso, qual é a ambição da população para empreender, entre outros); 4) Apoio (como se dá o apoio do ponto de vista de infraestrutura e a serviços profissionais às empresas nascentes); 5) Capital Humano (aborda questões relacionadas à formação profissional para o empreendedorismo e treinamentos) e; 6) Mercados (parâmetros relacionados à regionalização da economia, diversificação, entre outros). Nota-se que para o autor cada elemento isolado é favorável ao empreendedorismo, mas insuficiente para sustentá-lo. Juntos eles turbinam a criação e o crescimento dos empreendimentos.

## **2.1 Definições e Principais Elementos de Ecossistema Empreendedor**

Aguçando a literatura acerca das publicações sobre ecossistemas nas mais diversas tratativas se faz relevante abordar sobre as relações entre universidade-indústria-governo, mais conhecido como modelo da Tripla Hélice, o qual sugere que a inovação está em constante evolução e novas e complexas relações devem acontecer em três diferentes frentes: universidade, indústria e governo, tendo a universidade como indutora das relações com as

empresas e o governo (Etzkowitz & Zhou, 2017).

De acordo com Etzkowitz e Zhou (2017, p. 24), “As interações universidade-indústria-governo, que formam uma hélice tríplice de inovação e empreendedorismo, são a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento”. Com estudos posteriores, essa tríade recebeu novos atores que fortalecem o processo de geração de inovação e conhecimento, incluindo a sociedade (Hélice Quádrupla - HQ) e o ambiente (Hélice Quíntupla) com hélices importantes na dinâmica da inovação, considerando aspectos para um desenvolvimento sustentável (Mineiro *et al.*, 2019).

A Hélice Quíntupla enfatiza os ambientes naturais da sociedade para a produção do conhecimento e da inovação, contextualizando as abordagens defendidas pelos modelos da Hélice Tripla e da Hélice Quádrupla (Carayannis & Campbell, 2011; Carayannis & Rakhmatullin, 2014). Nesse modelo, o meio ambiente é considerado fator principal para a preservação, sobrevivência e revitalização da humanidade, e precisa ser inserido nas políticas e propostas de desenvolvimento regionais (Carayannis *et al.*, 2012).

Apesar da diversidade de abordagens, há um elo comum entre os conceitos de ecossistemas empreendedores (EE) e entre as abordagens desses modelos, que é a certeza de que qualquer ecossistema envolve vários elementos-chave interconectados, que interagem constantemente e se reforçam mutuamente, englobando vários componentes que precisam cooperar para facilitar a inovação e o crescimento (World Economic Forum, 2013; Stam, 2015). Também é necessário um ambiente fortificado e atores, desenvolvendo políticas e meios de cooperação para que o objetivo consiga ser alcançado.

Embora o recente interesse em ecossistemas empreendedores o faça parecer novo, ele se baseia em tradições intelectuais que variam de clusters a sistemas de inovação e economia urbana (Acs *et al.*, 2017; Brown & Mason, 2017; Brown & Mawson, 2019; Malecki, 2018). Na literatura, o conceito de ecossistema empreendedor está inicialmente relacionado à caracterização de um complexo arranjo de atores e estruturas. É possível identificar várias definições referentes ao ecossistema empreendedor, sendo que umas apresentam elementos mais específicos (Cohen, 2006; Neck *et al.*, 2004), e, outras, elementos mais sistêmicos (Ács, Autio, & Szerb, 2014; Isenberg, 2011).

Assim sendo, pesquisas recentes de revisão da literatura do ecossistema empreendedor (por exemplo, Carbery, Garavan, & McCarthy, 2019; Garavan *et al.*, 2019; Cao & Shi, 2020; Hakala *et al.*, 2020) são realizadas, porém, ainda não existe uma definição amplamente compartilhada de ecossistemas empreendedores entre pesquisadores ou profissionais (Stam & Van de Ven, 2019; Brown & Mason, 2017). O Quadro 2 apresenta algumas definições e os

principais elementos apontados por elas.

**Quadro 2** Definições e principais elementos de ecossistema empreendedor

<b>Autores</b>	<b>Definição</b>	<b>Principais elementos</b>
(Cohen, 2006)	Ecossistemas empreendedores representam um conjunto diversificado de atores interdependentes dentro de uma região geográfica que influenciam a formação e eventual trajetória de todo o conjunto de atores e, potencialmente, da economia como um todo.	Conjunto de componentes (atores) interdependentes, economia e região geográfica.
(Isenberg, 2011)	O ecossistema empreendedor refere-se ao contexto no qual o empreendimento está inserido, considerando a política, economia, cultura, apoio, capital humano e mercados.	Política, economia, cultura, apoio, capital humano e mercados.
(Mason & Brown, 2014)	O ecossistema empreendedor refere-se a 'um conjunto de atores empreendedores interconectados (potenciais e existentes), organizações empreendedoras (por exemplo, empresas, capitalistas de risco, business angels, bancos), instituições (universidades, agências do setor público, órgãos financeiros) e processos empreendedores (por exemplo, a taxa de natalidade de negócios, número de empresas de alto crescimento, níveis de 'empreendedorismo blockbuster', número de empreendedores em série, grau de mentalidade de <i>sellout</i> dentro das empresas e níveis de ambição empreendedora) que formal e informalmente se unem para conectar, mediar e governar o desempenho dentro do ambiente empresarial local.	Atores empreendedores, organizações empreendedoras, instituições de apoio e processos empreendedores.
(Stam, 2015)	O ecossistema empreendedor é um conjunto de atores e fatores interdependentes coordenados de maneira a possibilitar o empreendedorismo produtivo.	Atores e fatores interdependentes.
(Ács, Autio, & Szerb, 2014)	O ecossistema empreendedor refere-se a grande variedade de necessidades que um novo empreendimento possui durante seu ciclo de vida inicial.	Necessidades do empreendimento durante seu ciclo de vida inicial.
(Morris, Neumeyer & Kuratko, 2015)	O ecossistema de empreendedorismo refere-se ao contexto que fornece acesso a financiamento, educação e transferência de P&D, políticas e programas governamentais, bem como infraestrutura física e profissional.	Contexto, fontes de financiamento, educação e transferência de P&D, políticas e programas governamentais e infraestrutura física e profissional.
(Singer <i>et al.</i> , 2015; Kelly <i>et al.</i> , 2016)	Os ecossistemas de empreendedorismo incluem financiamento, políticas governamentais, programas governamentais de empreendedorismo, educação para o empreendedorismo, transferência de P&D, infraestrutura comercial e legal, abertura do mercado, infraestrutura física e normas culturais e sociais, que constituía base de	Financiamento, políticas governamentais, educação para o empreendedorismo, transferência de P&D, infraestrutura comercial e legal, abertura do mercado,

	nossa análise do ecossistema de empreendedorismo.	infraestrutura física e normas culturais e sociais.
(Mack & Mayer, 2016)	Os ecossistemas empreendedores são componentes de sistemas empreendedores que interagem entre si, promovendo a criação de novas firmas em determinada região.	Interação entre os componentes de sistemas empreendedores para criar novas firmas.
(Spigel, 2017)	Ecossistemas empreendedores são combinações de elementos sociais, políticos, econômicos e culturais, em uma região que apoiam o desenvolvimento e o crescimento de startups inovadoras e incentivam empreendedores nascentes e outros atores a assumirem os riscos de iniciar, financiar e, de outra forma, auxiliar empreendimentos de alto risco.	Combinação de elementos sociais, políticos, econômicos e culturais em uma região.
(Wu <i>et al.</i> , 2018)	Ecossistema empreendedor é a união e a interdependência entre elementos tangíveis e intangíveis, que facilitam o surgimento e êxito de novos empreendedores e de novas empresas: redes de empreendedores, capacidade e cultura empreendedora, universidades, mercado consumidor, políticas econômicas, acesso a capital e instituições de suporte.	Elementos tangíveis e intangíveis, que facilitam o surgimento e êxito de novas empresas.
Spigel, B., & Harrison, (2018)	Um ecossistema empreendedor pode ser definido como um “guarda-chuva conceitual” para os benefícios e recursos produzidos por uma comunidade coesa, tipicamente regional, de empreendedores.	Benefícios e recursos produzidos por uma comunidade coesa de empreendedores.
(Stam & Van de Ven, 2019)	Um ecossistema empreendedor consiste em todos os elementos necessários para sustentar o empreendedorismo em um determinado território.	Infraestrutura física, demanda, intermediários, talento, conhecimento, liderança, finanças, instituições formais, cultura e redes

Fonte: Elaborado a partir da revisão teórica, 2022.

É possível identificar um aspecto importante a ser destacado entre as definições, no qual um ecossistema empreendedor ou ecossistema empresarial sustentável inclui a união de vários atores dependentes mutuamente que, dentro de uma região geográfica, influenciam na formação e na trajetória de um grupo de atores, impactando no crescimento econômico deste ambiente (Cohen, 2006).

Assim, é nítido que os conceitos trazidos abordam uma gama de processos, elementos e atores, que possuem papéis dentro do ecossistema. Porém, a presença desses atores e fatores não é suficiente para o desenvolvimento do ecossistema, sendo fundamental que eles estejam conectados (Wurth, Stam & Spigel, 2021) para que possa haver desenvolvimento e contribuição para o progresso do ecossistema em que esses atores estão inseridos.

No cerne da dialógica sobre ecossistema de empreendedorismo, cientistas e profissionais trazem debates que acentuam a busca pelo campo. Compreende-se desse modo, e, a partir da análise de trabalhos desenvolvidos sobre a temática abordada, a carência por ferramentas que auxiliem as empresas e os empreendedores a entender como se configura o ecossistema de empreendedorismo, de modo a identificar em sua conjuntura os elementos que exercem maior influência dentro de um ecossistema.

Assim, a partir da leitura das pesquisas desenvolvidas por esses, é possível extrair os principais elementos que são apontados por eles em suas definições como: política, economia, cultura, estruturas de apoio, capital humano, mercados, entre outros, conforme exposto na Figura 2.

**Figura 2** Principais elementos do ecossistema empreendedor abordados na literatura



Fonte: Elaborado a partir da revisão teórica, 2022.

Cada um dos elementos possui um papel fundamental dentro do ecossistema que está inserido. O capital humano se refere aos empreendedores que estão dispostos a desenvolver os empreendimentos em determinada região, pode-se dizer que é o elemento primordial para a existência do ecossistema empreendedor, que sem o papel humano não há como desenvolver esse ecossistema. Stam e Van de Ven (2019) afirmam que talvez o elemento mais importante de um ecossistema empreendedor eficaz seja a presença de um grupo diversificado e qualificado de trabalhadores.

Para que haja disponibilidade de pessoas com talentos é essencial uma aproximação entre futuros empreendedores e empresas, ou seja, a formação de redes de contatos nos mercados (Gazarro *et al.*, 2016). Os mercados facilitam a criação de novas empresas por meio da troca de conhecimento e informações, além de proporcionarem os primeiros contatos entre os atores de novos negócios (Ghazali, Ibrahim & Zainol, 2013).

Spigel (2017) compreende um sistema no qual atributos culturais, sociais e materiais interagem dentro de um contexto regional específico. De acordo com esse autor, os três atributos abordados devem ser compreendidos como os pontos principais na formação de ambientes favoráveis à atividade empreendedora, os quais fornecem recursos externos que aumentam a competitividade de novos empreendimentos (Vieira, 2019). Assim sendo, os elementos são perceptíveis e reproduzidos de acordo com suas inter-relações, as quais em conjunto se reforçam no ambiente em que estão inseridos.

Tratando do governo e das iniciativas públicas é fundamental falar que quase tudo parte desse elemento, seja na esfera municipal, estadual ou federal. De acordo com Carvalho, Viana e Mantovani (2016), o governo tem um papel fundamental para as empresas na regulação de um conjunto de normas e regulamentos, que podem facilitar o processo empreendedor e diminuir a burocracia. Isso posto, as políticas públicas devem ser mais firmemente implementadas e evoluir ao longo do tempo, tendo em vista, que, os ecossistemas são complexos e dinâmicos e precisam crescer e se desenvolver.

A dimensão de instituições e organizações de apoio trata de elementos que são responsáveis por ofertar ensino de qualidade e formar profissionais, cidadãos críticos e capacitados para atuar no mercado de trabalho, com a missão de inserir o empreendedorismo social na educação de base, assim como, as organizações que tragam o objetivo de mudança social dentro da sociedade através dos programas e serviços por elas ofertados.

Outro elemento primordial para o ecossistema é a infraestrutura física, que sendo altamente desenvolvida torna-se um elemento-chave do contexto para permitir a interação econômica e o empreendedorismo em particular (Audretsch et al., 2022). É curioso destacar que a presença de investidores, governo e de instituições de apoio fortalece o desenvolvimento do ecossistema. Assim, entende-se que todos os elementos são cruciais para a concretização do ecossistema empreendedor, cada um cooperando de sua forma e interagindo com os demais.

## **2.2 Modelos de Ecossistemas Empreendedores**

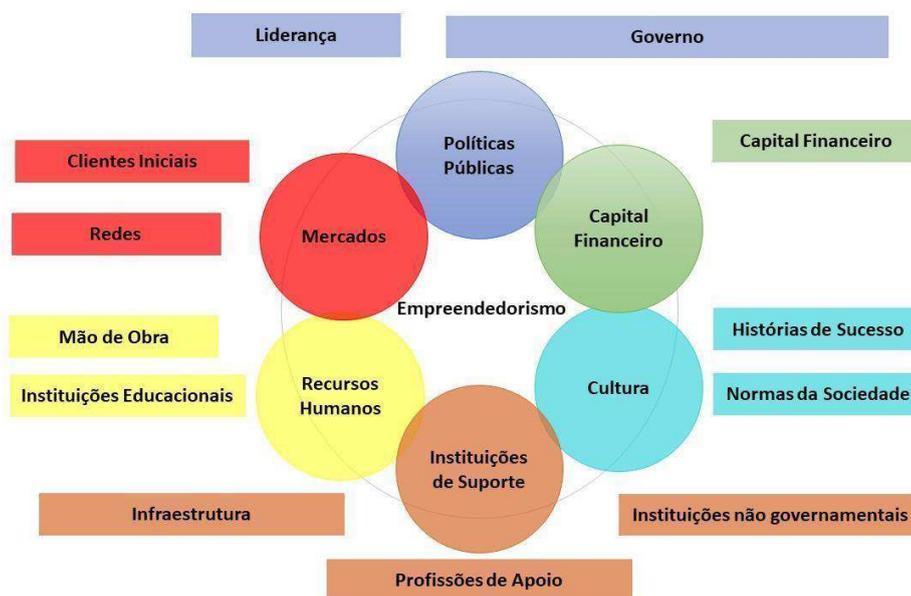
Como já abordado, um ecossistema empreendedor consiste em todos os elementos necessários para sustentar o empreendedorismo em um determinado território (Stam & Van de Ven, 2019) e pode ser definido como um “guarda-chuva conceitual para os benefícios e recursos produzidos por uma comunidade coesa, tipicamente regional, de empreendedores” (Spigel & Harrison, 2018, p. 152), em que as instituições e os empresários são

interdependentes, influenciando e sendo influenciados uns pelos outros (Brush *et al.*, 2018).

Van de Ven (1993) foi um dos primeiros a propor quatro amplos componentes de um ecossistema (ou o que ele chamou de 'infraestrutura') para empreendedorismo, incluindo (1) arranjos institucionais que legitimam, regulam e incentivam o empreendedorismo; (2) dotações de recursos públicos de base científica, conhecimento, mecanismos de financiamento e pools de mão de obra competente; (3) demanda de mercado de consumidores informados pelos produtos e serviços oferecidos pelos empresários; e, claro, (4) atividades comerciais proprietárias que os empreendedores privados fornecem por meio de P&D, funções de fabricação, marketing e distribuição (Van de Ven, 1993).

No que tange aos aspectos específicos sobre “ecossistema de empreendedorismo” ou “ecossistema empreendedor”, Isenberg (2011) avançou em suas pesquisas sobre o tema, criando um modelo baseado em seis domínios que compreendem esse ambiente, a saber: políticas públicas, capital financeiro, cultura, instituições de suporte, recursos humanos e mercados (Figura 3).

**Figura 3** Domínios do Ecossistema Empreendedor



Fonte: Isenberg, 2011, p. 7

Neste contexto, o ecossistema empreendedor representa um sistema socioeconômico auto-organizado e autossustentável pela busca dos atores por seus interesses, em que há uma relativa independência de um controle central, porém, políticas podem influenciar as estruturas de interação dos atores (Isenberg, 2016).

Um dos principais domínios dos ecossistemas empreendedores que Isenberg (2011)

enfoca é capital humano, como a presença de empreendedores em série. No entanto, além desses empreendedores tidos como tradicionais, ou ainda, aqueles que buscam como meta central os ganhos econômicos, outros tipos de empreendedores atuam e podem também fazer parte de um de ecossistema que seja tido como um promotor do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o empreendedor social é um ator que pode contribuir e atrair investimentos, diante da sua tratativa não só econômica, como também social, então se faz necessário que esses outros tipos de empreendedores sejam abordados dentro desses ecossistemas alavancando e contribuindo para uma sociedade melhor. Dessa maneira, é fundamental trabalhar para unificar o empreendedorismo social e literaturas de ecossistemas empreendedores e compreender a interação entre esses dois fenômenos (Villegas-Mateos & Vázquez-Maguirre, 2020).

Em 2013, o Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum, 2013) apresentou sua concepção do ecossistema empreendedor com base nos oito pilares a seguir: 1) mercados acessíveis, 2) capital humano e trabalho, 3) investimento e finanças, 4) um sistema de apoio (consultoria, mentoria), 5) o quadro regulatório e infraestrutura, 6) educação e treinamento, 7) grandes universidades como catalisadores, 8) apoio cultural.

Mais adiante, fazendo uma crítica aos modelos anteriores e expandindo o campo e entendimento sobre ecossistema empreendedor, Stam (2015) define o ecossistema empreendedor como um conjunto de atores e fatores interdependentes, coordenados de maneira a possibilitar o empreendedorismo produtivo. A atividade empreendedora é considerada o processo pelo qual os indivíduos criam oportunidades de inovação e sua abordagem enfoca o desenvolvimento do ecossistema como um processo governado por um conjunto interdependente de atores que possibilita a ação empreendedora (Pathak & Mukherjee, 2020).

O novo modelo proposto por ele inclui informações da literatura anterior (isto é, os aspectos que foram considerados elementos importantes dos ecossistemas empresariais), mas, mais importante, fornece mais profundidade causal com quatro camadas ontológicas (condições de estrutura, condições sistêmicas, produtos e resultados), incluindo a causa para cima e para baixo, conforme mostrado na Figura 4.

**Figura 4** Elementos-chave, produtos e resultados do ecossistema empreendedor



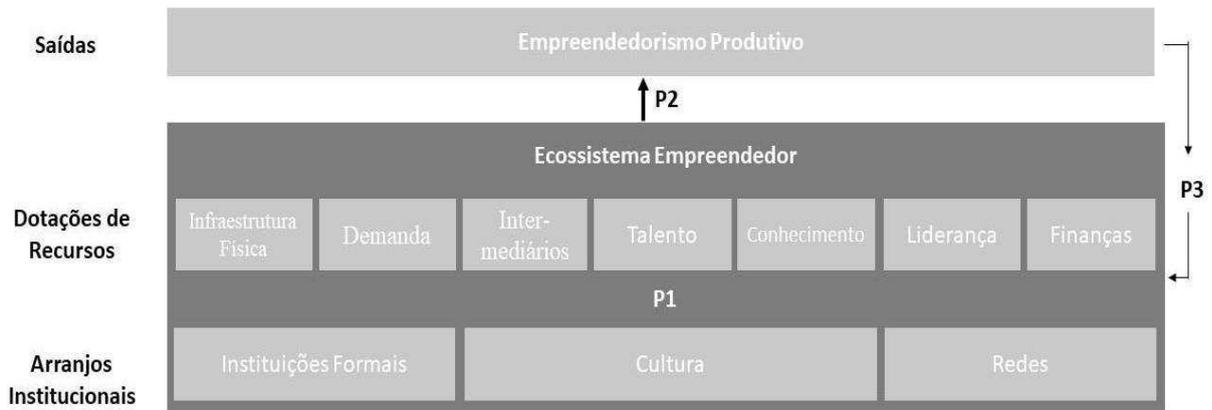
Fonte: (Stam, 2015, p. 7).

Assim, o ecossistema empreendedor pode ser qualificado por dois conjuntos de atributos: o primeiro, relacionado às condições sistêmicas, como redes, liderança, finanças, talento e recursos humanos, conhecimento codificado e não codificado e serviços de suporte e intermediação; e o segundo, que especifica as condições do ambiente, instituições formais, cultura, infraestrutura física e demanda (Stam, 2015).

O autor Spiegel (2017) agrupa os atributos do ecossistema empreendedor em três categorias: 1) cultural, que diz respeito às crenças e perspectivas subjacentes sobre o empreendedorismo em uma região; 2) social, que são os recursos compostos ou adquiridos pelas redes sociais de uma região; e 3) material, que são aqueles com presenças tangíveis na região. Essa presença pode ser um local físico, como uma universidade, ou regras formalizadas, como políticas empresariais e mercados bem regulamentados que se materializam localmente.

Com base nos estudos acadêmicos anteriores, Stam e Van de Ven (2019) propuseram um modelo integrativo de ecossistemas empresariais que consiste em dez elementos e resultados empresariais, conforme a Figura 5. Os dez elementos são construções operacionais dos conceitos mais amplos de instituições e recursos de um ecossistema empreendedor. Eles embasam sua conceituação na chamada infraestrutura para o empreendedorismo (Van de Ven 1993; Stam & Van de Ven, 2019), que se baseia em uma estrutura de sistema social.

**Figura 5** Elementos do ecossistema empreendedor



Fonte: (Stam & Van de Ven, 2019, p. 5)

O modelo proposto por Stam & Van de Ven (2019) se estende aos *insights* da literatura anterior, percorrendo a escala da abstração de construções teóricas para elementos observáveis de um ecossistema empreendedor. O ecossistema empreendedor descrito inclui os arranjos institucionais e os componentes de dotação de recursos da infraestrutura.

Isto posto, dentre todos os modelos trabalhados na literatura, o mais concomitantemente utilizado nas pesquisas ainda é o proposto por Isenberg (2011), porém, existem algumas limitações atrelando-o à perspectiva social. Com isso, serão abordados na subseção a seguir, modelos que possuem os elementos colocados como primordiais para a composição de um ecossistema de empreendedorismo social, o primeiro abordado pela Comissão Europeia 2011 e desenhado por Lévesque (2016), como também, o modelo redesenhado e proposto por Audretsch *et al.* (2022), no qual é utilizado o ecossistema empresarial tradicional orientado para o lucro (Cantner *et al.*, 2021; Isenberg 2011) e seus seis pilares como estrutura para caracterizar a literatura existente sobre as necessidades dos inovadores sociais, estudo esse que será utilizado como modelo base nesta pesquisa.

Ressalta-se que os diferentes modelos de EE abordados na literatura têm em comum a interdependência entre os atores, a proximidade geográfica, o fato de cada ecossistema ser idiossincrático ao local a que pertence e a dinâmica evolutiva que considera o ecossistema como um organismo vivo (Isenberg, 2010; World Economic Forum, 2013; Stam, 2015). Fica evidente que modelos são abordados na literatura recente e que apesar de acrescidos elementos ou removidos em novas estruturas, permanecem alguns em comuns.

### 2.2.1 Ecossistema de Empreendedorismo Social e Inovação Social

A inovação é atrelada ao empreendedorismo desde 1912 com os estudos de Schumpeter através da destruição criativa (Olinsson, 2017). Schumpeter (1964) acreditava que o empreendedor transforma a sociedade a partir da identificação de suas necessidades, criando soluções mediante negócios. Com isso, a capacidade de inovar é formada pelos fatores que as organizações possuem atrelados ao modelo de combiná-los de forma que alcance a eficiência organizacional (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 1997). O Manual de Oslo aponta as estratégias corporativas, fontes de informação para inovações e obstáculos à inovação como fatores chaves que influenciam a inovação nas empresas (OCDE, 1997).

Entretanto, os empreendedores sociais possuem como missão equilibrar o impacto social, ambiental e o ganho financeiro, tornando ainda mais difícil a sobrevivência dos empreendimentos. Nesse contexto, a inovação social emerge com o objetivo de gerar e executar novas ideias de produtos ou serviços, abordando problemas sociais existentes (Dwivedi & Weerawardena, 2018). A inovação social tem como foco as transformações estruturais através de soluções que possibilitam alterações na sociedade em direção ao bem-estar da comunidade e da satisfação de suas necessidades (Oliveira, Correia & Gomez, 2018).

Compreendendo que o ecossistema empreendedor já tem diversas abordagens e que o ecossistema de negócios de impacto social está em construção, partindo da premissa de que os atores institucionais tem papel importante no desenvolvimento desse ecossistema e, conseqüentemente, no contexto do desenvolvimento regional (e ante da inexistência de um modelo que trabalhasse a perspectiva social), a Comissão Europeia (2011) propôs alguns elementos ou características que formariam um ecossistema para promover empresas sociais no coração da economia e da inovação social.

A ideia é ser uma ferramenta que contemple as partes interessadas dentro de um ecossistema estruturado e claro quanto a sua sustentabilidade financeira e impacto social. Assim, foi criado o modelo de Ecossistema de Empreendedorismo Social (Figura 6) por Lévesque (2016), com esses elementos selecionados que formam o ecossistema, em que no centro do ecossistema se encontra a estrutura política para as empresas sociais e ao seu redor, o enquadramento jurídico, os mercados de investimento (impacto social), os sistemas de medição e relatório de impacto, as redes e mecanismos de apoio mútuo, os serviços especializados e suporte para o desenvolvimento dos negócios, os sistemas de certificação, marcas e rótulos.

**Figura 6** Modelo de Ecossistema de Empreendedorismo Social



Fonte: (Lévesque, 2016, p. 17)

Segundo Lévesque (2016), o ecossistema da empresa social é definido como um ambiente em que as empresas sociais são vistas como entidades a serem apoiadas e não como atores capazes de fornecer coletivamente ferramentas de desenvolvimento. Desta forma, o quadro político é colocado no centro, enquanto redes e mecanismos de apoio mútuo são características que atuam no entorno do processo de desenvolvimento dos empreendimentos sociais.

Desse modo, tratam das demandas, ou seja, das dinâmicas de inovação social e suas consequências sobre os problemas públicos ou as necessidades sociais em torno, dos quais os diferentes atores dos ecossistemas de inovação social se mobilizam para promover a incidência. Diante do cenário, onde a Comissão Europeia indica que a economia social emprega 6% dos trabalhadores e que uma em cada quatro empresas recém-criadas é uma delas, deve-se presumir que o empreendedorismo social também inclui cooperativas, fundações, associações e empresas mutuais. Lévesque (2016) afirma, então, que o objetivo da iniciativa é permitir que as empresas sociais se beneficiem, tanto quanto as demais, das vantagens do mercado interno.

A lógica é fomentar uma economia social, colocando a economia social e a inovação social no centro de suas preocupações, tanto em termos de coesão territorial quanto na busca de soluções originais para os problemas sociais, e, em particular, na luta contra a pobreza e a exclusão (Lévesque, 2016).

Analisando a literatura atual sobre o campo é possível observar que grande parte dos estudos recentes se baseiam na literatura sobre inovação, alguns importando os modelos para o campo social, sem o devido cuidado de considerar as particularidades das dinâmicas de inovação social (Stam, 2015). Tais estudos, em sua maioria, adotam uma perspectiva estrutural-funcionalista, oferecendo modelos que se concentram, sobretudo, no papel da oferta nos EIS (instituições de suporte) e de alguns atores-chave, em que poucos tratam das demandas, ou seja, das dinâmicas de inovação social e suas consequências sobre os problemas públicos ou as necessidades sociais em torno dos quais os diferentes atores dos EIS se mobilizam para promover incidência (Andion, Alperstedt, & Graeff, 2020).

Com base nisso, Carayannis *et al.* (2021) em sua pesquisa diz que as mudanças necessárias que precisam ser feitas quando se muda de um modelo de negócio tradicional para um social são as seguintes:

1) A primeira mudança é a especificação das partes interessadas visadas e a provisão de que a proposição de valor e a constelação não se concentram apenas no cliente, mas são expandidas para abranger todas as partes interessadas.

2) A segunda é a definição dos lucros sociais desejados por meio de uma visão abrangente do ecossistema, resultando em uma equação de lucro social.

3) A terceira mudança refere-se à equação do lucro econômico, que visa apenas a recuperação total do custo e do capital, e não a maximização do lucro financeiro.

Seguindo essa discussão, é importante ressaltar as diferentes abordagens obtidas pelos autores em relação a este ecossistema voltado para as empresas sociais. Na pesquisa de Carayannis *et al.* (2021) é abordado como ecossistema de inovação social (EIS), cuja inovação social está focada na criação de novos ou a alteração das formas existentes que dão valor à sociedade, estimulando a criação social e sustentável de novos produtos, serviços, métodos e estratégias, dessa forma, estando totalmente de acordo com a proposta do empreendedorismo social. Sendo assim, ambos possuem em sua essência uma mesma finalidade.

Segundo Lévesque (2016), a Comissão Europeia prevê que a construção de um ecossistema de empreendedorismo social requer ações ou intervenções em três direções: Melhorar o acesso ao financiamento; melhorar a visibilidade do empreendedorismo social, desenvolvendo ferramentas para entender melhor o setor e tornar o empreendedorismo social mais visível; e, melhorar o ambiente jurídico. Ao mesmo tempo, exalta que os estatutos existentes na maioria dos países não parecem relevantes, com algumas exceções para além das ações que tendem a iniciar. Insta-se, portanto, as autoridades públicas, as autoridades

locais e regionais a contribuírem para o desenvolvimento de empresas sociais, em particular por meio de estruturas de desenvolvimento econômico e câmaras de comércio, levando em consideração a dimensão transfronteiriça das parcerias e as iniciativas que elas apoiam.

Lévesque (2016) discorre que na maioria dos países onde a economia social e solidária está bem estabelecida, existem ecossistemas locais (subnacionais), que podem ser partes interessadas em ecossistemas nacionais, como é o caso no Brasil e, em certa medida, em Quebec. O Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer ecossistemas locais na forma de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), na maioria das vezes, de universidades em contato com organizações da sociedade civil, ONGs, sindicatos e empresas de economia solidária. Esses ecossistemas locais da economia social e solidária, também podem participar da consolidação dos ecossistemas nacionais de Empreendedorismo Social. Para análise do EES da Paraíba é preciso considerar as variáveis colocadas como essencial para a formação de um ecossistema de sucesso.

A partir do exposto, conclui-se que o modelo proposto por Lévesque (2016) é uma ferramenta que pode servir de apoio para auxiliar na formação de ecossistemas prósperos e desenvolvidos, que impactem a sociedade de forma positiva, diminuindo as desigualdades e sanando as dificuldades enfrentadas por aqueles de classe baixa, que não tem acesso e oportunidade de realizar e ter os seus direitos básicos, respeitando também a natureza, agindo de forma sustentável.

Cantner *et al.* (2021) considera os seis pilares de Isenberg (política, mercados, finanças, cultura, suporte e capital humano) como elementos centrais de qualquer ecossistema empreendedor e se referem a eles como o ecossistema empreendedor tradicional. Com base em dados empíricos qualitativos e estendendo criticamente o modelo de Isenberg (2011), o estudo de Audretsch *et al.* (2022) desenvolve um novo modelo de ecossistemas de inovação social parcialmente sobrepostos aos ecossistemas empreendedores tradicionais e discute possíveis sinergias e tensões entre esses dois ecossistemas.

Aliando o modelo de EE tradicional e buscando identificar as necessidades emergentes dos inovadores sociais e ecossistemas de inovação social, Audretsch *et al.* (2022) fazem uma adaptação das seis dimensões criadas por Isenberg (2011), após um estudo de caso e acrescentam a esse modelo, as dimensões do ecossistema de inovação social, como também as necessidades do inovador social amplamente negligenciadas pela literatura, como pode-se verificar no quadro 3.

**Quadro 3** Modelo de Ecossistema de Inovação Social

CATEGORIAS	INDICADORES	DEFINIÇÃO
------------	-------------	-----------

(Isenberg, 2011)	(Audretsch, Eichler & J. Schwarz, 2022)	
<b>POLÍTICA</b>	Atividades políticas personalizadas	Esforços para aumentar a conscientização sobre o problema social e a necessidade de os formuladores de políticas introduzirem a educação de inovação social.
	Configuração legal	Cenário legal e acesso a recursos (finanças e capital humano) adequados para os mais diversos atores para que não haja tensões.
	<b>Educação sobre inovação social*</b>	A educação sobre inovação deve estimular a conscientização e a importância dos problemas sociais predominantes e deve apresentar aos alunos as diferentes formas de implementação de inovação social.
	<b>Foco sociopolítico orientado a longo prazo*</b>	Conscientização dos políticos sobre os desafios sociais e o potencial da IS para mitigá-los. Tempo apropriado para que o impacto social dos projetos seja evidente e, assim, os políticos consigam apoiar o projeto.
	<b>Ponto de contato político*</b>	Pessoa que pode enviar o inovador social aos órgãos políticos responsáveis apropriados e, assim, assumir um papel de mediação.
<b>FINANÇAS</b>	Acesso mais fácil e menos formalidades	Acesso com mais facilidade e menos formalidades para o apoio financeiro.
	Fontes financeiras comuns	Financiamento mais facilmente acessível.
	<b>Medidas adequadas para avaliar o impacto de SIs*</b>	Medidas adequadas para avaliar o impacto dos inovadores sociais devido às diferentes características das inovações dos empreendedores orientados para o lucro e das inovações dos inovadores sociais.
	<b>Orçamento próprio do SI governamental*</b>	Criação de um orçamento governamental permanente para o SI. Apoio financeiro governamental dedicado aos projetos de SI em seus estágios iniciais.
<b>MERCADO</b>	Mudança social e demográfica	Envelhecimento da sociedade, às estruturas familiares modernas ou à urbanização.
	Proteção ambiental	Inovações que conscientizam sobre os desafios ambientais, tendo em vista que, os efeitos das mudanças climáticas se intensificam e se tornam cada vez mais visíveis.
	Nichos	Porção específica de um mercado. Os empreendedores sociais ou tradicionais podem assim optar por um nicho que lhes permitam aplicar uma estratégia de diferenciação.
<b>CAPITAL HUMANO</b>	Características pessoais fortes	Personalidade é o modo de agir de cada pessoa. Indivíduos com fortes características pessoais que têm coragem de se tornarem ativos e iniciarem uma inovação.
	Conhecimento Específico	Conhecimentos que o indivíduo domina acerca de determinado assunto ou projeto ((por exemplo, inovações que envolvem tecnologia de ponta ou que estão inseridas em ambientes jurídicos difíceis).
	Experiência não local e prática	Indivíduos com experiência de fora de uma região podem impulsionar todo o ecossistema, seja compartilhando sua experiência com colaboradores de projetos de SI existentes ou iniciando um SI eles mesmos.

	<b>Habilidades sociais, de comunicação e de gerenciamento de projetos*</b>	Conjunto de premissas que podemos desenvolver e adotar como ferramenta para se conectar, interagir e se comunicar com as pessoas, como também, a junção de ideias e práticas que são utilizadas para planejar, monitorar e concluir um projeto.
<b>APOIO</b>	Alcance público	Ações que podem ser apoiadas por meio de eventos, concursos, shows e diversas contribuições da mídia.
	Infraestrutura e espaço físico	Todo o aparato físico presente em uma determinada localidade e os serviços a ele associados (por exemplo, internet de alta velocidade).
	Apoio específico do projeto	Acompanhamento orientado para um objetivo específico do projeto, considerando que independentemente de serem socialmente ou orientadas para o lucro, muitas inovações são complexas.
	Centro/central	Ter em mente uma ideia de negócio aproximada ao abordar tal instituição de apoio.
	<b>Problemas Sociais*</b>	Causas do subdesenvolvimento de uma região, sendo necessário aumentar a conscientização sobre certos problemas sociais, elaborar a relevância e complexidade desses problemas.
<b>CULTURA</b>	Incentivo da sociedade	Estimulação dos indivíduos diante de uma situação específica em determinadas situações sem receber nenhum/muito retorno financeiro, (por exemplo, a cobertura adequada da mídia desempenha um papel fundamental para alcançar uma cultura que encoraje os inovadores sociais).
	Cultura empreendedora	Cenário no qual os indivíduos estão dispostos a correr riscos, envolve como a sociedade lida com o fracasso. Além disso, é fundamental que a sociedade esteja aberta a novos produtos e serviços, pois a melhor inovação não tem sentido se não for adquirida e utilizada.
	<b>Comunicação e discussão adequadas*</b>	A comunicação e a discussão devem ser caracterizadas, por um lado, em um alto nível de respeito; por outro lado, devem também envolver determinação. Soluções para desafios sociais ou ambientais, muitas vezes, surgem através da discussão entre muitas pessoas.
	<b>Horizonte internacional*</b>	Reflexão sobre problemas que possam existir de maneira semelhante em outras regiões e países, para que as ideias inovadoras em potencial tenham um impacto muito mais substancial.
	<b>Sociedade participativa*</b>	Maior participação da sociedade para o desenvolvimento de ideias inovadoras para os problemas sociais predominantes.
	<b>Sensibilidade Social e Ética*</b>	Capacidade de um indivíduo para identificar, perceber e compreender os sinais e contextos em interações sociais.

Fonte: Elaborado com base em Audretsch *et al.* (2022).

Essas dimensões e categorias de análise foram utilizadas como base para a realização desta pesquisa, considerando a necessidade de compreensão de um ecossistema de empreendedorismo social. Os procedimentos adotados para alcançar o objetivo proposto são apresentados na seção a seguir.

### **3 METODOLOGIA DE PESQUISA**

O presente capítulo apresenta a escolha do método e os procedimentos necessários para atender ao objetivo desta dissertação, a saber: Analisar as configurações do ecossistema de empreendedorismo social na Paraíba. O trabalho foi realizado em três etapas principais: (i) identificar atores que contribuem para o desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo social na Paraíba; (ii) elaboração de roteiro semiestruturado, buscando identificar a partir do conhecimento dos entrevistados, os principais elementos para o desenvolvimento do EES, os programas oferecidos pelo poder público e quais atores que fazem parte desse ecossistema; (iii) na realização das entrevistas; (iv) transcrições das entrevistas realizadas. Nesta seção serão apresentadas as etapas que contribuíram para a realização do estudo, bem como os procedimentos de coleta e análise dos dados.

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

Este estudo, do ponto de vista metodológico, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que, segundo Creswell (2018), compreende um meio para explorar e entender o significado dado a um problema social ou humano pelos indivíduos, utilizando da coleta de dados, análise de textos ou imagens e da ativa interpretação do pesquisador.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva e exploratória, que busca analisar como se configura o ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba, a partir da compreensão das relações entre as partes interessadas e dos processos e resultados envolvidos.

O método escolhido foi o estudo de caso, por ser um método que permite o detalhamento de um único objeto de estudo ou de múltiplos objetos, por ser utilizado para compreender fenômenos pouco estudados e os aspectos específicos de uma teoria (Pesce & Abreu, 2019).

#### **3.2 Unidade de Análise e Sujeitos Escolhidos**

A Paraíba é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localiza-se no leste da região Nordeste, seu território é dividido em 223 municípios e apresenta uma área de 56 469,778 km<sup>2</sup>. Com uma população de 3,996 milhões de habitantes, a Paraíba é o décimo quarto estado mais populoso do Brasil. A capital e município mais populoso é João Pessoa. Outros

municípios com população superior a cem mil habitantes são Campina Grande, Santa Rita e Patos (A Paraíba - Ibal@io, n.d.)

Com cerca de 320 empresas no segmento de negócios digitais e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (A Paraíba - Ibal@io, n.d.), instaladas por todo o Estado, com número significativo nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras, a Paraíba vem se transformando, ao longo dos anos, em uma referência nacional na área de inovação.

Com tais características, o Estado tem se consolidado como um ambiente fértil para a inovação e a produção tecnológica, seja através das *startups*, de empresas inovadoras, incubadoras, instituições de ensino e fomento, dentre outros atores que estão inseridos no ecossistema local. Dessa forma, o estado vive um momento único para o fortalecimento e integração dessa rede de atores, visando o amadurecimento do ecossistema e a consolidação da cultura do empreendedorismo e da inovação.

Diante desse cenário, é importante analisar a configuração do ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba, visando contribuir para o desenvolvimento local e a transformação social de forma sustentável, a partir da identificação, integração e conexão de atores relevantes do ecossistema local de inovação e no desenvolvimento do ambiente de negócios.

Desta forma, foram investigados atores envolvidos no ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba que contemplem as seguintes categorias: empreendedores sociais, estruturas de apoio, instituições públicas, organizações de financiamento e pesquisadores acadêmicos. O critério de escolha foi por acessibilidade, usando também a técnica de bola de neve. A amostra, portanto, foi não probabilística, do tipo intencional e por acessibilidade.

### **3.3 Coleta De Dados**

As técnicas de coleta de dados foram escolhidas de acordo com a abordagem do trabalho e seus objetivos específicos correspondentes. Desta forma, no que se refere à abordagem qualitativa do estudo e visando o atendimento dos objetivos específicos propostos, elegeu-se como técnicas a entrevista semiestruturada e observação não participante.

O roteiro semiestruturado foi construído a partir das dimensões que compõem o modelo proposto por Isenberg, (2011) com os indicadores propostos pelo modelo de framework de Audretsch *et al.* (2022) que foram escolhidos a partir da revisão da literatura.

Foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas.

Assim, com as técnicas e instrumentos para a realização da coleta de dados, se faz necessária a interpretação dos resultados obtidos. Isto posto, no subtópico a seguir serão discorridos os procedimentos de análise e interpretação dos dados que se pretende aplicar.

### 3.4 Sujeitos da pesquisa

Quanto à definição dos sujeitos de pesquisa, a partir de uma amostragem não probabilística, por intencionalidade e acessibilidade, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com os atores-chave envolvidos direta e indiretamente no Ecossistema de Empreendedorismo Social da Paraíba, seja representantes de instituições de ensino, seja os empreendedores sociais ou instituições de financiamento.

Foram tidos como sujeitos desta pesquisa, aqueles que participam ativamente no processo de desenvolvimento do ecossistema, como também, aqueles que possuíam acesso às informações sobre o funcionamento de alguma associação ou cooperativa que desenvolvem atividades na região e tem resultados positivos dentro do ecossistema de empreendedorismo. O quadro 4 sintetiza os atores escolhidos como sujeitos de pesquisa para este estudo.

**Quadro 4 Síntese dos atores**

<b>TIPO</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>	<b>ATORES</b>
INSTITUCIONAIS	Os atores institucionais envolvem as instituições, o Estado, a identidade e as normas ou valores de cada ator (Tardif & Harrisson, 2005).	Representado por profissionais da UFCG, PaqTcPB, PEASA, ITCG que desempenham papel de coordenadores de projetos que fomentam o empreendedorismo.
SOCIAIS	Os atores sociais envolvem os atores da sociedade civil, de movimentos cooperativistas e associativistas, de sindicatos ou de associações (Tardif & Harrisson, 2005).	Representados pelos artesãos e membros da Cooperativa Arteza, localizada do Distrito de Ribeira de Cabaceiras – PB e pelos fabricantes e representantes da padaria comunitária “Bolos das Oliveiras” da Associação das mulheres agricultoras familiares de Várzea Comprida dos Oliveiras, de Pombal – PB.
ORGANIZACIONAIS	Atores organizacionais referem-se às empresas, organizações da Economia Social, organizações coletivas e beneficiários ou destinatários ( <i>stakeholders</i> ) das organizações privadas (Tardif & Harrisson, 2005).	Representado pelo Sebrae e por profissional do Banco do Nordeste.

Fonte: Elaborado a partir da revisão teórica, 2022.

No tocante aos atores-chave envolvidos no ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba, o Quadro 4 apresenta a tipologia e a identificação dos entrevistados.

**Quadro 5** Identificação dos Entrevistados

<b>ID</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>CIDADE</b>
E1	Institucional	Coordenadora de Programa de Extensão	UFCG Sumé
E2	Organizacional	Agente de Negócios	Banco do Nordeste
E3	Institucional	Diretor Geral da Fundação PaqTcPB	UFCG – Campina Grande
E4	Institucional	Representante de Instituição de Ensino	UFCG – Sumé
E5	Organizacional	Agente de desenvolvimento	Banco do Nordeste
E6	Institucional	Coordenador de programa de extensão tecnológica	UFCG – Campina Grande
E7	Sociais	Diretor de Cooperativa	Cabaceiras
E8	Institucional	Coordenadora de Incubadora Tecnológica	Campina Grande
E9	Institucional	Assessora de Programa de Estudos com empreendedores sociais	Pombal
E10	Sociais	Coordenadora de Associação	Várzea Grande
E11	Organizacional	Gerente da IACOC	Campina Grande
E12	Institucional	Coordenadora do Setor de Projetos	Campina Grande

Fonte: Elaboração própria, 2022.

As entrevistas com os sujeitos de pesquisa identificados no Quadro 5 foram realizadas através de roteiro semiestruturado, construído a partir das dimensões abordadas pelos autores identificados através da revisão da literatura, aplicadas no período compreendido entre os meses de março, abril e junho de 2022, em um cenário de pós-pandemia, porém, muitas pessoas ainda com receio diante de todo o histórico que a pandemia causou em todo o mundo, contabilizando 12 entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas. A quantidade de entrevistas foi definida por meio do ponto de saturação (Glaser & Strauss, 2017).

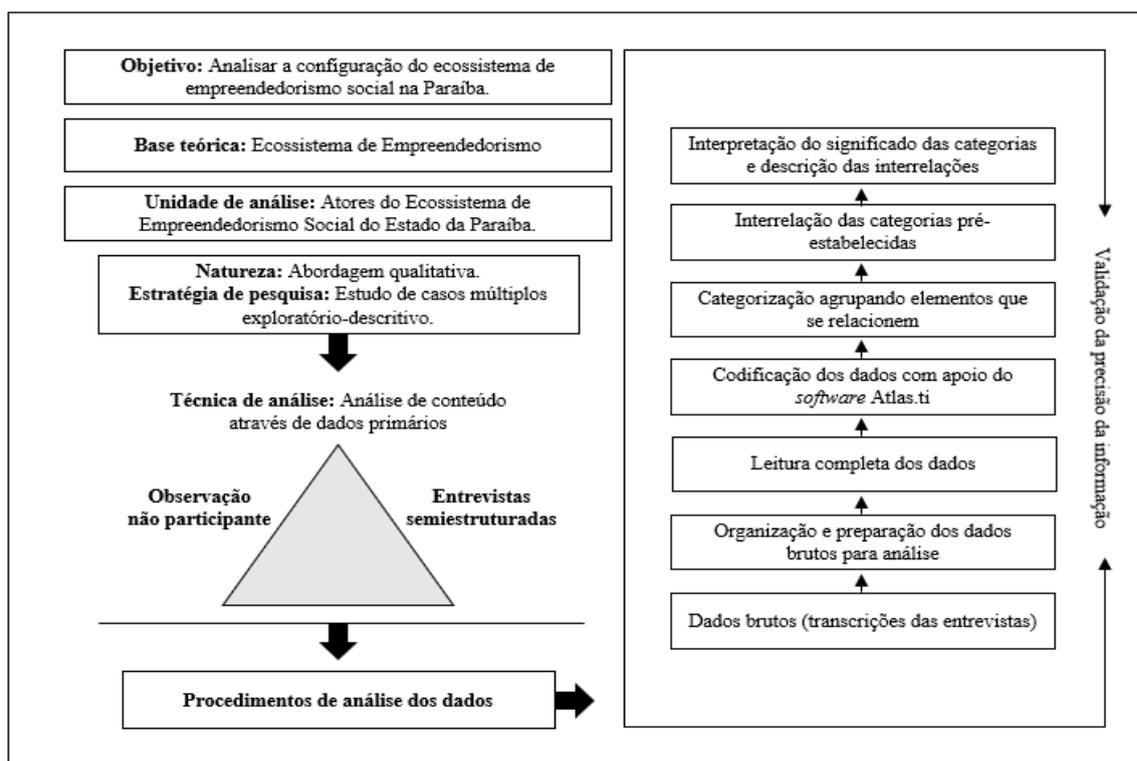
A preponderância dos entrevistados trabalha em Universidades públicas e fazem parte de programas de fomento ao empreendedorismo, fazendo parte do ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba e abarcam dentro desses programas, empreendedores de várias cidades do Estado. Houve também entrevistados de instituições que contribuem para o engrandecimento e acessibilidade não só financeira, mas de conhecimento aos ES, e, para

concluir, foram entrevistados representantes de associação e cooperativa, que influenciam na economia regional e, que foram empreendimentos que tiveram apoio de atores desse ecossistema.

### 3.5 Procedimento de Análise de Dados

Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo Bardin, (1977), seguindo os critérios de validade e confiabilidade propostos por Larrinaga (2017). O desenho metodológico da pesquisa se baseou no modelo adaptado de Creswell, (2010) e Larrinaga (2017) (ver Figura 7).

Figura 7 Desenho metodológico



Fonte: Elaborado pela autora com base em Creswell (2010), Villarreal Larrinaga (2017) e Vasconcelos (2022)

Esse estudo buscou, por meio de uma abordagem de caráter qualitativo, a partir da análise da literatura, bem como, através de entrevistas semiestruturadas, analisar a configuração do ecossistema de empreendedorismo social do Estado da Paraíba e verificar os elementos contributivos para o desenvolvimento ecossistêmico. Por sua vez, a abordagem contribuiu para compreensão do processo de integração dos atores, atualmente dentro desse ecossistema, bem como a visão de atores que fazem parte desse ecossistema em relação às

diversas tratativas, como a relevância dos vários indicadores estabelecidos por Audretsch *et al.* (2022), que compõem as dimensões postas no modelo tradicional proposto por Isenberg (2011).

Após a coleta dos dados pelos instrumentos de pesquisa aplicados, o tratamento dos dados foi realizado através do *software* ATLAS.ti. O *Software* de Análise de Dados Qualitativos (SADQ) foi escolhido devido a sua capacidade de proporcionar aos pesquisadores a condição de organizar, montar e gerir, de forma criativa e sistemática, os materiais para análises qualitativas (ATLAS.ti., 2022). O software Atlas.ti. auxiliou na organização, integração e sintetização das informações obtidas, conforme se apresenta na seção a seguir. O uso do software facilitou a categorização e interpretação dos dados a partir da análise da magnitude de cada indicador que indica a quantidade de *quotations* atribuídas a um determinado código. Quanto maior o número de *quotations*, maior a relevância do indicador para os entrevistados.

## **4 RESULTADOS**

Esta seção apresenta os resultados da verificação empírica dos elementos do Ecosistema empreendedor e do Ecosistema de Inovação Social analisados por dimensão.

### **4.1 Verificação empírica dos elementos do Ecosistema empreendedor e do Ecosistema de Inovação Social**

Esta seção apresenta os resultados das entrevistas realizadas com os atores que fazem parte do Ecosistema da Paraíba, identificando dentro das dimensões os indicadores de maior influência e como eles se relacionam. Foram criados 37 códigos a partir do *framework* criado por Audretsch *et al.* (2022) e foram feitas 407 citações (*quotations*) ao total.

#### **4.1.1 Dimensão Política**

O objetivo da “Política” para Isenberg, (2011) não deve ter uma alta taxa de sobrevivência de empreendimentos, mas ter empreendimento com alto potencial de sobrevivência e empreendimentos de baixo potencial para falir, quanto mais cedo melhor. Ele aborda várias implicações políticas em sua pesquisa, inclusive que o empreendedorismo

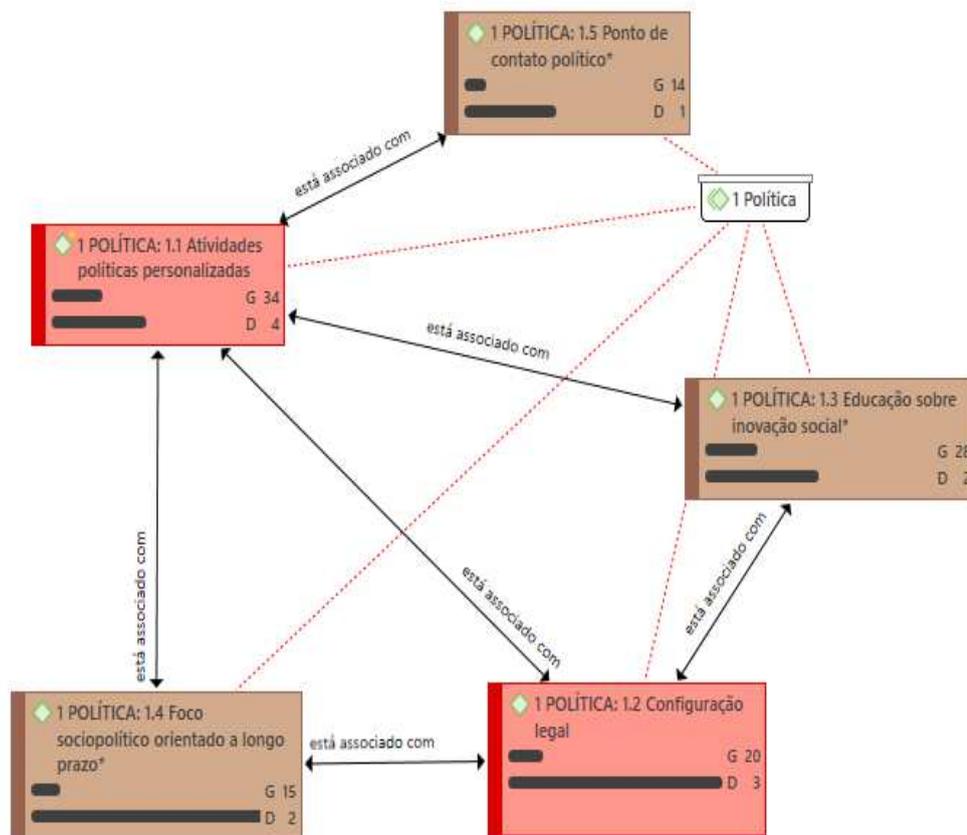
precisa de políticas e ambientes diferentes, ou seja, que é necessário um ambiente adequado com políticas implementadas para esses tipos de empreendimento.

Isenberg, (2011, p. 9) deixa claro que “se você não sabe para onde está indo, qualquer estrada o levará até lá, você precisa saber para que lado é o norte verdadeiro se quiser navegar”. Portanto, não é apenas preciso definir o tipo de empreendedorismo, mas também o quanto e quais recursos são necessários para alcançar os objetivos traçados.

Audretsch et al. (2022) aborda em seu trabalho os 6 pilares estabelecidos por Isenberg, (2011), orientados para o lucro como estrutura para analisar, de acordo com a literatura existente, as necessidades dos inovadores sociais. Ao iniciar com o pilar “Política”, que de acordo com o autor pode permitir que essas novas formas organizacionais (empreendimentos sociais com objetivos sociais e econômicos) sejam ainda mais avançadas e promovidas, os quais podem receber financiamentos específicos a nível local, regional, nacional e até mesmo internacional, e que devido ao seu hibridismo, os empreendedores sociais têm acesso a financiamentos tanto do setor com fins lucrativos quanto do não lucrativo (Battilana et al., 2012).

As variáveis de análise elencadas no framework abordado por Audretsch et al. (2022), constituem 5 indicadores que compõem a dimensão “Política”, a saber: as atividades políticas personalizadas e configuração legal, sendo comum aos empreendedores tradicionais e empreendedores sociais, e necessidades negligenciadas específicas do inovador social que são educação sobre inovação social, foco sociopolítico orientado a longo prazo e ponto de contato político. Os resultados apresentados na Figura 8 apontam que esta dimensão possui os 5 indicadores e que eles possuem entre si algum tipo de associação.

**Figura 8** Dimensão Política



Fonte: Rede gerada no Atlas.ti, com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Quanto às necessidades identificadas por Audretsch et al. (2022), as atividades políticas personalizadas e configuração legal são relevantes para inovadores sociais e empreendedores orientados para o lucro, que, portanto, representam uma sobreposição dos dois ecossistemas. Tendo como base de análise esses dois indicadores que se mostram necessários nos dois ecossistemas, abordando com os entrevistados sobre essas perspectivas atreladas ao empreendedorismo social na Paraíba, que é o foco do estudo, a maioria dos entrevistados ressalta que atualmente é necessária à criação de políticas públicas direcionadas aos empreendedores sociais, que tragam a conscientização sobre a problemática social através da ligação direta com a sociedade e introduzindo a educação sobre inovação social.

Esse indicador apresentou a maior quantidade de magnitude em relação a todas as dimensões analisadas, possuindo 118 quotations. Ressalta-se que as políticas personalizadas estão associadas à configuração legal, à educação sobre inovação social, como também aos demais indicadores, os quais são essenciais para o acesso a recursos (capital e humano), conforme enfatiza Audretsch et al. (2022), ao dizer que o termo recursos deve ser compreendido em um sentido amplo e incluir finanças e capital humano. Ele também aborda a

importância da igualdade em se tratando da configuração legal, onde o cenário legal for mais adequado para um ator do que para o outro, é muito provável que haja tensões e que o acesso a esses recursos seja um ponto de tensões entre eles.

Fazendo o paralelo dessas duas necessidades, é importante ressaltar a definição de políticas públicas, que de acordo com Vázquez e Delaplace (2011), ocorre através de ações desencadeadas pelo Estado, seja na escala federal, estadual ou municipal, com o objetivo de atender a determinado setor da sociedade civil. Faz-se necessário dizer que, abordadas diversas vezes durante as entrevistas realizadas, as políticas vêm sendo implementadas na Paraíba, porém, ainda de forma muito incipiente e, principalmente voltadas ao meio rural, mas particularmente voltadas para a agricultura familiar. Ademais, analisando o outro lado da esfera, as instituições que oferecem apoio, seja através de capacitações, incubações, financiamento, entre outras formas de colaboração a empreendimento, também tem um perceptível avanço para esfera rural.

A agricultura familiar tem se mostrado como meio para fomentar o desenvolvimento sustentável tanto econômico, social, como ambiental, na busca de uma produção justa, equitativa e humanizada, por meio dos sistemas de produções de orgânicos e agroecológicos (Maciel & Troian, 2022). A agricultura familiar engloba atividades agrícolas e pecuárias, que possuem comprometimento do agricultor com a qualidade, segurança alimentar e nutricional dos alimentos produzidos (Weber & Silva, 2021). O Censo Agropecuário de 2017, ressalta a importância da agricultura familiar para a economia nacional, dado que, o pessoal ocupado neste seguimento no país corresponde a 10,1 milhões de pessoas (Ribeiro Filho & Tahim, 2022).

Dentre os diversos posicionamentos acerca da criação de políticas públicas personalizadas e já trazendo essa tratativa, o entrevistado E1 afirma que “[...] é necessário formulação de políticas públicas com a participação dos beneficiários, ou seja, é fundamental que a sociedade participe ativamente nesse processo de formulação para que de fato elas venham tentar sanar as problemáticas existentes na sociedade”. Além do mais, é possível identificar que programas estabelecidos para atender o público da agricultura familiar são abordados em praticamente todas as entrevistas. Então, essa necessidade se faz presente no ecossistema de empreendedorismo da Paraíba, sendo necessária a criação de políticas públicas, que englobem outros tipos de empreendimentos, outros mercados e os diferentes públicos, critério valioso a ser revisto pelo indicador da configuração legal, que é o cenário disponível para que esses empreendimentos possam acessar esses recursos.

O entrevistado E2 reconhece que há pontos positivos nessas políticas já

implementadas, mas aborda o que seria necessário para o desenvolvimento do EES, “[...] o que está acontecendo com o empreendedor rural, precisa acontecer com o empreendedor urbano, que se crie uma estrutura física, um espaço decente, que se promova eventos estaduais, regionais para exposições, concurso com premiações, acredito que seria um ponto importante”. Já o entrevistado E4 fala que deveriam ser implementadas mais políticas públicas, “Eu acho que implementar cada vez mais o PAA da vida, o PNAE da vida, incentivar o consumo cada vez mais de outros elos, não só a nível de escolas, não só a nível de grupos em estado de vulnerabilidade, mas, também outros nichos tanto a nível federal, estadual ou municipal”.

É pertinente observar que diante dos programas estabelecidos, seus papéis, recursos disponíveis, foram identificados na coleta de dados o que seria um diferencial para o ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba, a saber, os programas ofertados pelo governo federal, direcionados para esses agricultores familiares. Já fazendo essa ligação das necessidades identificadas, atrelando com os resultados das entrevistas, trata sobre a educação, abrangente em relação ao tema, para que sejam implantadas políticas públicas que venham abrir caminhos para os empreendedores sociais, como também, as políticas pensadas e elaboradas com planejamento e visão em longo prazo, para que possam ser verificados se os objetivos propostos pelas políticas públicas sejam elas por meio de programas ou ações, estão de fato sendo alcançados e obtendo resultados positivos para que, dessa forma, possam ser apoiados por políticos e até implementados em outras regiões ou com outro grupo de empreendedores, sejam eles sociais ou não.

Em sequência, Audretsch et al. (2022) identifica as necessidades negligenciadas do inovador social. A Educação sobre inovação social é um ponto crucial dentro dessa dimensão política. É explícito que se não for compreendido por essa massa política que antes de qualquer passo para o fortalecimento do EES na Paraíba, é necessário que haja educação voltada para o empreendedorismo e inovação desde o início da cadeia, ou não haverá avanço desse ecossistema. A educação acerca da inovação social deve inicialmente estimular a relevância dos problemas sociais predominantes. De acordo com Audretsch et al. (2022), em vez de sugerir a fundação de uma empresa voltada ao lucro para a implementação de ideias de negócios, a educação em inovação social deve apresentar aos alunos as diferentes formas de implementação de inovação social (por exemplo, formas de negócios híbridos, associações voluntárias, etc.).

Diante disso, Audretsch et al. (2022) afirma diante do seu estudo que, sem dúvida, a política de incentivo à introdução da educação sobre inovação social exige uma atualização do

ecossistema empreendedor tradicional, devendo primeiro estimular a conscientização e a importância dos problemas sociais predominantes. Há, então, sob esta lacuna não preenchida pelas instituições e pelos formuladores de políticas, uma preocupação e formação de um discurso de busca e valorização por outras formas de educação que vão além do ensino formal, alinhado à necessidade de se investir na formação empreendedora já a partir dos primeiros anos de escola Vieira, (2019), como ressaltado nas falas a seguir: E10, “iniciar na base, no ensino fundamental, porque uma vez que isso existe lá no ensino fundamental, você leva para o restante da vida”. Necessária à qualificação dos líderes comunitários [...] capacitações e projetos de extensão (E1), [...] entendimento individual dos conceitos de inovação (E3).

É abordada também a dificuldade que esbarra em alguns professores de instituições públicas, no que diz respeito à educação sobre inovação social. O E10 diz que “não se fala muito em empreendedorismo e inovação e, muito disso tem relação com a falta de conhecimento desses professores tá, nós não temos formação em empreendedorismo e inovação, então a gente entra na universidade sem saber de nada”. Ou seja, é extremamente complicado esse universo que é o EES, tendo em vista que, os indicadores precisam estar em sincronia para que no final haja o desenvolvimento e conseqüentemente o crescimento de toda a cadeia.

Logo, percebe-se que, em termos de políticas voltadas para a educação e o desenvolvimento de habilidades e competências para atuação em um ambiente marcado pela amplificação exponencial da inovação, as condições estruturais das instituições de ensino se mostram ainda incipientes e iniciantes. (Vieira, 2019). As abordagens e condições atuais não são exclusivamente o dever das universidades, mas das próprias escolas de educação básica, evidenciam a imaturidade educacional acerca do empreendedorismo e inovação social, no ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba.

A formulação da política e sua configuração legal está diretamente associada à educação SI, sendo primordial que essas políticas sejam elaboradas dentro de uma configuração legal igualitária, conforme ressaltado pelo entrevistado E1 “com qualificação dos líderes comunitários, menos influência político-partidária nos grupos sociais, políticas públicas de Estado para os setores mais carentes”. Dessarte, com iguais acessos para os diferentes modelos de empreendimentos sociais, implantando políticas na aprendizagem, atendendo aos públicos na sua completude, abarcando a educação básica e fundamental, que vai abranger o pensamento jovem acerca do empreendedorismo e da inovação, que seja cada vez mais inserido pelas instituições de ensino e pela sociedade de uma maneira geral. O

entrevistado E9 aborda que:

[...] muita gente não sabe nem o que é o empreendedorismo social, não sabe o que é um negócio de impacto social, então eu acredito que a gente precisa falar mais sobre isso, sensibilizar mais pessoas do ecossistema para falar sobre, para que a população conheça esses empreendimentos (Entrevistado E9).

Durante as entrevistas, foi possível perceber que alguns atores já estão de certa forma, em conjunto, trabalhando políticas públicas ligadas à educação em inovação social. A iniciativa foi abordada pela entrevistada E8 que diz, “faremos também o lançamento do Ecossistema de Inovação de Campina Grande, e lá todos os parceiros irão se apresentar, gerando iniciativas, políticas públicas que serão não só apresentadas, mas iniciadas lá”. Isso é fantástico, dentro do ponto de vista ecossistêmico, uma partida rumo ao desenvolvimento do ecossistema, sabe-se que inicialmente abordado de forma local, mas que, de certa forma, com a disposição e integração desses atores poderá, em questão de tempo, se tornar modelo ou até mesmo crescer a nível regional.

Iniciativas são postas e implementadas pelo governo, mas algumas vezes não orientadas a longo prazo e não acompanhadas de perto para que seja analisado se o investimento está tendo o retorno pretendido pelo programa ou pela disponibilidade de equipamentos para atendimento do programa proposto, como é perceptível na fala do entrevistado E10:

Eu mesma já visitei empreendimento que custou na época, a 10 anos atrás R\$ 500.000,00 do governo do estado e no caso esses empreendimentos não funcionam até hoje e provavelmente não vai funcionar, nunca vai sair da forma como eles estão, e isso acontece por falta de planejamento do projeto inicial não partir de um projeto sólido (Entrevistado E10).

Audretsch et al. (2022) afirma que a necessidade política mais crucial que surgiu no estudo feito por eles foi o foco sociopolítico orientado a longo prazo. De acordo com os autores, “Essa necessidade influencia todos os outros elementos da política, pois contém respostas para a questão fundamental: para onde queremos ir como sociedade?”, e que para atender essa necessidade, é fundamental que as políticas sejam orientadas e visualizadas em um longo prazo, levando também em consideração que é necessário tempo para que as ideias sejam viabilizadas como positivas, não há como em uma semana, por exemplo, analisar se uma política é eficaz ou não, se traz resultados positivos ou não. Então é imprescindível esse foco orientado a um prazo razoável para verificar a eficácia de tais iniciativas e que os aspectos sociais sejam inseridos nas mentalidades dos criadores dessas políticas.

Por fim, o ponto de contato político representa outra necessidade política dos inovadores sociais. De acordo com Audretsch et al. (2022), antes de implementar uma inovação social em determinado campo são necessárias diversas trocas entre políticos e o

inovador social, e que quanto antes essa cooperação puder acontecer, melhor será essa relação. Sendo assim, se faz necessário o intermédio dos empreendedores até aos órgãos políticos, como destacado pelo entrevistado E7: “[...] geralmente você não se chega a um maior sozinho, tem que ter um intermediador”, ele ainda colocou que enquanto representante de uma cooperativa e dando como exemplo a situação vivenciada por eles: “a gente acredita que o órgão principal, o elo de ligação entre cooperativa e os parceiros a nível de governo do estado se deu por conta da gestão municipal, ela foi um elo de ligação muito grande” (Entrevistado E7).

Pode-se também inserir nesse indicador, o intermédio com os outros atores que fazem parte do EES, por exemplo, o ponto de contato das instituições aos empreendimentos sociais, a ligação que leva a essa busca pelos indivíduos que compõe as comunidades e que se encaixam nos programas criados e implementados por tais instituições, ou ainda sim, o ponto de intermédio ou o ponto de acesso das instituições até ao governo para acesso aos recursos oferecidos, como explanado pelo entrevistado E9:

[...] a gente chega até esses empreendimentos através de parceiros, fazendo busca para saber onde é que estão essas comunidades, essas associações e cooperativas e o edital é divulgado nas redes sociais, então é aquela boca a boca também, os parceiros vão divulgando, compartilhando no WhatsApp (Entrevistado E9).

As instituições citadas pelos entrevistados que compõem o EES da Paraíba são representadas por um entrevistado, a exemplo do INSA (Instituto Nacional do Semiárido), que desempenha um papel importante nessa ponte de contato dos empreendedores com pesquisadores, em específico com a área de interesse, dependendo do seu objetivo. E9 descreve uma situação de intermédio:

[...] aí a gente promoveu o contato desse empreendimento com o pesquisador responsável pelo núcleo de produção animal, então a partir da identificação desse gargalo a gente identificou quem poderia ajudar, no caso esse pesquisador, o pesquisador conversou com o responsável e ele já foi direcionado (Entrevistado E9).

Então, esse ponto de contato tem um viés não só do empreendedor diretamente com o governo, mas atende outras perspectivas dimensionais dentro do ecossistema. Por fim, é possível diante do mapa exposto acima, ver que são indicadores que se complementam dentro da amplitude da dimensão política, havendo logicamente uns que estão mais associados a alguns indicadores do que outros, mas cada um com sua relevância para que o ecossistema consiga progredir.

Fica abalizado que as dimensões abordadas inicialmente por Isenberg (2011) e, posteriormente, as necessidades visualizadas dentro dessas dimensões abordadas pelo autor

Audretsch et al. (2022), trazem evidências diante das entrevistas realizadas, que todos são de fatos e necessidades presentes no ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba. Logicamente que alguns pontos já se encontram em certa evolução, como as políticas públicas já implementadas, uma certa configuração legal já estabelecida, pontos de apoio políticos, mas que se fazem necessários para o desenvolvimento, fortalecimento e crescimento do EES.

Segundo E6, “Temos células de ES fantásticas na Paraíba e se tivesse um olhar mais generoso com políticas públicas mais arrojadas para atender essas comunidades, você teria um sucesso maravilhoso aqui na Paraíba”. Isso remete a constatação de que para agir com mais efetividade políticas precisam ser elaboradas com determinação e intensidade, destinadas a melhorar o bem-estar da sociedade, em específico da região da Paraíba e que fica nítido que o governo tem uma responsabilidade especial, tratando-se da mudança desse cenário. Ele expõe ainda que:

[...] todo ecossistema ele trabalha com a hélice triple, a comunidade (as pessoas que empreende), as entidades governamentais (o governo) e o terceiro setor, então essa hélice governamental é fundamental no país como o nosso, onde você tem uma dependência muito grande de programas sociais do governo, então nessa área do empreendedorismo social o papel do governo é fundamental (Entrevistado 6).

Constatou-se que, em se tratando de políticas públicas personalizadas para os empreendimentos sociais, ainda é bem incipiente na prática. Em um ecossistema ideal, as políticas seriam definidas de forma que envolvessem ambos os atores, porém, nem sempre isso é possível (Audretsch et al., 2022). Os atores entrevistados reconhecem a importância, trazem exemplos de algumas políticas já implementadas, porém, não há programas direcionados ao ES como um todo, está muito restrito, por exemplo, a cadeia de produção rural e que ainda falta uma sinergia entre as camadas da Hélice Tríplice.

Diante desses fatos, é entendível que a dimensão política de forma ampla no EES na Paraíba precisa ser trabalhada com ações, políticas públicas personalizadas, com uma configuração legal que não faça diferenciação por tipo de empreendimento, que forneça um caminho legal para acesso aos recursos (financeiros e humano) e que essas políticas sejam planejadas a um prazo admissível, onde os resultados possam ser evidenciados e, acima de tudo, que políticas sejam desenvolvidas para inserção da educação SI, seja na escola, seja para comunidade, para os beneficiários, para os discentes, nos projetos oferecidos pelas instituições, de uma maneira conjunta e vasta. É valioso também que os pontos políticos sejam mais revelados para que os empreendedores possam acessar esses pontos e chegarem até aos programas, até ao governo, seja em qualquer uma das esferas. Então, é uma completude de necessidades identificadas, que se abordadas e sanadas sinergicamente levam o desenvolvimento do EES com clareza e eficiência.

Percebe-se, portanto, o que salientou Isenberg (2010) ao afirmar que não existe uma fórmula exata para desenvolvimento de uma economia empreendedora. Seja na Paraíba, seja em São Paulo, seja nos Estados Unidos, cada um possui características particulares, sejam sociais, econômicas, políticas, culturais e geográficas específicas. A prevalência e as formas de empreendedorismo são afetadas pelas estruturas institucionais específicas do lugar e por fatores culturais e políticos próprios (ÁCS et al., 2016).

Sendo assim, cada ambiente tem realizado suas ações de acordo com os recursos disponíveis para construir e desenvolver seu ecossistema. No Estado da Paraíba, os atores se encontram ainda distantes, faltando cooperação, o que será abordado mais adiante dentro de outro elemento. A questão política dentro do ecossistema de empreendedorismo social no Estado da Paraíba diante dos resultados evidenciados nas entrevistas se encontra em evolução, porém, é visível que as necessidades voltadas à inovação social estão bem presentes, como as demais necessidades voltadas aos empreendimentos que visam lucros. Primeiramente, as instituições têm buscado desenvolver pesquisas e mecanismos para que os empreendedores sociais consigam acesso aos programas do governo, fazendo um intermédio. Ainda pouco em relação ao tamanho do ecossistema, mas caminhando na medida do possível. Em segundo lugar, as políticas estão sendo, mesmo que de forma muito restrita, um importante elo de desenvolvimento para empreendimentos sociais, dado que, eles não tinham experiência e políticas dessa natureza estabelecidas antes.

Nota-se então que estão sendo aproveitadas algumas potencialidades locais com objetivo de reduzir os aspectos críticos dos ecossistemas locais, que é um ponto impreterível para a maturidade no desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba. O cenário do Ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba, em se tratando dos indicadores escolhidos dentro da dimensão política e que abordam essas necessidades quando analisados sobre a perspectiva dos entrevistados, se fazem realmente necessidades perceptíveis à realidade ecossistêmica do Estado, muitas vezes pelo caráter individualista, que ainda predomina na configuração atual. Para Roundy et al. (2018), a força e a uniformidade das normas sociais dos ecossistemas em centros urbanos menores, são maiores que as dos ecossistemas das grandes cidades, porque, naqueles, os cidadãos frequentemente exibem um senso natural de cooperação.

#### **4.1.2 Dimensão Finanças**

A maioria dos empreendimentos passa por diversas etapas de captação de recursos financeiros entre seu estágio inicial e sua maturidade por possuir acesso limitado à capital Mack & Mayer (2016). As principais fontes dessa captação são o autofinanciamento, família, amigos, bancos, investidores anjos, capital de risco (venture capital) e incubadoras, sendo importante ao fomento à disposição no ambiente de diferentes tipos de financiamento (Isenberg, 2011; Ács et al., 2016 & Spigel, 2017).

O capital financeiro se torna facilmente disponível e acessível, à medida que os investidores desenvolvem confiança nos ecossistemas empreendedores em evolução (Mack & Mayer, 2016). O acesso ao financiamento, de preferência fornecido por atores com conhecimento de empreendedorismo, é crucial para investimentos em projetos empreendedores incertos com um horizonte de longo prazo (Stam, 2015; Stam; Spigel, 2017).

Audretsch et al. (2022) identifica nesta dimensão quatro necessidades, sendo duas delas, acesso mais fácil com menos formalidades e fontes financeiras comuns, como sendo comum ao empreendedorismo na sua forma tradicional como ao empreendedorismo social e necessidades identificadas que representam uma atualização do ecossistema empresarial tradicional, que são medidas adequadas para avaliar o impacto de inovações sociais e orçamento próprio da inovação social. Tratando dessas necessidades voltadas ao EES da Paraíba, os respondentes enfatizaram explicitamente que são fundamentais o acesso mais fácil com menos formalidades para apoio financeiro aos empreendimentos sociais no Estado. Mas, especificamente, o entrevistado E11 mencionou que apesar de todos os benefícios, “ainda há essa dificuldade, às vezes a questão do entendimento com essa burocracia, como funciona, prejudica muito”, pode-se dizer que, considerando o conhecimento de uma parte dos empreendedores sociais no atual cenário, a burocracia para conseguir ter acesso a algum tipo de recurso ainda é uma dificuldade premente vislumbrada no ecossistema pelos atores que o compõe.

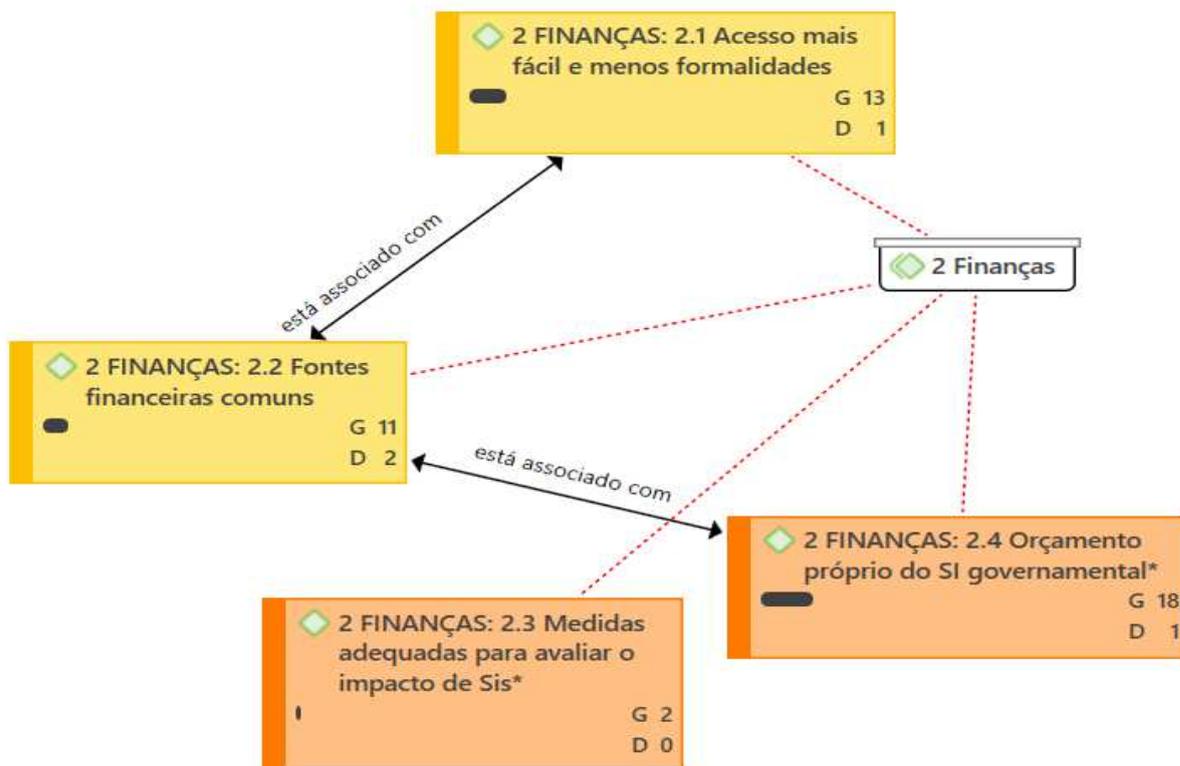
Ressaltado por E6, E10 e E11: “O que falta é o recurso federal de maneira mais democrática, mais transversal e você ampliaria de maneira significativa essa infraestrutura do EES aqui na região Nordeste e, na Paraíba, nem se fala” (E6). Outro fator que é tido como um gargalo no ecossistema é o acesso a esses recursos, seja oferecido pelo governo ou até mesmo através de linhas de créditos por instituições financeiras, que na maioria das vezes, é muito complicado e burocrático. O entrevistado E10 fala:

[...] eu acho que uma das dificuldades é a falta de acesso a crédito, o fator dinheiro sempre pesa muito, mesmo que hoje a gente sabe que existem bancos que têm linhas de créditos específicas para esses empreendimentos, ainda sim muitas vezes esses empreendimentos não conseguem ter acesso por conta da burocracia (Entrevistado E10).

Diante dos fatos há evidências que os empreendedores sociais da Paraíba precisam de fontes de financiamento com menos formalidades, como menos burocracia, por exemplo, “em termos documentais, leis, regras impostas de todos os benefícios” (E11), principalmente para os empreendimentos iniciantes “é como se eles só conseguissem caminhar até a esquina, não conseguisse ver que após a esquina existe outra rua, então acho que isso é uma dificuldade imposta” (E11), e ainda, algumas vezes os empreendedores têm até o desejo de crescerem, “começam a se regularizar, mas tem medo da burocracia, de se formalizar” (E9).

O indicador de acesso mais fácil e com menos formalidades está intimamente relacionado com as fontes financeiras comuns, que versa sobre o financiamento facilmente acessível, como mostra a figura 8. Nem todos os empreendedores orientados para o lucro e nem todos os inovadores sociais têm altos níveis de educação, pois essa burocracia imposta, muitas vezes, representa um grande obstáculo, desta forma, é necessário financiamento facilmente acessível, bem como assistência na solicitação desses recursos Audretsch et al. (2022).

**Figura 9.** Dimensão Finanças



Fonte: Rede gerada no Atlas.ti, com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Alguns dos entrevistados (E2, E4, E7, E9 e E10) citam programas ofertados no Estado da Paraíba como o “Programa Cooperar”, disponibilizado pelo Governo do Estado da Paraíba, que busca intensificar política de redução da pobreza rural e o apoio à agricultura familiar, o Crediamo, programa de microcrédito disponibilizado pelo Banco do Nordeste, o Empreender, programa do Governo do Estado destinado a apoiar os empreendedores da Paraíba, disponibilizando financiamento (empréstimos) com taxas reduzidas para pessoas físicas ou jurídicas, que desejam iniciar um negócio ou ampliar um já existente, alguns programas de financiamento disponibilizados pela SUDENE, projeto através da Caixa Econômica, entre outros, conforme a figura 9.

**Figura 10** Fontes de Financiamento para empreendedores na Paraíba

Projeto Cooperar (Governo do Estado da Paraíba)	Empreender (Governo do Estado da Paraíba)	Credi amigo (Banco do Nordeste)	(Caixa Econômica e SUDENE)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca intensificar política de redução da pobreza rural e o apoio à agricultura familiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destinado a apoiar os empreendedores da Paraíba, disponibilizando financiamento (empréstimos) com taxas reduzidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de microcrédito para empreendedores que sonham em melhorar ou começar seu negócio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de financiamento para empreendedores</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo (2022).

Desse modo, é notável que haja algumas fontes financeiras comuns aos empreendedores na região da Paraíba, porém, como já colocado por vários entrevistados, a burocracia dificulta o acesso a essas fontes. Também há fontes financeiras direcionadas a certo tipo de empreendedor e a certo tipo de negócio, como o Cooperar, que tem o viés para o meio rural. Assim sendo, poderia existir uma fonte financeira comum aos empreendedores sociais. São políticas que precisam ser analisadas e abrangidas de acordo com a sua contribuição já visualizada e que se torne mais acessível, tendo em vista a imaturidade de certos empreendedores que compõem essa cadeia, com medidas adequadas para avaliar o impacto dos empreendedores consentâneo às diferentes características das inovações dos empreendedores orientados para o lucro e das inovações dos inovadores sociais, enaltecendo

que “não existe nenhum tipo de apoio fixo” (E8) e “é importante ter uma gestão financeira bem organizada para que haja transparência e confiança” (E6), assim se dá a associação dos indicadores colocados dentro dessa dimensão.

As fontes financeiras comuns estão diretamente associadas a um orçamento governamental próprio de inovação social, como colocado pelo entrevistado E5, “tudo parte do governo, é o grande propulsor de tudo isso”. Ademais, é perceptível que a dificuldade ao acesso de recursos é enorme no estado da Paraíba, as instituições de pesquisa e extensão têm papel crucial nessa empreitada. Audretsch et al. (2022) enfatiza que embora o governo forneça esporadicamente algum tipo de apoio, esse tipo de apoio está muito relacionado com projetos e que a sua disponibilidade é dispendiosa da composição política atual. Assim sendo, esse problema é sanado com a criação de um orçamento governamental permanente para inovadores sociais (Audretsch et al. 2022). O entrevistado E6 afirma que, “hoje é arrancado leite de pedra para conseguir algum fomento financeiro para comunidades”. Segundo E6, se faz necessário “volta de programas federais que apoiam o empreendedorismo social”, com orçamentos específicos para esse grupo de empreendedores.

Dentro do ecossistema abordado, é possível extrair pontos positivos identificado na fala de alguns dos entrevistados como o E5 que fala acerca dos programas já estabelecidos com orçamentos disponibilizados pelo governo, como o PAA (Programa de aquisição de alimentos) e o PNAE (Programa nacional de alimentação escolar). Segundo ele, “diferente dos programas, das bolsas, que existem as bolsas sociais, onde você recebe a bolsa e não é obrigado a entregar nada em troca, nem um produto em troca”, esses programas já se encontram em execução e tem apresentado resultados.

[...] distribui a renda a partir do momento que você distribui alguma coisa” então “o estado e o município absorve, adquire esse produto e esse produto passa a ser distribuído com a população mais carente, então é muito interessante isso aí e é o que tem dado uma sustentação muito boa para esse segmento de pequenos empreendedores sociais aqui no estado da Paraíba (Entrevistado E5).

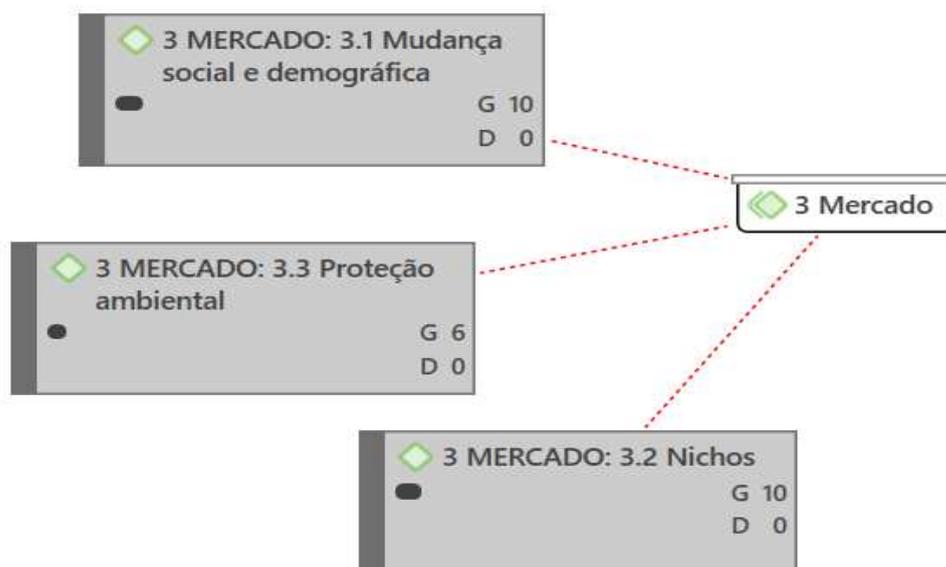
Por conseguinte, se faz essencial no panorama ecossistêmico na Paraíba que orçamentos governamentais sejam direcionados aos empreendedores/inovadores sociais com medidas a avaliar o impacto gerado e que, assim como esses programas que mostram serem contributivos para mudanças das comunidades, possam ser inseridos os produtos/serviços oferecidos pelos empreendedores sociais. Esse é um gargalo posto dentro dessa dimensão que precisa ser enxergado pela camada governamental e trabalhado em outras esferas que não esteja somente interligada com o meio rural. Audretsch et al. (2022, p. 13) conclui que “A introdução de um orçamento governamental para inovação social, que não é considerado na

literatura, ofereceria aos inovadores sociais a possibilidade de financiamento mais facilmente acessível”. Sendo assim, mais potenciais empreendedores dispostos a inovar teriam um incentivo para se dedicar aos seus projetos inovadores.

### 4.1.3 Dimensão Mercados

“O empreendedorismo de sucesso estimula o desenvolvimento de mercados formais de capital e, portanto, é uma força para uma melhor regulamentação e governança” (Isenberg, 2011, p. 6). A esfera dos mercados aborda a necessidade da existência de consumidores prontos para absorver novos produtos e disseminá-los por meio de uma rede de contatos tanto nacional, como internacionalmente (Arruda *et al.*, 2013). Zahra *et al.* (2014) acredita que os mercados facilitam a criação de novas empresas por meio da troca de conhecimento e informações, além de proporcionarem os primeiros contatos entre os atores de novos negócios. Isenberg (2011) defende que o desenvolvimento do empreendedorismo acontecerá, de fato, apenas se esses diferentes elementos do ecossistema forem trabalhados em conjunto, ainda que não seja necessário desenvolver todos os elementos em uma larga escala de uma única vez (Isenberg, 2011). Os indicadores estão de acordo com a Figura 9, proposta no modelo de Audretsch *et al.* (2022) e, segundo ele, são categorias de mercado que oferecem grande potencial para inovadores sociais.

Figura 11 Dimensão Mercado



Fonte: Rede gerada no Atlas.ti, com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

O primeiro indicador de mercado são os mercados atrelados às mudanças sociais e demográficas, que estão relacionados com as mudanças da sociedade e das regiões, tendo como ativo positivo a visualização, entendimento e troca de informações adequadas com a sociedade, para que ela esteja preparada para o evacuamento dos produtos ofertados no mercado, no atendimento de suas necessidades como também atendendo outro indicador, que é a proteção ambiental. O entrevistado E6 diz que:

[...] o impacto social do empreendedorismo social ele é assim, esse é o objetivo do empreendedorismo social, é o tipo de empreendedorismo que causa mais impacto social e ambiental também, porque você se preocupa com todos os aspectos quando está trabalhando o empreendedorismo social (Entrevistado E6).

No terceiro indicador, nichos em mercados tradicionais, oferecem muitas alternativas também para os empreendedores sociais (Audretsch *et al.*, 2022). Na região da Paraíba, região da realização do estudo, esses nichos incluem vários mercados, por exemplo, o mercado de alimentos, “as mulheres que produzem bolos, produtos de panificação, empreendimentos de polpa de frutas” (E10), no mercado coureiro “são quase 400 pessoas envolvidas na atividade coureira” (E7). Então, são os mais diversificados empreendedores que fazem parte desses nichos, entre eles o “vendedor de pipoca que está nas calçadas, o pipoqueiro, o cara que vende o refrigerante, a água mineral, o que vende a fruta ali na banca” (E5).

Para Audretsch *et al.* (2022) o pilar mercado é o único que não requer atualizações no ecossistema empreendedor tradicional, pois todos os três mercados identificados oferecem grande potencial tanto para inovadores sociais quanto para empreendedores com fins lucrativos. É claramente compreendido que diante dos resultados das entrevistas na região da Paraíba há a necessidade do estudo de mercado, por exemplo, o entrevistado E6 faz um adendo relacionando a importância do estudo do mercado para o meio rural:

[...] é fundamental para fomentar a organização comunitária rural, o assentamento, transformar ele em empreendimento social agroindustrial, você tem que ter mercado para isso, então, a questão do estudo de mercado e a abertura de mercado dos produtos agroindustriais nessas comunidades é também outro aspecto crucial no empreendedorismo social (Entrevistado E5).

Essa mesma colocação dele em se tratando especificamente da organização comunitária rural é uma necessidade também para as outras gamas de empreendimentos e para os entrevistados as condições de mercados sinalizam como um ponto positivo para a saída dos produtos dentro do ecossistema empreendedor paraibano.

A E9 afirma que “vai mudando a realidade, eles começam a evoluir”. O E7 cita uma

realidade encontrada na sua cidade que transformou a comunidade como um todo após essa identificação do nicho de mercado e diferenciação dos produtos adotados por aqueles que acreditaram que daria certo:

[...] a cooperativa começou com 28 sócios e hoje já tem no seu quadro societário mais de 100 pessoas e com a geração de emprego aqui dentro da comunidade do distrito da Ribeira de mais de 300 empregos diretos e indiretos só aqui no distrito, onde temos aproximadamente 1200 pessoas, então são quase 400 pessoas envolvidas na atividade coureira (Entrevistado E7).

Com isso, constata-se que esses pilares, o estudo de mercado, as políticas públicas personalizadas voltadas ao desenvolvimento dessa iniciativa, o cuidado com o meio ambiente, os contatos políticos, a sociedade participando ativamente, entre outros indicadores associados, conseguem mudar a realidade de uma região inteira. São exemplos como esses que devem ser adaptados a outras regiões como modelos de desenvolvimento dentro do ecossistema de empreendedorismo social na Paraíba.

#### **4.1.4 Dimensão Capital Humano**

Analisando a literatura, talvez a presença de um grupo diversificado e qualificado de trabalhadores, seja o elemento mais importante de um ecossistema empreendedor eficaz (Stam, 2015 & Stam; Spigel, 2017). O capital humano é atualizado por meio de treinamento e experiência, histórias de sucesso inspiram novas gerações e tornam a sociedade mais tolerante a riscos, falhas e criação de riqueza (Isenberg, 2011).

Quatro indicadores fazem parte desta dimensão, sendo que o indicador de conhecimento específico apresentou maior quantidade de magnitude em relação aos demais indicadores, com 29 *quotations*. Audretsch *et al.* (2022) identificou 4 necessidades emergentes dentro da dimensão capital humano, sendo três relevantes para os empreendedores orientados para o lucro e para os inovadores sociais que são: características pessoais fortes, conhecimento específico e experiência não local e prática, como também uma necessidade crucial para o surgimento da inovação social, portanto, representa uma atualização do ecossistema empresarial tradicional que são as habilidades sociais, de comunicação e de gerenciamento de projetos.

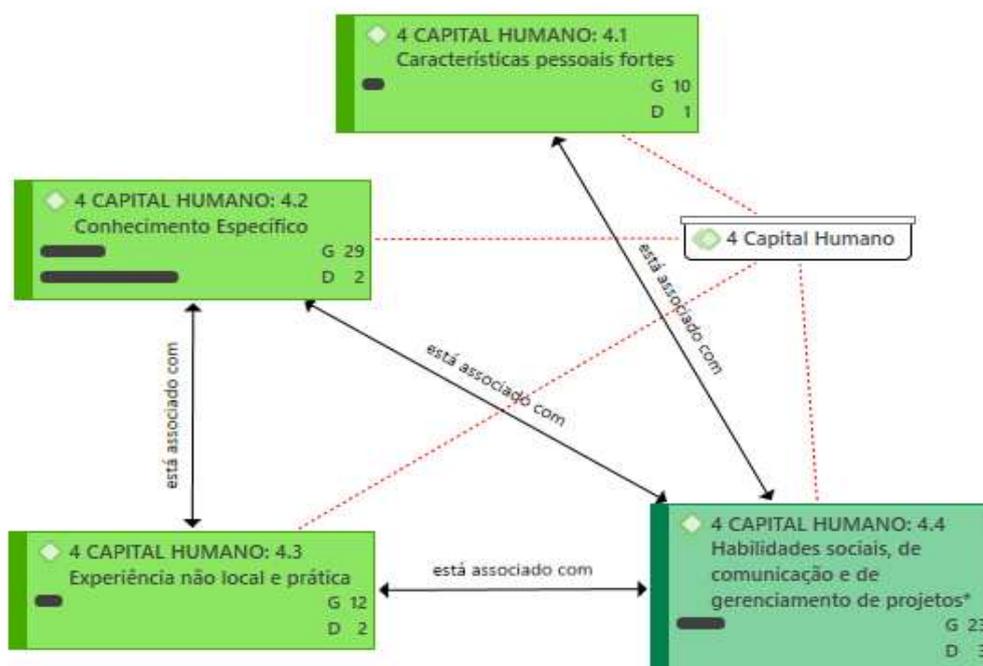
O indicador de conhecimento específico se refere ao conhecimento que o indivíduo domina acerca de determinado assunto ou projeto. Esse indicador foi descrito como elemento essencial para o desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba (E1, E5, E6 e E8) e também como uma dificuldade encontrada para esse desenvolvimento. O E5

fala que “o conhecimento é fundamental, é crucial, o empreendedorismo parte do princípio da ideia, só que na maioria dos casos, tem a ideia, mas não tem o conhecimento técnico necessário para fazer a ideia ser executada”.

Pode-se identificar que algumas instituições parceiras têm contribuído como detentoras desse conhecimento específico e vem fazendo essa ponte até os empreendedores sociais com intuito de inseri-los dentro dos programas e ações que eles desenvolvem ou que o governo oferece, através de suas habilidades sociais, de comunicação e gerenciamento de projetos. Podemos verificar na figura 10 as associações entre os indicadores.

Essa capacidade de desenvolver e adotar ferramentas para se conectar, se comunicar com as pessoas, como também a desenvoltura juntando a ideia e a prática que são usualmente utilizadas nas etapas iniciais até a conclusão do projeto fazem parte desse conjunto de habilidades que estão inteiramente associadas com as características pessoais fortes, como também a experiência não local e prática, que corresponde com as experiências de outra região, o que pode impulsionar o ecossistema, seja compartilhando essa experiência, iniciando uma inovação social.

**Figura 12.** Dimensão Capital Humano



Fonte: Rede gerada no Atlas.ti, com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Entre as respostas dos entrevistados podemos identificar algumas instituições de

ensino que detém de conhecimento específico de forma grandiosa e valiosa, o entrevistado E8 fala que “sem conhecimento a gente não consegue nada, a maior revolução social que pode ter é o conhecimento, então dentro das universidades, a UFCG, UEPB, IFPB, são importantíssimos”. É possível também afirmar que instituições de pesquisa como o INSA são muito relevantes no processo de desenvolvimento do ecossistema e como detentora de profissionais e parceiros com conhecimento específico acerca de determinados projetos.

A comunicação que eles conseguem com os empreendedores é fantástica, percebe-se que não é ainda como desejada, mas já caminha em passos largos. O entrevistado E9 fala sobre esse contato com os empreendedores:

[...] a gente identifica por meio de parceiros, olha, tem uma comunidade, tem uma associação, uma cooperativa que tem uma atividade produtiva adequada para participar do projeto e que estão precisando desse apoio, então a gente vai até lá, conversa com o pessoal, apresenta o projeto, apresenta o programa, na época que o edital estava aberto a gente apresentou o edital e inclusive através dos bolsistas a gente auxiliou para que eles se escrevessem (Entrevistado 9).

Além disso, são instituições que possuem modelos de iniciativas que, às vezes, são adotados por gestões municipais e implantados em suas cidades, trazendo benefícios para toda a população.

São essas experiências exitosas que precisam ser divulgadas para que mais indivíduos possam replicar em suas comunidades através de fontes comuns e tragam transformações sociais. Isso vale não só a nível municipal, mas cabe ao empreendedorismo individual, como também às instituições de fomento que apresentam nas entrevistas elos importantes com a comunidade, identificando de perto as problemáticas existentes, “seja fomento com conhecimento, que é, por exemplo, o nosso papel, identificar a vocação, iniciar um namoro com a comunidade, um noivado e um casamento lá na frente” (E6). Audretsch *et al.* (2022) afirma que a disponibilidade de capital humano suficiente e adequado desempenha, sem dúvida, um papel fundamental na inovação social.

Um programa também mencionado que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão, voltados à temática do semiárido, que tem levado esse conhecimento até muitos empreendedores e contribuído com o crescimento do ecossistema de empreendedorismo social é o PEASA (Programa de estudos e ações para o semiárido). Em uma das falas é possível identificar como esse apoio acontece: “nós apoiamos, dando assistência, cursos, orientações, desenvolvendo rótulos, a gente tem um design contratado, ajudando a esses produtores a tirar certificação, organizando documentação, então assim, são várias ações acontecendo ao mesmo tempo” (E10), outro ator e parceiro para o crescimento do ecossistema diante das respostas dos entrevistados é o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas). Segundo o entrevistado E11, “O SEBRAE tem uma expertise muito forte né, nesse auxílio ao empreendedorismo, então eles participam muito nas ações, são sempre convidados e atuam diretamente, ajudam bastante”.

Diante dos fatos expostos, é possível corroborar que as necessidades abordadas por Audretsch *et al.* (2022) dentro da dimensão capital humano são perceptíveis dentro do ecossistema de empreendedorismo social no Estado da Paraíba e que são necessários mecanismos para sanar essas necessidades para que, dessa forma, haja maior integração e desenvolvimento do ecossistema. A Figura 11 traz os atores do Ecossistema de empreendedorismo social do Estado da Paraíba de acordo com os dados obtidos através das entrevistas durante a coleta de dados.

**Figura 13.** Ecossistema de Empreendedorismo Social da Paraíba



do E2 ao dizer que “Atualmente cada um faz o seu papel, o Sebrae faz a sua parte, o FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba), agora falta a integração para que possamos trabalhar no desenvolvimento do projeto para consolidar o ecossistema com um acordo de cooperação, por que cada um faz sua parte isoladamente” A ênfase do discurso é justamente com relação à integração dos atores que compõem o ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba, pois são tidos como atores que trabalham na sua individualidade.

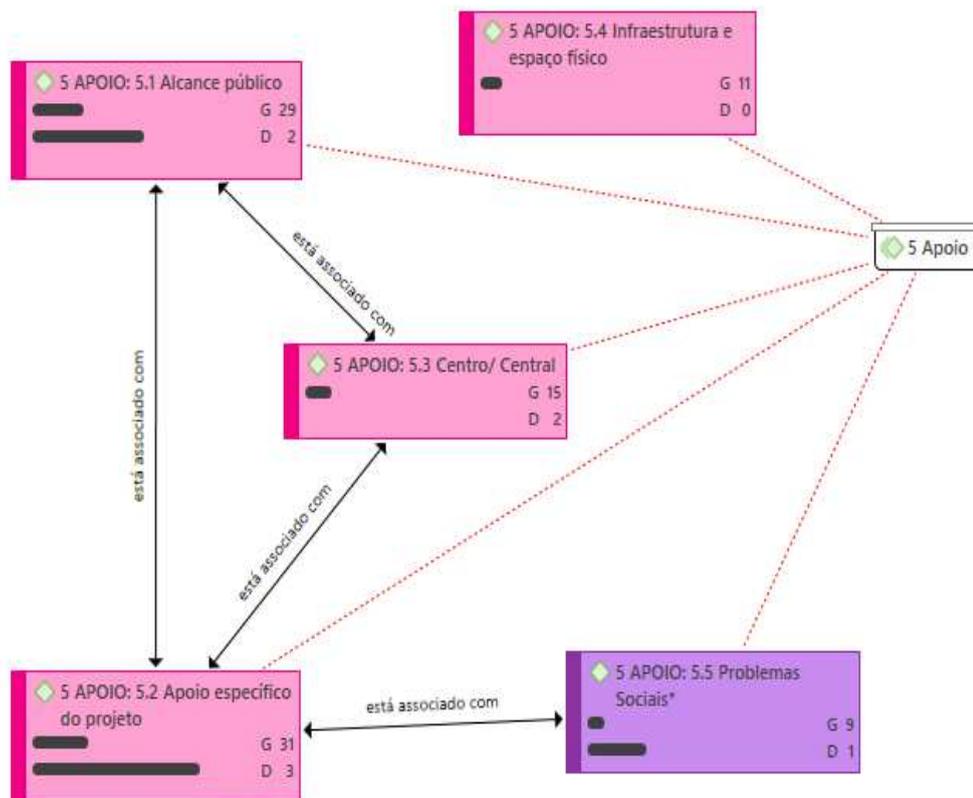
#### **4.1.5 Dimensão Apoio**

A categoria de apoio contém assistência na divulgação pública, como aumentar a conscientização sobre o problema social e dar visibilidade a inovadores sociais de sucesso (Audretsch *et al.*, 2022). A dimensão apoio é composta por cinco necessidades identificadas no estudo como se pode verificar na Figura 11, sendo quatro necessidades adicionais identificadas, que são relevantes para empreendedores orientados para o lucro, que se sobrepõem ao ecossistema empreendedor tradicional e uma necessidade de um pool de problemas sociais, que parece ser exclusiva do campo de ecossistema de inovações sociais e requer uma forte atualização do ecossistema empresarial tradicional.

De acordo com Audretsch *et al.* (2022), embora os problemas sociais sejam o cerne da inovação social, na literatura esse tipo de pool ainda não é abordado e ao reunir problemas sociais, essa instituição de apoio assumiria muitas tarefas importantes. “Primeiro, aumentaria a conscientização sobre certos problemas sociais; segundo, poderia elaborar a relevância e complexidade desses problemas; e terceiro, atua como um ponto de contato para indivíduos motivados pró-sociais que não têm um problema, muito menos uma ideia inovadora para resolver o problema em mente”.

Uma necessidade central para os empreendedores sociais na Paraíba é a disponibilidade de adequadas ações sobre certos problemas sociais, que buscam assistência na divulgação pública e que pode ser apoiada por meio de eventos, shows, diversas contribuições de mídias, como sublinhou o E11, “então a gente começou mostrar alternativas, trabalhar nesse sentido, as redes sociais, Instagram, Facebook, WhatsApp, vendas por WhatsApp, que muitas vezes eles não se atentaram para essas novas formas de fazer negócio”. Então, fica claro que os meios de comunicação podem fomentar o empreendedorismo social.

**Figura 14.** Dimensão Apoio



Fonte:

Rede gerada no Atlas.ti, com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Em seu estudo Audretsch *et al.* (2022) afirma que são necessários infraestrutura e espaço físico. A disponibilidade de infraestrutura e espaço físico adequado para os empreendimentos sociais é um elemento citado pelos colaboradores entrevistados como primordial para o desenvolvimento do EES na Paraíba, como colocado por E5:

O mais relevante é a infraestrutura, porque a infraestrutura ela passa exatamente pela questão dos equipamentos que é uma das coisas que proporciona a produção, é também perceptível que apesar de ser fundamental é uma dificuldade elencada a vários entrevistados [...] o próprio governo do estado estruturou, organizou espaços públicos para que a produção do agricultor familiar pudesse ser organizada em um local decente e organizado, quer dizer, isso que aconteceu e que vem acontecendo com a parte rural precisa acontecer com o empreendedor urbano, que se crie uma estrutura física, um espaço reservado, um espaço decente, que se promova eventos estaduais, regionais para exposição, pra concursos de premiação, eu acho que isso seria um ponto importante, que abriria espaço para esses empreendedores, eles carecem muito disso, de oportunidades onde eles possam expor aquilo que eles fazem em um lugar decente, adequado, um local onde pelo menos uma vez na semana ou de 15 em 15 dias pudessem juntar esses empreendedores tipo uma feira de negócios, onde eles pudessem ter oportunidade de expor seu negócio, de vender, mas também de trocar ideias, de absorver novos conhecimentos, um espaço onde se promova a questão também da capacitação técnica, a orientação, tudo isso é importante para se tornarem cada vez mais competitivos (Entrevistado E5).

O E5 afirma que “eles carecem muito de acesso a pontos de comercialização oficial, eles não conseguem colocar, por exemplo, aquilo que produzem em redes de varejo, eles não

conseguem espaço em ambientes como shoppings, não conseguem penetrar nesses pontos mais sofisticados de comercialização, então eles têm essa dificuldade justamente por falta de organização”. É possível então, diante das entrevistas, observar que há uma carência encaixada nesse indicador que é a comercialização, associada ao indicador centro/central que é a necessidade de centro/hub, um local físico que sirva de ponto de contacto e informação, bem divulgado e facilmente constatável. Percebe-se que em toda a cadeia de empreendimentos, ainda há um difícil escoamento do produto no mercado e, muitas vezes, por não terem uma infraestrutura adequada, um local de fácil acesso para informações que proporcione isso, tendo em vista, que muitos empreendedores sociais não têm condições financeiras de ter seu local próprio de comércio e não possuem conhecimento necessário.

É versado também, e os entrevistados voltam sempre ao tocante dos empreendedores do meio rural, a agricultura familiar é tida como exemplo de organização, considerando que o governo disponibilizou através de apoio com as prefeituras municipais, mecanismos para a disponibilidade de uma infraestrutura adequada para esses tipos de empreendimentos.

Além disso, é necessário suporte específico do projeto. O apoio no acesso às redes específicas foi listado como fundamental pelos 12 entrevistados e foi o mais comumente citado dentro desta dimensão. Eles declaram que esse apoio pode ser oferecido de diversas formas como citam E1 “projetos de extensão, capacitações”, E6 “o acompanhamento, a consultoria e a transferência de tecnologia” e através de diferentes parceiros com apoio específico como colocado por E6 “as instituições de apoio para transferir tecnologia, dar acompanhamento, fazer levantamento de mercado, deveria ter mais universidades, mais instituições de suporte, dando mais apoio para esses empreendimentos sociais”.

A universidade e o PEASA através desse capital humano, desse conhecimento humano, eu vejo que o SENAR a parte de acompanhamento e gerenciamento técnico, o SEBRAE atua mais na parte de divulgação, publicações, eventos também na tentativa de promover a inovação, de dar visibilidade a esses produtores, o INSA tem vários projetos dentro desse ecossistema e a IACOC também consegue prestar assistência técnica nos vários eixos, desde gestão até a parte de comercialização em termos de conhecimento em vários empreendimentos aqui também do semiárido e de uma forma geral do Estado da Paraíba (Entrevistado E9).

É evidenciado também pelos entrevistados os benefícios e impactos gerados pelos empreendimentos sociais no estado da Paraíba, tendo em vista os problemas sociais existentes na sociedade. Essa colocação pode ser evidenciada nas falas dos entrevistados, o E4 ressaltou que “tem um impacto gigantesco para a vida do produtor e para a economia do município, penso dessa forma, e aí conseqüentemente, melhorando significativamente a qualidade de vida desse produtor”, E5 ressaltou que os empreendimentos sociais vêm,

[...] contribuindo para a distribuição de renda, para remuneração desses empreendedores sociais, e quando eu falo empreendedores sociais eu me refiro a todos os segmentos, o pessoal que atua no comércio, o pessoal que atua na prestação de serviços, o pessoal que atua na produção agrícola, na agricultura familiar (Entrevistado E5).

Ressalta-se a mudança que o empreendedorismo pode gerar em uma comunidade e, por conseguinte, contribuir para sanar os problemas sociais existentes. Um entrevistado traz em uma de suas falas o impacto gerado pela iniciativa empreendedora através de uma cooperativa, “um impacto bombástico, porque se não fosse a cooperativa e a sua renda, o distrito de Ribeira estava fadado a não ter mais pessoas morando, a não ser os aposentados e alguns funcionários públicos, não tinha condições de sobreviver, aqui antes as pessoas só viviam da agricultura” (E7).

E a associação dos indicadores, apoio específico de um projeto, alcance público e central, fica evidenciada na fala do entrevistado E8, que faz parte de uma Incubadora tecnológica:

A gente vai tentar sanar os principais problemas da sociedade, e quando eu digo principais são problemas como: fome, moradia, segurança, saúde pública, porque se a gente não consegue resolver esses problemas, como que a gente vai para os outros, então como a gente vai saber resolver um problema se a gente não conversa diretamente com quem está vivenciando no dia a dia esses problemas? (Entrevistado E8).

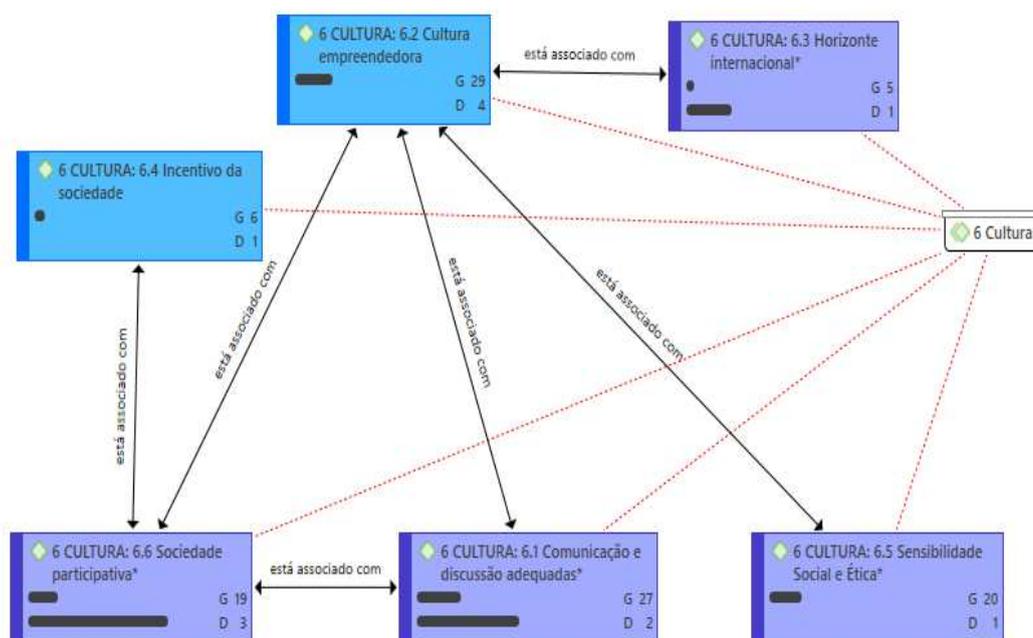
Se fazendo necessário, esse ponto central onde os inovadores pudessem acessar e, assim, as instituições que oferecem programas e ações de acordo com as necessidades dos mesmos, pudessem apoiá-los. Então, fica explícito que as necessidades abordadas por Audretsch *et al.* (2022) na dimensão apoio, estão de fato presentes no Ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba, sendo necessário pontos de observações e tomadas de decisões que mudem esse cenário ecossistêmico, para que, dessa forma, ele consiga se desenvolver e alcançar um público de maneira efetiva, trazendo mudanças sociais, econômicas e ambientais.

#### **4.1.6 Dimensão Cultura**

De acordo com o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGVCes, 2012, p.48), a cultura para a inovação presume a “presença de elementos da cultura que favoreçam a inovação, como aprendizagem encorajada, facilidade de compartilhamento de ideias e críticas, solução de conflitos”. Audretsch *et al.* (2022) comenta que para os inovadores sociais, é necessária uma cultura de apoio ao empreendedorismo e às inovações em geral, bem como uma cultura de sensibilidade social.

Composta por 6 indicadores, como apresentados na Figura 12, sendo o indicador de comunicação adequada o mais citado, a dimensão “Cultura” representa o campo, no qual o autor Audretsch *et al.* (2022) afirma que “mais (quatro) atualizações do ecossistema empreendedor tradicional são necessárias” (p. 237). Ele cita como em primeiro lugar, o desenvolvimento e implementação da inovação social, surgindo então à necessidade de uma cultura adequada de comunicação e discussão, que ainda é pouco discutida na literatura. Pode-se afirmar que, de fato, soluções inovadoras, na maioria das vezes, surgem na conversa, discussão entre os indivíduos.

**Figura 15** Dimensão Cultura



Fonte: Rede gerada no Atlas.ti, com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Essa cultura de comunicação e discussão, quer dizer que é fundamental que os indivíduos possuam uma comunicação e discussão sobre os problemas sociais para que, assim, consigam expressar a sua opinião e criarem soluções para deliberar esses problemas, sendo primordial o respeito mútuo. De acordo com os entrevistados E1, E3, E5, E6 e E10, a comunicação e discussão sobre o Ecossistema de empreendedorismo social na Paraíba ainda não se encontra de forma efetiva, “Precisa ter planejamento, avaliação, continuidade” (E1), faltando essa integração e discussão de forma que todos os atores façam parte, como ressalta o E5: “a integração para que possamos trabalhar no desenvolvimento do projeto para consolidar o ecossistema com um acordo de cooperação, por que cada um faz sua parte isoladamente”.

O ecossistema se mostra ser um ambiente ideal para ~~que~~ essa cultura de comunicação e discussão, segundo o entrevistado E5, “o ecossistema é um ótimo espaço para a gente nesse

trabalho de interação, discussão e oportunidades, a gente vai identificando, vai dialogando”. Porém, fica evidenciado que por mais que seja relevante para o desenvolvimento do ecossistema, é um indicador que precisa ser trabalhado na prática, é necessária integração dos atores que compõem o ecossistema. O entrevistado E5 fala que atualmente as instituições realizam seu trabalho de forma isolada sem haver comunicação com os demais atores:

[...] atualmente do jeito que o banco faz o seu trabalho, todos os outros fazem os deles, o SEBRAE faz o dele, a FIEP faz o dele, a secretaria municipal aqui de Campina Grande faz o dela, enfim, todo mundo faz a sua parte, agora, falta essa junção, essa integração, onde a gente possa inclusive trabalhar no desenvolvimento de um projeto, para consolidar o ecossistema com acordos, acordos de cooperação que isso é muito importante, por enquanto cada um faz sua parte, cada um no seu quadrado, cada um seguindo seus objetivos, sua missão, mas não chegou haver essa integração para que a gente possa atuar de maneira integrada (Entrevistado E5).

Essa mesma dificuldade é abordada pela E10 em relação aos atores do ecossistema:

[...] precisam se organizar mais, porque eles trabalham muito de forma individual, o que dificulta muito pra eles e nós temos aqui algumas associações, algumas cooperativas, mas não há muita conexão entre eles, eles trabalham muito de forma isolada, e aí eu acho que até uma forma de tentar solucionar esses gargalos que existem seria eles se organizarem mais, eles se apoiarem, um ajudar o outro pra ver se pelo menos diminuir essas dificuldades que eles têm (Entrevistado E10).

Dessa forma, é claro que esse indicador é uma dificuldade encontrada dentro do Ecossistema de Empreendedorismo da Paraíba, sendo fundamental trabalhar essa perspectiva que está diretamente associada a uma cultura empreendedora bem estabelecida como também a uma sociedade participativa.

É trago também das entrevistas, a relevância da *triple hélice* no contexto ecossistêmico, essa quebra de barreiras através da comunicação. O entrevistado E9 dá um exemplo de uma situação hipotética, mas que acontece constantemente na nossa sociedade:

Há!! um líder de um bairro onde eles estão ali desenvolvendo por si só uma melhoria para saneamento básico, existem empresas que estão querendo investir naquilo dali e existe a prefeitura que também quer investir, mas não consegue fazer políticas públicas porque não tem contato diretamente, é a questão que a gente sempre fala de tríplice hélice, a gente quebrar os muros e as barreiras entre a tríplice hélice, a academia, o estado como um todo (Entrevistado E9).

Então esse indicador atrelado a outros que compõem a dimensão cultura são essenciais para o desenvolvimento e a alavancagem desse ecossistema no Estado da Paraíba. Faz-se indispensável que esses atores que compõe todo o ecossistema trabalhem a cultura empreendedora, que a sociedade estimule as iniciativas e os inovadores sociais. Diante desse cenário, o entrevistado E3 afirma que é necessário a “[...] revisão da cultura instalada sobre o empreendedorismo e a renovação da participação das instituições na formação da mente empreendedora”. A cultura empreendedora também é versada pelos entrevistados como elemento relevante para o desenvolvimento do EES na Paraíba. Na literatura, os autores falam

que a cultura e os valores empreendedores estão relacionados à valorização da figura do Empreendedor e à opção do empreendedorismo enquanto carreira (Isenberg, 2010; 2011 & World Economic Fórum, 2013).

O entrevistado E6, abordando essa perspectiva para o meio rural, destaca que é necessário “[...] respeitar a vocação agroindustrial da comunidade e capacitar a comunidade em empreendedorismo, em gestão empreendedora”. Logo, essa cultura empreendedora deve ser logicamente abordada dentro de todas as perspectivas do ecossistema. Empreendedores sociais quando conseguem alcançar resultados positivos, acabam fazendo com que outras pessoas acreditem nelas mesmas, no seu potencial, exemplos brilhantes colocados nas entrevistas sobre esse horizonte internacional que pode ser alcançado se os indivíduos resolvem sair da sua zona de conforto, como fala o E7, que “A gente até se surpreende, pra você ter ideia quando a gente começou tinha apenas três oficinas, oficinas que a gente chama, são ateliês de fabricação e hoje só da cooperativa temos vinte oficinas, trabalhando todos os dias”, então é fundamental que a sociedade esteja disposta ao novo, a experimentar algo inovador, esteja aberta para aceitar as mudanças, que consiga esse envolvimento e participação nos empreendimentos sociais.

Outro ponto colocado nas entrevistas que é muito importante e acredito que se adotado por vários gestores municipais, não só gestores, mas por aqueles que, de certa forma, tem meios para colocar ideias em práticas e possuem uma sensibilidade social e ética, que é um dos indicadores que compõem essa dimensão, é um elemento brilhante de transformação social, como colocado por E5, “[...] quando os prefeitos são visionários, eles conseguem conjugar uma política pública dessa com outro programa e isso consegue dar uma alavancada nos índices de desenvolvimento humano e econômico de forma fantástica”. Essas iniciativas são cruciais para o desenvolvimento e implementação de empreendimentos/ inovações sociais. A entrevistada E11 coloca que “A partir do momento em que um dá certo, os outros conseguem visualizar que também vão dar, aí eles conseguem se unir, e há um crescimento sim, através de algumas ações individuais você consegue ter uma mobilização”.

Outro fato observado é que a relação entre os indicadores colocados na Figura 12 nesta dimensão é bem acentuada, tendo a cultura empreendedora uma associação direta com 4 outros indicadores. Na sociedade atual, as dificuldades são evidentes e o empreendedorismo é uma forma de mudança desse cenário, “as pessoas são obrigadas a inventar, reinventar alguma coisa para tentar sobreviver, tem gente tentando produzir algo e fazer com que o que ele produz seja importante para o seu sustento em toda região Nordeste” (E2). Dessa forma, é basilar a intensificação da cultura empreendedora, que a sociedade possa ser ativamente

participativa, “é força de vontade, querer mudar” (E7), que haja comunicações adequadas dentro de toda a extensão ecossistêmica, que haja sensibilidade social e ética e que sejam internacionalizadas essas iniciativas.

Ressaltado pelo E11, “muita gente não sabe nem o que é o empreendedorismo social, não sabe o que é um negócio de impacto social, então eu acredito que a gente precisa falar mais sobre isso, sensibilizar mais pessoas do ecossistema para falar sobre, para que a população conheça esses empreendimentos”. Sendo assim, esse conjunto de indicadores que aborda sobre as necessidades dentro desta dimensão, se faz cruciais, do ponto de vista do EES da Paraíba, para o amadurecimento da educação sobre empreendedorismo e inovação e, assim, consequentemente, gerando a integração das partes que compõe o ecossistema de empreendedorismo social, se trabalhados, discutidos e implementados, de forma conjunta, o resultado será surpreendente.

## **4.2 Discussões**

Ao considerar os conteúdos analisados em cada dimensão, estas evidenciaram a existência de iniciativas de empreendedorismo social/ inovação social no ecossistema de empreendedorismo da Paraíba. A luz dos conceitos teóricos abordados percebe-se que os atores entrevistados e que compõem o ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba, valorizam e reconhecem as necessidades expostas do modelo utilizado no estudo. É possível verificar que alguns elementos são citados como fundamentais, primordialmente em relação a outros, por exemplo, a infraestrutura física, a cultura, o conhecimento e o talento, são de fato abordados como necessidades básicas existentes para o desenvolvimento do ecossistema. Como por exemplo a disponibilidade de infraestrutura física que abarque os mais diversos tipos de empreendimentos.

Foi também possível identificar que na comercialização e na saída dos produtos fabricados pelos empreendedores, se encontra em um entrave considerável aqui no estado, principalmente na parte burocrática e de acesso aos mercados, onde está ainda muito restrito ao mercado governamental. Conforme indicado por Audretsch *et al.* (2022), no seu modelo há existência de necessidades especialmente voltadas para empreendimentos de inovação social, porém, há uma necessidade que após as análises foi relevante em consideração às demais, que está inserida na dimensão política e que se trata das políticas personalizadas, elucidando o potencial das políticas para a mudança desse cenário no Estado da Paraíba.

Com relação à importância desses elementos dentro do EES da Paraíba, a partir das entrevistas, constatou-se que a atividade da agricultura familiar se mostrou uma alternativa de

renda contributiva para famílias da região, sendo também promotora de valorização, inclusão e empoderamento dos empreendedores rurais, demonstrando que a comunidade passou por um processo de melhoria da qualidade de vida e de bem-estar social, bem como a atividade desenvolvida pela associação formada por um grupo de mulheres de Várzea Grande, que trouxe mudanças extraordinárias para as vidas dessas mulheres. A cooperativa ARTEZA, também mudou substancialmente a realidade de toda a comunidade da Ribeira, gerando renda, abrindo novas possibilidades de mercados e, acima de tudo, gerando impacto social na comunidade.

Foi possível também verificar os principais atores envolvidos no Ecosistema de Empreendedorismo Social da Paraíba, como mostra a Figura 11, quais os papéis desempenhados por alguns deles, fazendo um adendo para as necessidades identificadas em relação ao apoio que esses atores recebem e como eles se relacionam. Diante das entrevistas, o ecossistema se encontra atualmente desorganizado, faltando integração, discussão entre eles, para que o ecossistema possa de fato progredir.

Frente ao aporte teórico elucidado sobre os Ecosistemas empreendedores e aos resultados obtidos após a verificação empírica aqui apresentada, com o objetivo de analisar a configuração do Ecosistema de Empreendedorismo Social e as suas contribuições para o desenvolvimento desse ecossistema, bem como para validar a premissa norteadora desta pesquisa, de que as necessidades abordadas por Audretsch *et al.* (2022) em seu estudo é de fato uma realidade posta no EES da Paraíba. Constatou-se também que, apesar da pesquisa não ter utilizado indicadores para mensurar o nível de desenvolvimento do ecossistema, é possível inferir que as iniciativas de inovação social fomentam as alterações sociais e econômicas na comunidade onde essas inovações conseguem chegar, desenvolvendo mudança intelectual, bem como alterando a realidade da sociedade.

Para concluir, após os resultados das análises das entrevistas realizadas com os atores que fazem parte do Ecosistema de Empreendedorismo Social da Paraíba, a seção subsequente apresenta as conclusões deste estudo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação teve como objetivo analisar a configuração do Ecosistema de Empreendedorismo Social da Paraíba, na perspectiva dos elementos, autores e sua capacidade de desenvolvimento e crescimento. Para tanto, percorremos as perspectivas teóricas que conceituaram as seis dimensões do ecossistema empreendedor propostas por Isenberg (2011).

A escolha desse modelo ocorreu devido a sua importância para a literatura sobre ecossistemas empreendedores. E, para definição dos indicadores, foi utilizado o modelo proposto por Audretsch et al. (2022), que aborda as necessidades existentes aos empreendedores tradicionais e as necessidades dos inovadores sociais dentro de cada uma das dimensões propostas por Isenberg (2011).

Além da contribuição imprescindível de Isenberg (2011), a pesquisa embasou-se nas contribuições de Stam, (2015), Lévesque (2016), Brown e Mason (2017), Stam e Van de Ven (2019), e Audretsch et al. (2022). Tais autores foram relevantes para o embasamento teórico do estudo. A partir desses autores foi possível definir as variáveis que nortearam a pesquisa e, assim, encontrar as respostas para os objetivos elencados.

A partir da análise dos dados obtidos, foi percebido que políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e inovação, precisam ser implementadas, e que essas políticas precisam ter orçamentos próprios. Além do mais, percebe-se a necessidade de medidas de avaliação de impacto desses empreendimentos no Estado da Paraíba. Foi possível detectar também que os empreendimentos rurais vêm num crescente avanço com relação a outros tipos de empreendimentos. Tal constatação é um passo positivo para o ecossistema de inovação para as instituições, e, principalmente, para os atores que estão na ponta e que são responsáveis pela produção. Assim, destacam-se olhares direcionados a favor de políticas relevantes, principalmente para o setor rural, que faz parte do ecossistema de empreendedorismo social.

Além disso, as instituições de pesquisa e as universidades, enquanto detentoras do conhecimento têm buscado programas que trabalhem a perspectiva do empreendedorismo social. Por exemplo, o oferecimento de Pós-graduação com linhas de pesquisas atreladas ao empreendedorismo e inovação social. No entanto, identificou-se que o conhecimento específico precisa alcançar as bases para que, dessa forma, chegue à ponta com o objetivo de trazer mudanças na sociedade. As instituições como SEBRAE, SENAI, entre outras, têm se mostrado superimportantes para interligar e oferecer conhecimento através de várias ações para os empreendedores sociais, e, com isso, sanar algumas dessas necessidades presentes no ecossistema.

Entre os entraves, destaca-se o distanciamento e a ausência de interação dos atores com os programas ofertados ou até mesmo programas direcionados a certo tipo de empreendedores. No cenário atual é possível identificar um direcionamento a programas do setor rural. Outro entrave perceptível é a comercialização, saída de mercadorias fabricadas por empreendedores sociais, tendo em vista, a burocracia imposta. Faz-se necessário destacar que a falta de conhecimento, capacitações e treinamentos dos atores com relação à inovação social é outra limitação que desafia o desenvolvimento do ecossistema.

A todos os atores envolvidos do ecossistema, fica a responsabilidade e a necessidade de

pensar em formas práticas e eficazes de fortalecimento do ecossistema de empreendedorismo social da Paraíba. Uma vez que, os atores desempenhando seus papéis de forma isolada não há como avançar para esse fortalecimento, e, conseqüentemente, não tem como gerar uma contribuição social de forma tão expansiva. Com isso, se faz necessário maiores cuidados, maior atenção, maior dedicação e, acima de tudo, cooperação para que haja a integração de forma positiva dessas partes, que podem unir forças para fortalecer o ecossistema de empreendedorismo social.

A partir do trabalho realizado, entendemos que o EES da Paraíba reúne um conjunto de talentos e pode ser um ecossistema transformador, devendo ser compreendido como um ambiente que proporciona inovação e evolução. Mas, para que esse ciclo aconteça da forma ideal, a ação dos atores que fazem parte deve buscar soluções para sanar as necessidades encontradas e estimular as camadas detentoras de conhecimentos e os produtores detentores de talentos. Desta forma, esta pesquisa serviu para analisar e mencionar os caminhos necessários diante das dificuldades encontradas para conseguir o funcionamento de um ecossistema de empreendedorismo social próspero e também enriquecer e contribuir com as teorias sobre ecossistemas de empreendedorismo social.

Essa pesquisa, assim como todas, apresentam limitações. Apesar de primar por selecionar representantes de instituições diferentes do Estado da Paraíba, acredita-se que o estudo ficaria mais rico se tivesse tido participação de mais instituições e até representantes de governos, o que proporciona uma análise comparativa. Porém, não foi possível mais entrevistados nessa classificação devido a indisponibilidades desses atores. Outro fator que poderíamos ter obtido mais êxito seria a integração dessa rede de contatos do ecossistema. Talvez se estivesse de fato todos em cooperação, poderíamos ter até mesmo acesso a documentos para aprimoramento da pesquisa.

Por fim, recomenda-se para próximos estudos, ampliar as pesquisas para analisar outros atores que fazem parte do ecossistema, como representantes da liderança eclesiástica e membros de algumas igrejas que atuam nesse ecossistema. Além disso, destaca-se como sugestão, aumentar o universo da pesquisa acerca de empreendedorismo social, levando a tratativa para o público acadêmico, para os governantes, para a sociedade e investigar até que ponto a formação e o desenvolvimento do EES na Paraíba são importantes sob a ótica dos alunos de graduação e pós-graduação, dos governos e até mesmo dos atores responsáveis pela produção dessas inovações sociais, que estão vindo recheados de impacto dentro da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- A PARAÍBA - IBAL@IO. ([s.d.]). Recuperado 20 de maio de 2021, de <http://ibalaio.sebraepb.com.br/paraiba/>
- Ács, Z. J., Autio, E., & Szerb, L. (2014). National Systems of Entrepreneurship: Measurement issues and policy implications. *Research Policy*, 43(3), 476–494. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2013.08.016>
- Acs, Z. J., Stam, E., Audretsch, D. B., & O'Connor, A. (2017). The lineages of the entrepreneurial ecosystem approach. *Small Business Economics*, 49(1). <https://doi.org/10.1007/s11187-017-9864-8>
- Adner, R. (2006). Match your innovation strategy to your innovation ecosystem. *Harvard Business Review*, 84(4).
- Al., F. et. (2021). Managing the complexity of outcomes: a new approach to performance measurement and management. In *Handbook on Performance Management in the Public Sector*. Edward Elgar Publishing.
- Alan, S., Baysan, C., Gumren, M., & Kubilay, E. (2021). *BUILDING SOCIAL COHESION IN ETHNICALLY MIXED SCHOOLS: AN INTERVENTION ON PERSPECTIVE TAKING*. 1–48. <https://doi.org/10.1093/qje/qjab009>. Advance
- Albagli, S., & Maciel, M. L. (2004). Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ciência da informação*, 33(3), 9–16.
- Alvedalen, J., & Boschma, R. (2017). A critical review of entrepreneurial ecosystems research: towards a future research agenda. *European Planning Studies*, 25(6), 887–903. <https://doi.org/10.1080/09654313.2017.1299694>
- Andion, C., Alperstedt, G. D., & Graeff, J. F. (2020). Ecosystema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 181–200. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180418>
- Arnkil, R., Järvensivu, A., Koski, P., & Piirainen, T. (2010). Exploring Quadruple Helix: Outlining user-oriented innovation models. Final Report on Quadruple Helix Research for the CLIQ project. In *Tampere: The CLIQ*. [http://www.arnkildialogues.com/files/testataan.kotisivukone.com/julkaisut/exploring\\_quadruple\\_helix-2010-1.pdf](http://www.arnkildialogues.com/files/testataan.kotisivukone.com/julkaisut/exploring_quadruple_helix-2010-1.pdf)
- ATLAS.ti. *Qualitative Methods Master Class Series*. [S. I.]: Atlas.ti, 2021. Acesso em: 11 de janeiro. (2021). [https://doi.org/Disponível em: https://atlasi.com/learning/free-training/](https://doi.org/Disponível%20em%3A%20https%3A%2F%2Fatlasi.com%2Flearning%2Ffree-training/).
- Audretsch, D., Heger, D., & Veith, T. et al. (2015). Infrastructure and entrepreneurship. *Small Business Economics*, 44(2), 219–230.
- Audretsch, D. B., Eichler, G. M., & Schwarz, E. J. (2022). Emerging needs of social innovators and social innovation ecosystems. In *International Entrepreneurship and Management Journal* (Vol. 18, Número 1). Springer US. <https://doi.org/10.1007/s11365-021-00789-9>
- Audy, J., & Piqué, J. (2016). Dos parques científicos e tecnológicos aos ecossistemas de inovação: Desenvolvimento social e econômico na sociedade do conhecimento. *Desenvolvimento social e econômico na sociedade do conhecimento. ANPROTEC–Tendências*. Brasília, DF: ANPROTEC, 26. [www.anprotec.org.br/site/menu/publicacoes-2/e-books/](http://www.anprotec.org.br/site/menu/publicacoes-2/e-books/)
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei–Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? *Entrepreneurship theory and practice*, 30(1), 1–22. <https://doi.org/10.4135/9789353885892.n4>
- Autio, E., Nambisan, S., Thomas, L. D. W., & Wright, M. (2018). Digital affordances, spatial affordances, and the genesis of entrepreneurial ecosystems. *Strategic Entrepreneurship*

- Journal*, 12(1), 72–95. <https://doi.org/10.1002/sej.1266>
- Azevedo, L. F. de, Fonseca, P. C. D., & Missio, F. J. (2022). Distribuição de renda e regime de crescimento econômico no Brasil: avaliação e propostas. *Brazilian Journal of Political Economy*, 42(1), 25–47. <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3244>
- Battilana, J., Lee, M., Walker, J., & Dorsey, C. (2012). Em busca do ideal híbrido. *Stanford Social Innovation Review*, (Verão), 51–55. [http://ssir.org/articles/entry/in\\_search\\_of\\_the\\_hybrid\\_ideal](http://ssir.org/articles/entry/in_search_of_the_hybrid_ideal)
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo 4aed*. Lisboa: Edições, 70, 1977. *Como auxílio para o processo de codificação das informações*.
- Barrera Duque, E. (2007). La empresa social y su responsabilidad social. *Innovar*, 17(30), 59–76.
- Benaviddes, L. E. B., Paredes, H. A. L., Paredes, M. V. L., & Franco, G. G. (2018). La precarización salarial en la actividad agrícola y su incidencia en la política de economía popular y solidaria en el Ecuador. *Economía*, 41(81), 47-67.
- Bittencourt, I., Brunstein, J., Cavalcante Martins, A. A., Desidério, P. H., & Cardoso Sobrinho, C. A. (2016). Revisão Sistemática da Literatura de Empreendedorismo Social e Desenvolvimento de Competências: uma análise dos últimos 10 anos. *International Journal of Innovation*, 4(1), 33–45. <https://doi.org/10.5585/iji.v4i1.67>
- Borghì, R. A. Z. (2017). The Brazilian productive structure and policy responses in the face of the international economic crisis: An assessment based on input-output analysis. *Structural Change and Economic Dynamics*, 43, 62-75.
- Brown, R., & Mason, C. (2017). Looking inside the spiky bits: a critical review and conceptualisation of entrepreneurial ecosystems. *Small Business Economics*, 49(1), 11–30. <https://doi.org/10.1007/s11187-017-9865-7>
- Brown, R., & Mawson, S. (2019). Entrepreneurial ecosystems and public policy in action: A critique of the latest industrial policy blockbuster. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 12(3), 347–368. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsz011>
- Brush, C., Greene, P., Balachandra, L., & Davis, A. (2018). The gender gap in venture capital- progress, problems, and perspectives. *Venture Capital*, 20(2), 115–136. <https://doi.org/10.1080/13691066.2017.1349266>
- Cantner, U., Cunningham, J. A., Lehmann, E. E., & Menter, M. (2021). Entrepreneurial ecosystems: a dynamic lifecycle model. *Small Business Economics*, 57(1), 407–423. <https://doi.org/10.1007/s11187-020-00316-0>
- Cao, Z., & Shi, X. (2020). A systematic literature review of entrepreneurial ecosystems in advanced and emerging economies. *Small Business Economics*. <https://doi.org/10.1007/s11187-020-00326-y>
- Carayannis, E. G., Barth, T. D., & Campbell, D. F. (2012). The Quintuple Helix innovation model: global warming as a challenge and driver for innovation. *Journal of Innovation and Entrepreneurship*, 1(1), 2. <https://doi.org/10.1186/2192-5372-1-2>
- Carayannis, E. G., & Campbell, D. F. J. (2009). “Mode 3” and “Quadruple Helix”: Toward a 21st century fractal innovation ecosystem. *International Journal of Technology Management*, 46(3–4), 201–234. <https://doi.org/10.1504/ijtm.2009.023374>
- Carayannis, E. G., & Campbell, D. F. J. (2011). Open Innovation Diplomacy and a 21st Century Fractal Research, Education and Innovation (FREIE) Ecosystem: Building on the Quadruple and Quintuple Helix Innovation Concepts and the “Mode 3” Knowledge Production System. *Journal of the Knowledge Economy*, 2(3), 327–372. <https://doi.org/10.1007/s13132-011-0058-3>
- Carayannis, E. G., Grigoroudis, E., Stamati, D., & Valvi, T. (2021). Social Business Model Innovation: A Quadruple/Quintuple Helix-Based Social Innovation Ecosystem. *IEEE Transactions on Engineering Management*, 68(1), 235–248.

- <https://doi.org/10.1109/TEM.2019.2914408>
- Carayannis, E. G., & Rakhmatullin, R. (2014). The Quadruple/Quintuple Innovation Helixes and Smart Specialisation Strategies for Sustainable and Inclusive Growth in Europe and Beyond. *Journal of the Knowledge Economy*, 5(2), 212–239. <https://doi.org/10.1007/s13132-014-0185-8>
- Carmona, V. C., Dai Pra Martens, C., Dal Belo Carneiro Leão, A. L., Jorge Nassif, V. M., & Rodrigues de Freitas, H. M. (2018). Empreendedorismo social: uma perspectiva bibliométrica na área de administração e negócios. *Estudios Gerenciales*, 34(149), 399–410.
- Carvalho, L. M. C., Viana, A. B. N., & Mantovani, D. M. N. (2016). *O Papel Da Fapesp No Ecosystema*.
- Cohen, B. (2006). Sustainable valley entrepreneurial ecosystems. *Business Strategy and the Environment*, 15(1)(March 2005), 1–14. <https://doi.org/10.1002/bse.428>
- Costa, M. D. S. (2010). Trabalho informal: Um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade Brasileira. *Caderno CRH*, 23(58), 171–190.
- Creswell, J. W. (2018). *Educational research: planning, conducting and evaluating quantitative and qualitative research* (6th ed.).
- Dwivedi, A., & Weerawardena, J. (2018). Conceptualizing and operationalizing the social entrepreneurship construct. *Journal of Business Research*, 86. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.01.053>
- Dees, G. (1998). The meaning of ‘social entrepreneurship’. *Kauffman Foundation and Stanford University*, 1–5.
- Dionisio, M. (2019). The evolution of social entrepreneurship research: a bibliometric analysis. *Social Enterprise Journal*, 15(1), 22–45. <https://doi.org/10.1108/SEJ-05-2018-0042>
- Decreto Lei no 9283/18 de 7 de Fevereiro do Marco Legal da Ciência e Tecnologia. Diário da República.
- Dubini, P. (1989). The influence of motivations and environment on business start-ups: Some hints for public policies. *Journal of Business Venturing*, 4(1), 11–26. [https://doi.org/10.1016/0883-9026\(89\)90031-1](https://doi.org/10.1016/0883-9026(89)90031-1)
- Elia, G., Margherita, A., & Passiante, G. (2020). Digital entrepreneurship ecosystem: How digital technologies and collective intelligence are reshaping the entrepreneurial process. *Technological Forecasting and Social Change*, 150(November 2019), 119791. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2019.119791>
- Etzkowitz, H., & Zhou, C. (2017). Hélice Tríplice: Inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, 31(90), 23–48. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>
- Feld, B. (2012). Startup Communities : Building an Entrepreneurial Ecosystem in your City. In *New York, John Wiley & Sons Inc*.
- Fernandes, A. J., & Ferreira, J. J. (2022). Entrepreneurial ecosystems and networks: a literature review and research agenda. In *Review of Managerial Science* (Vol. 16, Número 1). Springer Berlin Heidelberg. <https://doi.org/10.1007/s11846-020-00437-6>
- Forum, W. E. (2014). *Entrepreneurial Ecosystems Around the Globe and Early-Stage Company Growth Dynamics*, Geneva. January, 240.
- French, M., Lowe, T., Wilson, R., Rhodes, M. L., & Hawkins, M. (2021). Managing the complexity of outcomes: a new approach to performance measurement and management. In *Handbook on Performance Management in the Public Sector* (pp. 111-128). Edward Elgar Publishing.
- Frosch, R.A. & Gallopoulos, N. E. (1989). Strategies for Manufacturing. *Scientific American*, 261(3), 144–152.

- Garavan, T. N., McCarthy, A., & Carbery, R. (2019). An Ecosystems Perspective on International Human Resource Development: A Meta-Synthesis of the Literature. *Human Resource Development Review*, 18(2), 248–288. <https://doi.org/10.1177/1534484319828865>
- Gazarro, D. A., Santos, D., Schmidt, V. K., & Zen, A. C. (2016). A emergência de um ecossistema de empreendedorismo: o caso do Armazém da Criatividade e a cidade de Caruaru, Pernambuco, Brasil. *26ª Conferência Anprotec*, 1–16.
- Ghazali, Z., Ibrahim, N. A., & Zainol, F. A. (2013). Factors affecting entrepreneurial intention among UniSZA students. *Asian Social Science*, 9(1), 85–93. <https://doi.org/10.5539/ass.v9n1p85>
- Gobble, M. M. (2014). Charting the innovation ecosystem. *Research-Technology Management*, 57(4), 55–59.
- Hakala, H., O'Shea, G., Farny, S., & Luoto, S. (2020). Re-storying the Business, Innovation and Entrepreneurial Ecosystem Concepts: The Model-Narrative Review Method. *International Journal of Management Reviews*, 22(1), 10–32. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12212>
- Harms, R., & Groen, A. (2017). Loosen up? Cultural tightness and national entrepreneurial activity. *Technological Forecasting and Social Change*, 121, 196–204. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.04.013>
- Hidalgo, G., Monticelli, J. M., & Vargas Bortolaso, I. (2021). Social Capital as a Driver of Social Entrepreneurship. *Journal of Social Entrepreneurship*, 0(0), 1–24. <https://doi.org/10.1080/19420676.2021.1951819>
- IBGE. (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>
- Isenberg, D. J. (2010). The big idea: How to start an entrepreneurial revolution. *Harvard Business Review*, 88(6), 1–18.
- Isenberg, D. J. (2011). The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurships. *The Babson Entrepreneurship Ecosystem Project*, 1(781), 1–13.
- Isenberg, D., & Onyemah, V. (2016). Fostering scaleup ecosystem for regional growth. *Innovation/Thriving Cities*, 11(1/2), 60–79.
- Kabbaj, M., El Ouazzani Ech Hadi, K., Elamrani, J., & Lemtaoui, M. (2016). A study of the social entrepreneurship ecosystem: The case of Morocco. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 21(4), 1–21. <https://doi.org/10.1142/S1084946716500217>
- Lévesque, B. (2016). Économie sociale et solidaire et entrepreneur social: vers quels nouveaux écosystèmes?. *Revue Interventions économiques. Papers in Political Economy.*, (54). <https://doi.org/https://doi.org/10.4000/interventionseconomiques.2802>
- Lipkin, P., Bezerra, R. M., Carpeggiani, B., & Almeida, K. (2017). Índices de Cidades Empreendedoras 2017. *Endeavor Brasil*, 128. <https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/6588/1512651268AF-REAL-ICE-2017-web.pdf>
- Machín, O. L., Alemán, J. L. A., & Rodríguez, C. A. R. (2017). Enfoques sobre la economía social y solidaria. *Cooperativismo y Desarrollo: COODES*, 5(2), 137-146.
- Maciel, M. D. A., & Troian, A. (2022). A produção de novidades da agricultura familiar: o protagonismo dos sistemas orgânicos e agroecológicos no desenvolvimento sustentável. *Desafio Online*, 10(3), 408-431.
- Mack, E., & Mayer, H. (2016). The evolutionary dynamics of entrepreneurial ecosystems.

- Urban Studies*, 53(10), 2118–2133. <https://doi.org/10.1177/0042098015586547>
- Malecki, E. J. (2018). Entrepreneurship and entrepreneurial ecosystems. *Geography Compass*, 12(3), 1–21. <https://doi.org/10.1111/gec3.12359>
- Mason, C., & Brown, R. (2014). Entrepreneurial ecosystems and growth oriented entrepreneurship. *Final report to OECD, Paris*, 77–102. <https://doi.org/10.4337/9781785364624>
- Mineiro, A. A. da C., Souza, D. L., Vieira, K. C., Castro, C. C., & De Brito, M. J. (2019). Da Hélice Tríplice a Quintupla: Uma Revisão Sistemática. *Revista Economia & Gestão*, 18(51), 77–93. <https://doi.org/10.5752/p.1984-6606.2018v18n51p77-93>
- Minuzzi, J., Belinazo, D. P., & Lezana, Á. G. R. (2005). *As relações entre empreendedorismo e marketing social. As Relações entre Empreendedorismo e Marketing Social*.
- Moore, J. F. (1993). A New Ecology of Competition *Harvard Business Review*. *Harvard Business Review*, May-June., 76–86.
- Moore, J. F. (1996). The Death of Competition: Leadership & Strategy in the Age of Business Ecosystems. In *New York, Harper Business*.
- Morris, M. H., Neumeyer, X., & Kuratko, D. F. (2015). A portfolio perspective on entrepreneurship and economic development. *Small Business Economics*, 45(4), 713–728. <https://doi.org/10.1007/s11187-015-9678-5>
- Nachira, F. (2002). Towards a network of digital business ecosystems fostering the local development. In *European Commission Discussion Paper*.
- Neck, H., Brush, C., & Allen, E. (2009). The landscape of social entrepreneurship. *Business horizons*, 52(1), 13–19.
- Neck, H. M., Meyer, G. D., Cohen, B., & Corbett, A. C. (2004). An Entrepreneurial System View of New Venture Creation. *Journal of Small Business Management*, 42(2), 190–208. <https://doi.org/10.1111/j.1540-627x.2004.00105.x>
- Neri, M. (2019). *A escalada da desigualdade: qual o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza*. Rio de Janeiro: FGV-Social. <https://cps.fgv.br/desigualdade>
- Olinsson, S. B. (2017). Social entrepreneurship-committing theory to practice. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(2), 225-247.
- Oliveira, V. M. de, Correia, S. E. N., & Gomez, C. R. P. (2018). Inovações sociais como meio de promoção do consumo sustentável: Possibilidades e desafios. *Desenvolvimento em Questão*, 16(44), 383-416.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE]. (1997). Manual de Oslo: Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação. OCDE, 2.
- Pathak, S., & Mukherjee, S. (2020). *Entrepreneurial ecosystem and social entrepreneurship : case studies of community-based craft from Kutch, India*. 1–25. <https://doi.org/10.1108/JEC-06-2020-0112>
- Peltoniemi, M. (2005). *Business ecosystem*.
- Pesce, L.; Abreu, C. B. (2019). Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, 22(40), 19–29.
- Prahalad, C. K. (2009). *The Fortune at the Bottom of the Pyramid (revised and updated 5th anniversary edition)*.
- Putnam, R. (1993). “The prosperous community: Social capital and public life”. *The american prospect*, 4(13), 35–42.]
- Polovko, S., & Grinberga-Zalite, G. (2019). Defining social innovation: theoretical discourse. *Economic Science for Rural Development*, 50(50), 155–161. <https://doi.org/10.22616/esrd.2019.019>
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Creating shared value. *Harvard Business Review*, 89(1–2). <https://doi.org/10.32591/coas.ojss.0201.04037b>

- Rahatullah Khan, M. (2013). Mapping entrepreneurship ecosystem of Saudi Arabia. *World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, 9(1), 28–54. <https://doi.org/10.1108/20425961311315700>
- Ribeiro Filho, J. R., & Tahim, E. F. (2022). Inovação e contingencialidade na agricultura familiar. *Gestão & Conexões*, 11(3), 87-107. 10.47456/regec.23175087.2022.11.3.38092.88.107.
- Rubenstein, H. (2012). The Death of Competition: leadership and strategy in the age of business ecosystems. In *Book Review and Commentary by Herb Rubenstein, President, Sustainable Business Group* (p. 1–29).
- S, Cruz, M. (2017). Ecosystema de Negócios Sociais como Estratégia de Desenvolvimento. *II Simpósio Nacional de Empreendedorismo Social Enactus Brasil*, 20–22. <http://brazil.enactusglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2017/02/ECOSSISTEMA-DE-NEGÓCIOS-SOCIAIS-COMO-ESTRATÉGIA-DE-DESENVOLVIMENTO.pdf>
- Santos, C. C., Teston, S. F., Zawadzki, P., Lizonete, S., & Machado, Hi. P. V. (2020). Individual Absorptive Capacity and Entrepreneurial Intention in Successors of Rural Properties. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 21(3). <https://doi.org/10.1590/16786971/eramr200045>
- Schäfer, S., & Mayer, H. (2019). Entrepreneurial ecosystems: Founding figures and research frontiers in economic geography. *Radiochimica Acta*, 107(12), 55–63. <https://doi.org/10.1515/ract-2019-frontmatter12>
- Shankar, A., B Elam, A., & Glinski, A. (2020). Strengthening the women’s entrepreneurship ecosystem within the energy sector. *IDS Bulletin*, 51(1), 27–52. <https://doi.org/10.19088/1968-2020.104>
- Schumpeter, J. A. (1943). *Capitalism, Socialism and Democracy*. In *Modern Economic Classics-Evaluations Through Time*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315270548-17>
- Shepherd, D. A., & Patzelt, H. (2020). A Call for Research on the Scaling of Organizations and the Scaling of Social Impact. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 1–14. <https://doi.org/10.1177/1042258720950599>
- Spigel, B., & Harrison, R. (2018). Toward a process theory of entrepreneurial ecosystems. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 12(1), 151–168.
- Spigel, B. (2017a). *A Organização Relacional de Ecosystemas Empresariais*. 44(0), 49–72.
- Spigel, B. (2017b). The Relational Organization of Entrepreneurial Ecosystems. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 41(1), 49–72. <https://doi.org/10.1111/etap.12167>
- Spinosa, L. M., Schlemm, M. M., & Reis, R. S. (2015). Brazilian innovation ecosystems in perspective: Some challenges for stakeholders. *Revista Brasileira de Estratégia*, 8(3), 386-400.
- Stam, E. (2015). Entrepreneurial Ecosystems and Regional Policy: A Sympathetic Critique. *European Planning Studies*, 23(9), 1759–1769. <https://doi.org/10.1080/09654313.2015.1061484>
- Stam, E., & van de Ven, A. (2019). Entrepreneurial ecosystem elements. *Small Business Economics*, 1–24. <https://doi.org/10.1007/s11187-019-00270-6>
- Thompson, T. A., Purdy, J. M., & Ventresca, M. J. (2018). How entrepreneurial ecosystems take form: Evidence from social impact initiatives in Seattle. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 12(1), 96–116.
- Tsakanika, L., & Chaves-Ávila, R. (2017). *Building Social Innovation Ecosystems: a capability approach*. [http://base.socioeco.org/docs/tfm\\_itsakanika\\_2017\\_building\\_social\\_innovation\\_ecosystems.\\_a\\_capability\\_approach.pdf](http://base.socioeco.org/docs/tfm_itsakanika_2017_building_social_innovation_ecosystems._a_capability_approach.pdf)

- Van de Ven, H. (1993). Entrepreneurship, The development of an infrastructure for. *Journal of Business venturing*, 8(3), 211–230.
- Vieira, M. L. (2019). *Maturidade do ecossistema de startups na cidade de João Pessoa*. 1–151.
- Villegas-Mateos, A., & Vázquez-Maguirre, M. (2020). Social entrepreneurial ecosystems: a regional perspective of Mexico. *International Journal of Entrepreneurship*, 24(1), 1–19.
- Weber, J., & Silva, T. N. da. (2021). A Produção Orgânica no Brasil sob a Ótica do Desenvolvimento Sustentável. *Desenvolvimento Em Questão*, 19(54), 164–184. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.54.164-184>.
- World Economic Forum. (2019). The Global Risks Report. 1–114. <http://wef.ch/risks2019>
- Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos/Robert K. Yin. Trad. Daniel, 320.
- World Economic Forum. (2013). Entrepreneurial Ecosystems Around the Globe and Company Growth Dynamics. *Report Summary for the Annual Meeting of the New Champions 2013, September*, 36. [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_EntrepreneurialEcosystems\\_Report\\_2013.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_EntrepreneurialEcosystems_Report_2013.pdf)
- Wu, G. H., Souza, L., Fernandes, L., & Pereira, M. A. C. (2018). *Identificação dos principais atores do ecossistema empreendedor de Lorena*. 16. <https://doi.org/10.14488/ENEGEP2018>
- Wurth, B., Stam, E., & Spigel, B. (2021). Toward an Entrepreneurial Ecosystem Research Program. *Entrepreneurship: Theory and Practice*. <https://doi.org/10.1177/1042258721998948>
- Zahra, S. A., Gedajlovic, E., Neubaum, D. O., & Shulman, J. M. (2009). A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. *Journal of Business Venturing*, 24(5), 519–532. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2008.04.007>
- Zardo, L. (2017). *Analyzing ecosystem services and green urban infrastructures to support urban planning*.

(texto correto de Zardo )

[http://www.genesis.puc-rio.br/media/biblioteca/Tese\\_Julia\\_Zardo\\_2017\\_PPED\\_IE.pdf](http://www.genesis.puc-rio.br/media/biblioteca/Tese_Julia_Zardo_2017_PPED_IE.pdf)

GODINHO, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. In: *Conferência do Desenvolvimento Nacional*. 2011.

[Lei Nº 11869 DE 09/04/2021 - Estadual - Paraíba - LegisWeb](#)

## APÊNDICES

### Apêndice A: Roteiro semiestruturado de entrevistas

#### (Atores Sociais)

Questões demográficas
Nome:
Sexo:
Idade:
Cidade onde mora:
Nível de escolaridade:
Onde Trabalha:

- Há quanto tempo que o Senhor (a) está nesta função na Associação/Cooperativa e como se deu essa ideia inicialmente?
- Como foi construída a cooperativa e como ela conseguiu se desenvolver e crescer até os dias de hoje?
- Quantas pessoas atualmente participam da associação?
- Durante esse processo de criação até hoje, vocês tiveram apoio de alguma instituição? Como foi esse tipo de apoio?
- Existiu algum apoio financeiro?
- Atualmente, a associação funciona todos os dias?
- Vocês tiveram acesso a algum programa ofertado pelo governo?
- Teve mais algum programa?
- Essa questão do acesso de vocês junto a esses parceiros sempre foi de maneira facilitadora ou teve dificuldades para vocês chegarem até eles?
- Essa decisão de montar a associação foi em qual ano?
- A sede da associação é própria?
- Como se dá a sua participação na Associação/Cooperativa?
- Quais os elementos que você considera que foram mais importantes para o desenvolvimento da cooperativa?
- Você acredita que mesmo diante das dificuldades enfrentadas, o número de empreendimentos na região tem crescido nos últimos anos?

- Diante sua visão o que você acha que poderia ser feito para que houvesse avanço e crescimento de iniciativas como a de vocês enquanto associação/cooperativa em outros lugares?
- Nos dias atuais, vocês recebem algum tipo de apoio do governo municipal?
- Na sua visão, qual o impacto que esses empreendimentos geram na comunidade onde eles estão inseridos?
- Pra você ser um cooperado deve preencher alguns requisitos? Se sim, quais?
- Vocês sempre participam de capacitações?

**Apêndice B: Roteiro semiestruturado de entrevistas**  
**(Atores organizacionais e institucionais)**

<b>Questões demográficas</b>
<b>Nome:</b>
<b>Sexo:</b>
<b>Idade:</b>
<b>Cidade onde mora:</b>
<b>Nível de escolaridade:</b>
<b>Onde Trabalha:</b>

- Como se configura sua participação no Ecosistema de Empreendedorismo Social da Paraíba?
- Sua função dentro do ecossistema é de qual natureza?
- Há quanto tempo está nesta função?
- Qual seu tempo semanal de dedicação ao ecossistema?
- Dentre os seguintes elementos (Infraestrutura física, Demanda, Intermediários, Talentos, Conhecimento, Liderança, Finanças, Instituições Formais, Cultura e Redes), quais os mais relevantes para o bom resultado do ecossistema?
- Além desses 10 elementos (Infraestrutura física, Demanda, Intermediários, Talentos, Conhecimento, Liderança, Finanças, Instituições Formais, Cultura e Redes) tem algum que você acha crucial para o bom desempenho do ecossistema que está inserido? Qual?
- Considerando a importância desses elementos, como você avalia o impacto da forma como eles estão organizados atualmente no ecossistema?
- Diante do seu conhecimento, quais atores envolvidos no EES hoje?
- Como se dá o apoio desses programas para o ESS?
- Participar do ecossistema tem contribuído para o desenvolvimento da instituição que você faz parte?
- Quais atores que você considera importante para o desenvolvimento do ecossistema?
- O que você acha que poderia ser melhorado para que esse EES da Paraíba cresça e ganhe mais adeptos?
- Quais as instituições que você conhece (ou já ouviu falar) aqui no Estado da Paraíba que oferecem algum tipo de suporte a empreendimento sociais?

- Você conhece algum programa lançado pelo Governo Estadual da Paraíba, Academia ou terceiro setor para desenvolvimento do empreendedorismo social na Paraíba? Se sim, descreva?
- Vocês recebem algum tipo de apoio?
- Em sua opinião, qual o grau de relevância do Governo para o desenvolvimento do ES?
- O governo estadual da Paraíba tem desenvolvido algum programa para o desenvolvimento do EES na Paraíba?
- Diante do seu conhecimento, as Universidades da Paraíba têm desenvolvido programas ou buscado aprofundamento nas pesquisas acerca do ES?
- Quais os impactos que esses empreendimentos causam na sociedade para o desenvolvimento local onde está inserido?
- Quais as facilidades desse tipo de empreendimento para o desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo social?

## Apêndice C: Comprovante de Submissão do Artigo

### [Contextus] Agradecimento pela Submissão (81548)

Revista Contextus via Portal de Periódicos da UFC <periodicos@ufc.br>

Seg, 29/08/2022 21:36

Para: Adriana Ramos <adrianaramos@outlook.com>

Prezado(a) Adriana Ramos,

Agradecemos pela submissão de seu artigo "Ecosistema de Empreendedorismo Social: o caso do Estado da Paraíba" à Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando acessar o sistema localizado em:  
- URL do Manuscrito: <http://periodicos.ufc.br/contextus/authorDashboard/submission/81548>  
- Login: adrianaramos

Por gentileza, certifique-se de que (a) os endereços de e-mail de todos os autores estão corretos e (b) seguiu rigorosamente nossas diretrizes (<http://www.periodicos.ufc.br/contextus/about/submissions#authorGuidelines>).

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este e-mail (revistacontextus@ufc.br). Aproveitamos para recomendar que o inclua em seus contatos. Agradecemos mais uma vez por considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Cordialmente,

--

Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão

Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

[periodicos.ufc.br/contextus](http://periodicos.ufc.br/contextus)

[revistacontextus@ufc.br](mailto:revistacontextus@ufc.br)